

Relatório de Atividades ***Relatório de Atividades***

Exercício de 2004

Versão Aprovada pelo Conselho Superior
Brasília, 15 de abril de 2005.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	7
SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2004	8
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2004	14
PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (2005-2010)	17
CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BOLSAS PARA A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE ALTO NÍVEL NO PAÍS – AÇÃO 0486	24
Demanda Social (DS)	24
Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Particulares (Prosup)	26
Programa de Fomento à Pós-Graduação (Bolsas) (Prof)	27
Programa de Excelência Acadêmica (Proex)	29
QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO – AÇÃO 6315	31
Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT)	31
Programa Institucional de Capacitação Docente do Ensino Tecnológico (PICDTEC)	32
Programa de Qualificação Institucional (PQI)	33
Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (Prodoc)	34
FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – AÇÃO 6313	37
Programa de Apoio à Educação Especial (Proesp)	37
Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad)	38
Programa Santiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais	39
Programa de Doutorado em Bioinformática e Microeletrônica (Biomicro)	39
Projeto de Criação do Centro de Ensino e Pesquisa do Meio Ambiente (Cepema)	40
Programa Nacional de Nanotecnologia	40
FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO – AÇÃO 0485	41
Programa de Apoio a Eventos no País (Paep)	41
Programa de Fomento à Pós-Graduação às Instituições Federais de Ensino Superior (Prof), Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) e Programa de Excelência Acadêmica (Proex)	42
CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR – AÇÃO 0935	44
Programa de Bolsas de Estudos no Exterior (BEX)	44
Melhoramentos no acompanhamento dos programas de bolsas no exterior implementados pela Coordenação Geral de Bolsas no Exterior	54
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM ÁREAS ESTRATÉGICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – AÇÃO 6422	55
Programa de Cooperação e Intercâmbio Internacional	55
Parcerias universitárias	56
Fipse/Capes	56
Unibral	57
Brafitec	57
CAPG/BA	57
ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – AÇÃO 2317	58
Portal de Periódicos	58
ACESSO À INFORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E DE FOMENTO – AÇÃO 4011	64

Realização da Avaliação Trienal 2004	64
Fase preparatória	65
Fase de execução da avaliação	65
Fase de homologação dos resultados	66
Significado das notas atribuídas	66
Resumo de informações e resultados da Avaliação Trienal 2004	66
Avaliação das propostas de novos cursos de mestrado e doutorado em 2004	69
Avaliação de mestrado “Tipo Minter” em 2004	70
Atividades da Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultores (CEC)	70
Atividades realizadas pela CEC em 2004	71
COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO TIMOR LESTE – AÇÃO 0967	73
MANUTENÇÃO DA UNIDADE – AÇÃO 2000	74
Serviço de informática	74
Recursos humanos da Capes	77
Qualidade de vida	78
Quadro de pessoal	78
Capacitação de servidores	79
Serviços administrativos	80
Setor de passagens	81
Execução orçamentária e financeira e prestação de contas	81
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS	83

APRESENTAÇÃO

Assumimos a presidência da Capes, em fevereiro de 2004, com uma pauta bem objetiva sobre como levar avante a missão desta entidade. No cumprimento dessa tarefa animou-nos a crença na importância estratégica, e mesmo dramática, que o trinômio Educação, Ciência e Tecnologia assume na atualidade, seja para responder à imperiosa necessidade de inclusão social de ampla camada de nossa população e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, seja para se ampliar a participação das nações em desenvolvimento em um mercado cada dia mais globalizado e concentrador.

Em síntese, como bem demonstra este relatório, os esforços empreendidos permitiram-nos conquistar o que consideramos serem as condições para a viabilização e sustentação do desenvolvimento desta entidade: definir a política de desenvolvimento da pós-graduação nacional; realizar uma criteriosa avaliação da pós-graduação; assegurar o apoio e a indução de projetos voltados para o desenvolvimento desse importante segmento de formação de recursos humanos de alto nível e, ainda, promover a melhoria do desempenho técnico e da eficiência da organização mediante o investimento na qualificação de suas equipes de funcionários e na ampliação e modernização de sua infra-estrutura, sobretudo no que diz respeito aos recursos de informática.

No que se refere ao estabelecimento da política de pós-graduação, graças aos esforços de uma comissão de alto nível e à grande contribuição da comunidade acadêmica e de vários outros setores da sociedade civil, conseguimos concluir a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010. Esse plano, fundamentado na acurada análise da realidade atual de nossa pós-graduação, projeta a expansão do segmento, traça as perspectivas de absorção de docentes com doutorado e estima os custos da duplicação do número de doutores anualmente formados: da faixa atual de 8 mil, para 16 mil.

No tocante à avaliação da pós-graduação, perseguimos com determinação o objetivo de aumentar a eficiência e a qualidade dessa linha de atividade fundamental para o êxito das ações governamentais nesse setor: controlar a qualidade do ensino; estimular os programas de pós-graduação a elevar cada vez mais seu desempenho; dispor de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução desse segmento do ensino superior; e fornecer as bases para as decisões sobre os investimentos a serem realizados e as ações a serem induzidas. Entendemos que a avaliação constitui um instrumento poderoso, não só para manter e aprimorar a qualidade dos cursos de pós-graduação e aumentar a quantidade dos doutores e mestres que o Brasil forma, mas também, para abrir novas vias de desenvolvimento científico, econômico, social e cultural da sociedade brasileira. Nesse sentido devemos, já em 2005, atribuir um novo destaque ao mestrado profissional, tanto nas áreas que reforçam o setor produtivo quanto naquelas que podem promover um salto qualitativo em campos da administração pública, como a educação, a saúde, a cultura, o esporte e a segurança pública entendida à luz da defesa dos direitos humanos.

Nesse campo foram muitas as conquistas: promovemos o debate dos fundamentos do processo de avaliação; asseguramos a explicitação e divulgação, em suma, a maior transparência desse processo; substituímos o instrumento de apresentação das propostas de cursos novos – que era extremamente complexo e difícil de ser preenchido, interpretado e trabalhado – por um aplicativo, o APCN, que supera os problemas apontados, e realizamos a avaliação trienal do período 2001-2003 dentro do cronograma previsto. O cumprimento desse compromisso exigiu a solução de muitos problemas: prévia divulgação do *Qualis* – atendendo a um antigo pleito da comunidade, que assim pôde conhecer como cada área classifica sua produção científica; melhor planejamento e fundamentação do processo de avaliação, com a explicitação e divulgação dos parâmetros de cada área; realização, de julho a setembro, da

avaliação propriamente dita – processo concluído em fins de dezembro, com a decisão sobre os pedidos de reconsideração de resultados correspondentes à primeira etapa de avaliação.

No que diz respeito aos programas de investimento na pós-graduação e em projetos de formação de pessoal no País e no exterior, este Relatório detalhará muitas e importantes iniciativas, como: a correção dos valores das bolsas de mestrado e doutorado no País, congelados havia mais de dez anos e que estavam defasados do que vinha sendo pago pelo CNPq desde o final de 2003 (sem previsão orçamentária para os 78 milhões de reais para esse fim exigidos, essa foi uma tarefa difícil e só possível pelo grande empenho do ministro Tarso Genro e do secretário executivo Fernando Haddad, que incluíram essa como uma das ações prioritárias do MEC); extensão aos estudantes em países como Austrália, Nova Zelândia e Suécia do benefício de terem suas mensalidades pagas nas moedas locais – mesma solução utilizada para os pagamentos em países da União Européia e na Grã-Bretanha, que passaram a ser efetuados em euro ou libra, respectivamente; criação do Programa de Excelência na Pós-Graduação (Proex), que assegura aos programas com conceitos 6 e 7, das IES que optarem por essa modalidade de apoio, maior autonomia na alocação dos recursos; relançamento do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (Prodoc), de grande importância para garantir a permanência de jovens doutores na vida acadêmica; restabelecimento, em caráter emergencial, do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) para atender à enorme demanda das universidades das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; mudanças das orientações e dos formulários relativos às bolsas de doutorado-sanduíche no exterior, visando ao maior comprometimento do orientador brasileiro com seu orientando durante todo o período de execução do projeto no exterior; indução da criação de pós-graduação em áreas não aquinhoadas nesse campo ou com capacidade de atendimento inferior às demandas e necessidades do País.

Quanto à cooperação internacional, as ações desenvolvidas não apenas reforçaram os programas existentes, mas também ampliaram as alternativas nesse campo. Além do intercâmbio já tradicional com países como Alemanha, França, Estados Unidos, Espanha e Argentina, foi estabelecida uma profícua cooperação com países africanos, asiáticos e do Mercosul.

No que tange ao Portal de Periódicos da Capes – programa do maior sucesso e que se constitui em apoio imprescindível à comunidade científica e tecnológica – as realizações foram muitas: elevou-se para 80 mil a média de acesso diário, o dobro da registrada no ano anterior; para 130 o número de instituições participantes; para 8.200 o número de periódicos e para 80 as bases de dados disponíveis. Relançamos, em cooperação com o MCT e a Finep, o Portal de Patentes, que cobre todas as patentes do mundo desde 1963 e se constitui em significativo reforço para as ações na área da política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Na verdade, o Portal complementa as ações da Capes de uma forma extraordinária. Devido ao seu caráter democrático, permite que qualquer cidadão possa ir a uma universidade participante de qualquer região do País e ter acesso a todo esse extraordinário acervo.

Muitas outras ações, de diferentes naturezas, poderiam ser enumeradas: a escolha e nomeação dos novos representantes de área, dos membros do Conselho Superior e do Conselho Técnico e Científico, ao terminarem os mandatos de seus predecessores; o entrosamento de ações com outros ministérios e agências, como o MCT, CNPq, Finep e Embrapa; um grande êxito na execução do orçamento (executamos mais de 99% do orçamento); limitamos as despesas administrativas a menos de 4% do orçamento total – algo exemplar, ou mesmo extraordinário na administração pública; fechamos esse ano especialmente produtivo com a confirmação de um substancial aumento do orçamento da Capes para 2005. Entretanto, essas e outras conquistas serão mais adequadamente apresentadas no corpo deste Relatório.

Não poderíamos, porém, encerrar este balanço sem formular, em nome da diretoria da

Capes, os seguintes agradecimentos:

- ao Ministério da Educação, de forma muito especial às pessoas do ministro Tarso Genro e do secretário executivo Fernando Haddad, que foram incansáveis no apoio à Capes;
- aos membros do Conselho Superior e CTC, aos representantes de área e aos consultores que integram as múltiplas comissões e grupos de trabalho, que, a custo de muitos sacrifícios, sem usufruírem de qualquer tipo de remuneração, dedicam-se ao exaustivo e ininterrupto trabalho com a Capes; e
- às equipes técnicas e administrativas da Capes que com sua dedicação a esta entidade ajudaram a tornar possível a superação de muitos desafios.

Jorge de Almeida Guimarães
Presidente

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta as realizações da Capes, no período de janeiro a dezembro de 2004. Diferentemente dos relatórios dos anos anteriores, quando as atividades eram apresentadas tendo por base as linhas de ação por Diretorias, optou-se por uma nova apresentação, onde os Programas estarão inseridos nas suas respectivas ações orçamentárias estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) da Capes.

Essa nova formatação visa proporcionar um melhor entendimento das atividades desenvolvidas pela Capes dentro de suas respectivas rubricas orçamentárias e, também, registrar de maneira oficial a alteração ocorrida na revisão do planejamento estratégico e orçamentário da Capes incluída no PPA (2004-2007).

Em 2003, a Ação “Concessão e Manutenção de Recursos Humanos no País e no Exterior” foi desdobrada em cinco outras ações distintas, com o objetivo de promover maior transversalidade entre as ações orçamentárias dos ministérios e órgãos federais.

Dessa forma, 80% dos recursos financeiros que eram alocados na ação de Bolsas no País e no Exterior, foram detalhados nas seguintes linhas de atuação: Concessão e manutenção de bolsas para a formação de recursos humanos de alto nível no País; Concessão e manutenção de bolsas para a formação de recursos humanos de alto nível no exterior; Qualificação de docentes em nível de pós-graduação; Fomento a projetos especiais para o ensino de pós-graduação, da ciência e da tecnologia; Fomento ao desenvolvimento de atividade de cooperação internacional.

A mudança implementada pelo PPA, em 2003, dificultou a execução orçamentária dos programas no exercício de 2004, tendo em vista que as ações finalísticas da Capes visam à qualificação de recursos humanos, não justificando o seu fracionamento em dotações orçamentárias diversas. Assim, o desdobramento em várias ações representava mera denominação diferenciada de despesas com a mesma finalidade.

A Capes então revisou suas ações orçamentárias para o PPA 2005-2008 e procurou adequá-las novamente à sua identidade institucional. Foi proposto e aprovado um novo PPA, contendo ações que atendessem não somente aos ajustes e adequações necessárias, mas que também contemplassem duas novas ações: uma de bolsa de estudos específica para atender à demanda da política industrial e de Comércio Exterior e outra para a construção do prédio sede da Capes. O Quadro 1 apresenta uma síntese das alterações ocorridas.

Para maior clareza, a descrição dos programas conterá informações para o entendimento do investimento feito, como por exemplo, a média de bolsas de estudos, cursos avaliados e projetos apoiados no ano. A média aritmética do número de bolsas de estudos concedidas refere-se às mensalidades pagas de janeiro a dezembro.

O Sumário de atividades a seguir destaca as ações consideradas mais relevantes pela Presidência da Capes, no ano de 2004 e em seguida são apresentadas informações sobre a gestão orçamentária do exercício, permitindo uma visão global do quadro financeiro da Capes e um resumo sobre o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG-2005-2010). A demonstração dos valores financeiros executados segue a orientação estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e inclui todo o empenho realizado no ano fiscal, mesmo que parte desse empenho seja liquidada somente no decorrer de 2005.

SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2004

As atividades relacionadas neste sumário foram destacadas, por se tratarem de questões de alta relevância para o cumprimento da missão institucional da Capes. Mais detalhes e esclarecimentos estão contidos no corpo do documento, dentro de suas respectivas áreas de atuação.

Implantação do Programa de Excelência Acadêmica (Proex)

O Proex, lançado em 7 de maio de 2004, visa apoiar os melhores programas de pós-graduação do País e incentivá-los a manter o alto nível de desempenho, garantindo-lhes maior liberdade na utilização dos recursos públicos. Serão beneficiados os 149 programas, vinculados a 36 universidades públicas e privadas, que receberam notas 6 e 7 na avaliação da Capes em 2002, conceitos que caracterizam a consecução de nível de excelência internacional. Com o Proex, a dotação anual de R\$ 68 milhões poderá ser utilizada segundo as prioridades estabelecidas pelos próprios programas, no que diz respeito à concessão de bolsas de estudo, infra-estrutura, custeio de dissertações e teses, ou apoio a outras atividades acadêmicas. Antes, a alocação dos recursos estava restrita às rubricas e mecanismos definidos pela Capes nos atos de concessão.

Reajuste das bolsas de mestrado e doutorado no país

Em 26 de abril de 2004, foi concedido o reajuste, retroativo ao mês de março, no valor de 18% às bolsas de estudo pagas no País. Esse reajuste atingiu 25 mil alunos de mestrado e doutorado apoiados pela Capes. O valor das bolsas de mestrado elevou-se de R\$ 724,00 para R\$ 855,00, as de doutorado, de R\$ 1.072,00 para R\$ 1.267,00 e as de pós-doutorado de R\$ 2.218,56 para R\$ 3.000,00. Essa importante conquista, após dez anos de congelamento do valor do benefício, foi fundamental para a garantia da subsistência dos estudantes e também para a equiparação dos valores dessas bolsas àquelas concedidas pelo CNPq.

Ajuste do valor das bolsas de estudo pagas aos bolsistas na Comunidade Européia, Austrália, Nova Zelândia e Suécia

O valor das bolsas passou a ser pago em moeda local, a partir de novembro de 2003 para os bolsistas da Comunidade Européia e, a partir de maio de 2004, para os da Austrália, Nova Zelândia e Suécia, atendendo a uma recorrente solicitação dos bolsistas daqueles países ao compensar a desvalorização do dólar diante das moedas locais e proteger o seu poder de compra.

Reformulação e implantação da política de concessão das cotas de bolsas de mestrado e doutorado no País

No âmbito do Programa Demanda Social, referente à concessão de 13.123 bolsas de mestrado e doutorado, o modelo tradicional de atendimento do “balcão de pedidos” e de

valorização de indicadores simplistas como “tempo médio de titulação”, em que se baseavam as decisões dessa linha de ação, foi substituído por uma política de investimentos que contempla aspectos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no País: a) redução das disparidades regionais; b) desenvolvimento de áreas estratégicas; c) valorização da qualidade e do dinamismo dos programas; e, d) necessidade de superação de lacunas da pós-graduação em áreas ou campos do conhecimento.

Ajustamento das normas das bolsas no País à política de absorção de mestres e doutores pelas instituições de ensino superior – ação conjunta da Capes e CNPq

Esta ação permitiu aos bolsistas das duas agências, selecionados para cargos de docência como professor substituto em instituições federais ou estaduais de ensino superior, manter suas respectivas bolsas de estudo. Tal providência retirou o impedimento de que alunos de mestrado e doutorado qualificados e voltados para a pesquisa fossem absorvidos pelo sistema de ensino superior. Além disso, contribuiu para o aproveitamento de alunos da pós-graduação em programas estratégicos de expansão da capacidade de atendimento das universidades públicas, mediante, por exemplo, a criação de cursos noturnos.

Indução da formação de doutores no exterior e concessão de novas bolsas em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional

De acordo com essa orientação, do total de 140 novos projetos de doutorado no exterior a serem apoiados, 26 deverão corresponder à área das Engenharias. Essa decisão se ajusta ao propósito de ampliar progressivamente a contribuição da Capes para a consecução dos objetivos e metas da política industrial do governo, no que diz respeito à formação de recursos humanos de alto nível. O processo de seleção dos estudantes está em fase de conclusão. Após as etapas de análise de mérito dos projetos e entrevistas realizadas pelas comissões de consultores, dos 822 candidatos, 243 permanecem na competição pelas 140 novas bolsas.

Continuidade dos Programas de formação de pessoal no exterior

A Capes mantém, em média, cerca de 1.500 bolsistas no exterior. Atualmente são 745 bolsistas de doutorado pleno, 402 de estágio de doutorando (doutorado-sanduíche) e 215 de estágio pós-doutoral. Nessa linha de ação destaca-se a prioridade que vem sendo dada às modalidades de bolsas de menor duração, que não requeiram o pagamento das altas taxas cobradas pelas instituições estrangeiras e de complementação da formação realizada no Brasil, como no caso das bolsas de pós-doutorado e de estágio de doutorandos. Em relação às bolsas de doutorado pleno, que são as de longa duração e que possuem custo elevado, principalmente quando o destino dos bolsistas são os Estados Unidos, a Capes estabeleceu parceria com a Comissão Fulbright para a redução das despesas com as taxas escolares cobradas pelas universidades americanas, sem prejuízo da qualidade da formação oferecida. Em se tratando de estudos de doutorado nos demais países, a Capes mantém anualmente o processo seletivo de candidaturas à bolsa, porém, introduziu, como um dos critérios de aprovação dos pleitos, a análise dos custos referentes às taxas escolares. As bolsas de doutorado pleno deverão ser, basicamente, restritas às áreas de ponta ou àquelas não atendidas pela pós-graduação nacional.

Manutenção e ampliação do Portal de Periódicos

Em 2004 a Capes direcionou seus esforços no sentido de garantir novas parcerias para a expansão e manutenção do Portal, visando atender à demanda por parte de setores acadêmicos, produtivos e governamentais.

Passaram a compor o acervo do Portal, 90 novas bases de dados de resumos e referências e títulos de periódicos, elevando o número de títulos com textos completos, para mais de 8.500. Diante da originalidade, importância e eficiência dessa iniciativa da Capes, foram ainda intensificados os entendimentos com outros países interessados na internacionalização desse mecanismo, principalmente Uruguai, Argentina e Cuba.

Avaliação dos cursos de pós-graduação

O ano de 2004 foi o da Avaliação Trienal da Pós-Graduação, referente ao período de 2001 a 2003 e que constituiu momento estratégico da missão da Capes, que se distingue das demais agências de fomento, pelo fato de não apenas incentivar e estimular a pesquisa e a docência, mas também por determinar e avaliar sob quais parâmetros esse fomento pode se tornar mais eficiente e equitativo.

Assim, se nos dois anos anteriores se realizou o Acompanhamento Anual dos cursos, que é rigoroso, mas não resulta na definição de nota ou conceito, o ano de 2004 exigiu o trabalho adicional de aferir a produção do triênio inteiro e de concluir pela atribuição de uma nota que hierarquiza os cursos de pós-graduação.

Reuniram-se entre julho e agosto de 2004, as 44 comissões de área, combinando os esforços de 547 consultores. No mês de setembro, o Conselho Técnico-Científico da Capes homologou as notas atribuídas pelas comissões de área, alterando as que considerou assim o merecerem, abrindo-se então um prazo de 30 dias – a contar da comunicação oficial aos programas – para a apresentação de pedidos de reconsideração. Estes foram submetidos mais uma vez às comissões de área, cujos pareceres tiveram a decisão final do CTC em dezembro.

Os dados relativos à Avaliação Trienal 2004 foram disponibilizados no sítio da Capes às 17h do dia 30 de dezembro de 2004, encerrando o ano com a conclusão do mapa da pós-graduação brasileira. Tais resultados, que incluem o descredenciamento de 36 programas (sobre mais de 1.800, ou seja, 2% do Sistema, contra 5% na Avaliação Trienal 2001), terão força legal a partir do momento em que o Ministro de Estado da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação, baixar portaria convalidando-os.

Os dados, expostos pormenorizadamente neste Relatório, referem-se a 1.819 programas avaliados, sendo que cada um deles pode incluir cursos de até três níveis, isto é, mestrado acadêmico (1726), mestrado profissional (115) e doutorado (1.020).

A distribuição dos conceitos, se aferida pelas áreas do conhecimento e pelas regiões geográficas, permite também contribuir para a definição de políticas para a promoção do desenvolvimento, em especial no tocante à política industrial, tecnológica e de comércio exterior, e para a redução das desigualdades regionais, que são metas decisivas do Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010.

Avaliação das propostas de novos cursos

A Capes implantou, no início de junho, um novo aplicativo para a apresentação e encaminhamento eletrônico de propostas de cursos novos: o APCN. Esse instrumento

substituiu o antigo “SNPG” e, ao mesmo tempo, a *carta-consulta*, reunindo os dados efetivamente relevantes para a avaliação dos projetos de cursos. O novo aplicativo apresenta, em relação ao anteriormente adotado, três grandes qualidades: maior facilidade no preenchimento pelos proponentes dos cursos; maior facilidade de leitura e compreensão pelos consultores da área e pelo Conselho Técnico-Científico do que é proposto, e maior transparência para a comunidade em geral. Foram apresentadas 476 propostas, avaliadas no período de setembro a novembro de 2004.

Lançamento do primeiro número da *Revista Brasileira de Pós-graduação (RBPG)*

O primeiro número da nova publicação da Capes foi lançado em 3 de agosto de 2004, durante a avaliação trienal dos cursos de pós-graduação. A *RBPG* deverá preencher importante lacuna na disseminação de estudos e debates sobre a pós-graduação, permitindo o aprofundamento de tópicos relacionados às características da formação pós-graduada em suas várias modalidades, à política da pós-graduação, às demandas da comunidade científica e da sociedade, e aos programas e ações das agências de fomento. A *RBPG* conta com um Conselho Editorial e um Comitê Científico de alto nível e terá periodicidade quadrimestral.

Divulgação, pela Internet, dos repasses de recursos para pagamento de bolsas no País e seus valores

Para conferir maior transparência às suas operações de apoio à formação de recursos humanos, a Capes passou a divulgar em sua página na Internet, a partir de junho de 2004, informações sobre todos os repasses efetuados mensalmente, para as pró-reitorias de pós-graduação (ou órgão equivalente) das instituições de ensino superior, para o pagamento de bolsas de mestrado e doutorado no País. Como a sistemática de pagamento de bolsas no País, adotada pela Capes, prioriza o apoio institucional, a maior parte dos recursos é repassada para as referidas pró-reitorias, que têm a incumbência de efetivar os créditos nas contas individuais dos bolsistas.

Criação de grupo de trabalho para avaliar a atuação de IES estrangeiras no Brasil

Em 11 de junho de 2004 foi criado um grupo de trabalho para discutir as questões relativas à realização de cursos de pós-graduação, oferecidos por universidades estrangeiras em território brasileiro, por meio do sistema semipresencial ou em convênio com instituições de ensino nacionais.

Elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), para o período de 2005 a 2010

O PNPG é resultado do esforço de uma comissão de especialistas de alto nível e da contribuição da comunidade acadêmica e de vários outros setores da sociedade civil. Esse plano, fundamentado na acurada análise da realidade atual da pós-graduação, projeta a expansão do segmento, traça as perspectivas de absorção de docentes com doutorado e estima os custos da duplicação do número de doutores anualmente formados, traçando as diretrizes e linhas de ação política para a pós-graduação brasileira nos próximos cinco anos.

Quadro 1 – Revisão do Plano Plurianual (PPA) (Capes)

Periódicos	Programas	Ações finalísticas
2000-2003	043 – Desenvolvimento do ensino de pós-graduação	0487 – Concessão de pós-graduação no País e no exterior; 0485 – Fomento à pós-graduação; 3616 – Cooperação brasileira para o ensino da língua portuguesa no Timor Leste; 4011 – Avaliação da pós-graduação; 2317 – Ampliação do acervo bibliográfico para a pós-graduação (Portal de Periódico).
2004 – 2007 (Orçamento fragmentado)	1062 – Democratizando o acesso à formação profissional, tecnológica e universitária 1073 – Universidade do século XXI 1375 – Desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa científica 1072 – Valorização e formação dos professores	0487 – Concessão e manutenção de bolsas para a formação de recursos humanos de alto nível no País; 0935 – Concessão de bolsas para a formação de recursos humanos de alto nível no exterior. 6422 – Cooperação Internacional em áreas estratégicas de pós-graduação e pesquisa; 6313 – Fomento a projetos especiais para o ensino de pós-graduação, da ciência e da tecnologia; 4011 – Avaliação e acompanhamento de programas de pós-graduação e de fomento; 0485 – Fomento à pós-graduação; 2317 – Acesso à informação científica e tecnológica (Portal de Periódicos); 0967 – Cooperação brasileira para o ensino da Língua Portuguesa no Timor Leste; 6315 – Qualificação de docentes em nível de pós-graduação.
2005 – 2008 (Revisão) (Orçamento condensado)	1375 – Desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa científica	0487 – Concessão de bolsas estudos no País; 0935 – Concessão de bolsas estudos no exterior; 4011 – Avaliação da pós-graduação; 0485 – Fomento à pós-graduação; 2317 – Acesso à informação científica e tecnológica (Portal de Periódicos); 0967 – Cooperação brasileira para o ensino da Língua Portuguesa no Timor Leste; 1113 – Construção do prédio da Capes e do Inep; 09GK – Concessão de bolsas de qualificação de pessoal de alto nível para o atendimento das diretrizes da política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Fonte: CAPES/DAD

Tabela 1 – Dotação orçamentária e despesa realizada em 2004 (em R\$ 1,00) Todas as Fontes (Tesouro + outras fontes)

LINHAS DE AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL		DESTAQUE RECEBIDO		CRÉDITO SUPLEMENTAR		CRÉDITO CONTINGENCIADO		DOTAÇÃO FINAL		DESPESA REALIZADA		% (C) (B)/(A)
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR (A)	%	VALOR (B)	%	
1. BOLSAS NO PAÍS	331.393.908,00	63,70	0,00	0,00	39.133.179,00	45,28	9.404.495,00	30,43	361.122.592,00	62,32	360.984.339,34	62,32	99,96
2. BOLSAS NO EXTERIOR	58.239.000,00	11,19	0,00	0,00	31.749.734,00	36,74	0,00	0,00	89.988.734,00	15,53	89.988.734,00	15,54	100,00
3. QUALIFICAÇÃO DOCENTE	22.148.386,00	4,26	0,00	0,00	3.422.250,00	3,96	1.966.410,00	6,36	23.604.226,00	4,07	23.469.442,41	4,05	99,43
4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	11.392.000,00	2,19	0,00	0,00	1.038.250,00	1,20	1.200.000,00	3,88	11.230.250,00	1,94	11.230.250,00	1,94	100,00
5. FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS	19.850.000,00	3,82	0,00	0,00	656.587,00	0,76	4.783.882,00	15,48	15.722.705,00	2,71	15.722.701,79	2,71	100,00
6. AVALIAÇÃO	6.714.750,00	1,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.714.750,00	1,16	6.714.750,00	1,16	100,00
7. TIMOR LESTE	600.000,00	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	1,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8. PORTAL DE PERIÓDICOS	51.469.080,00	9,89	3.685.000,00	100,00	0,00	0,00	7.500.000,00	24,27	47.654.080,00	8,22	47.654.080,00	8,23	100,00
9. ADMINISTRAÇÃO	15.382.499,00	2,96	0,00	0,00	9.829.013,00	11,37	5.408.061,00	17,50	19.803.451,00	3,42	19.803.338,80	3,42	100,00
9.1 Manutenção	14.638.958,00	2,81	0,00	0,00	9.790.296,00	11,33	5.396.923,00	17,46	19.032.331,00	3,28	19.032.218,80	3,29	100,00
Administração da Unidade	6.870.771,80	1,32	0,00	0,00	2.880.594,00	3,33	0,00	0,00	9.751.365,80	1,68	9.751.253,60	1,68	100,00
Pessoal Ativo	7.708.464,00	1,48	0,00	0,00	6.909.702,00	8,00	5.396.923,00	17,46	9.221.243,00	1,59	9.221.243,00	1,59	100,00
PASEP	59.722,20	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.722,20	0,01	59.722,20	0,01	100,00
9.2 Benefícios	743.541,00	0,14	0,00	0,00	38.717,00	0,04	11.138,00	0,04	771.120,00	0,13	771.120,00	0,13	100,00
Assistência Médica e Odontológica	263.232,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263.232,00	0,05	263.232,00	0,05	100,00
Assistência Pré-Escolar	47.327,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	5.898,00	0,02	41.429,00	0,01	41.429,00	0,01	100,00
Auxílio Alimentação	250.541,00	0,05	0,00	0,00	22.615,00	0,03	5.240,00	0,02	267.916,00	0,05	267.916,00	0,05	100,00
Auxílio Transporte	82.441,00	0,02	0,00	0,00	16.102,00	0,02	0,00	0,00	98.543,00	0,02	98.543,00	0,02	100,00
Capacitação e Treinamento de Servidores	100.000,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,02	100.000,00	0,02	100,00
10. OUTROS	3.085.023,00	0,59	0,00	0,00	589.155,00	0,68	40.415,00	0,13	3.633.763,00	0,63	3.633.763,00	0,63	100,00
Inativos e Pensionistas	3.028.759,00	0,58	0,00	0,00	549.763,00	0,64	0,00	0,00	3.578.522,00	0,62	3.578.522,00	0,62	100,00
Cumprimento de Sentença Judicial	56.264,00	0,01	0,00	0,00	39.392,00	0,05	40.415,00	0,13	55.241,00	0,01	55.241,00	0,01	100,00
TOTAL	520.274.646,00	100,00	3.685.000,00	100,00	86.418.168,00	100,00	30.903.263,00	100,00	579.474.551,00	100,00	579.201.399,34	100,00	99,95

Fonte: CAPES/DAD/COF

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2004

A Diretoria de Administração, ciente da importância da gestão orçamentária e financeira para o bom desempenho institucional e para uma avaliação pública e transparente da missão da Capes no cenário da pós-graduação brasileira, apresenta, a seguir, os dispêndios e as providências tomadas em relação à dotação orçamentária e à execução financeira, no ano de 2004, para a consecução de seus objetivos.

Merece destaque especial o empenho da Presidência da Capes, com as autoridades do Ministério da Educação, no sentido de obter a recomposição orçamentária e financeira no propósito de reajustar os valores das bolsas de estudos no País, os quais não eram corrigidos desde 1994.

Os dados apresentados na Tabela 1 mostram o conjunto das ações da Capes (ano 2004), suas dotações orçamentárias inicial e final, incluídos os créditos suplementares, destaques recebidos por convênios, créditos contingenciados e cortes orçamentários, de todas as fontes.

A Dotação Orçamentária inicial da Capes para o exercício 2004 na Fonte, Tesouro Nacional, foi de R\$ 520.274.646,00.

Dos destaques recebidos: (+) R\$ 3.685.000,00

Os recursos recebidos, no total de R\$ 3.685.000,00, foram destinados ao atendimento do Portal de Periódicos e aplicados no pagamento aos editores das subscrições das publicações científicas incluídas no Portal.

Essas transferências feitas pelo MCT (R\$ 685 mil) e pelo Fundo Setorial de Infra-Estrutura (R\$ 3 milhões), permitiram que o MCT, Embrapa e os institutos de pesquisa vinculados, tivessem acesso às bases de dados disponibilizados no Portal de Periódicos da Capes.

Dos créditos suplementares e acréscimos: (+) R\$ 86.418.168,00

Para corrigir distorções nas diversas ações da Capes, bem como atender ao aumento de 18% nos valores das bolsas no País, que eram de R\$ 724,52, o mestrado, de R\$ 1.072,89, o doutorado e de R\$ 2.218,56, o pós-doutorado, e passaram para R\$ 855,00, R\$ 1.267,00 e R\$ 3 mil respectivamente, obteve-se crédito orçamentário e financeiro no valor total de R\$ 86.418.168,00.

Esse valor foi distribuído conforme discriminado na Tabela 2.

Tabela 2 – Créditos suplementares e acréscimos

Tipo	Valor em R\$
Bolsas no País	39.133.179,00
Bolsa no exterior	31.749.734,00
Qualificação docente	3.422.250,00
Cooperação internacional	1.038.250,00
Fomento a projetos especiais	656.587,00
Total 1	76.000.000,00
Administração da unidade	2.880.594,00
Benefícios	38.717,00
Pessoal (ativo/inativo)	7.459.465,00
Sentença judicial	39.392,00
Total 2	10.418.168,00
Total geral	86.418.168,00

Fonte: CAPES/DAD/COF

Dos créditos contingenciados e reduções: (-) R\$ 30.903.263,00

Dos recursos provenientes do Tesouro Nacional, a Capes, por determinação da Subsecretaria de Políticas Orçamentárias do Ministério da Educação (SPO/MEC), teve seu crédito contingenciado em R\$ 18.874.193,00, dos quais R\$ 15.556.601,00 foram efetivados como corte orçamentário e R\$ 3.317.592,00 ficaram contingenciados, não podendo ser utilizados por indisponibilidade de cota limite para empenho.

No tocante aos recursos próprios, por frustração na arrecadação de receita e pela necessidade da SPO/MEC de recompor a referida fonte com as instituições vinculadas ao MEC, houve um corte de R\$ 6.580.594,00.

O montante de R\$ 5.448.476,00 representa os cortes ocorridos nas ações referentes às despesas com pessoal.

No total, incluindo todas as fontes, o corte orçamentário no ano de 2004 foi de R\$ 30.903.263,00.

Assim a dotação final da Capes em 2004 foi de R\$ 579.474.551,00. Esse valor representa um acréscimo líquido de R\$ 59.199.905,00 à dotação inicial, incluídas todas as fontes. Quanto à execução orçamentária do exercício de 2004, foi mantida a tradição da Capes de executar a quase totalidade de seu orçamento.

Os dados apresentados na Tabela 3 demonstram a evolução da dotação orçamentária, no período de 2002 a 2004, por grandes linhas de ação da Capes.

Ação	2002	%	2003	%	Dotação Inicial		Dotação Final	
					2004	%	2004	%
Bolsas de Estudo	438.513	85,1	440.645	81,0	423.173	81,3	485.945	83,9
Fomento	22.321	4,3	22.891	4,2	19.850	3,8	15.722	2,7
Periódicos	33.000	6,4	56.017	10,3	51.469	9,9	47.654	8,2
Avaliação	3.805	0,7	3.940	0,7	6.715	1,3	6.715	1,2
Administração da unidade	5.472	1,1	6.400	1,2	6.930	1,3	9.811	1,7
Administração de pessoal	10.677	2,1	12.132	2,2	11.118	2,1	13.208	2,3
Outros	1.725	0,3	2.013	0,4	1.020	0,2	0.420	0,1
Total	515.513	100,0	544.038	100,0	520.275	100,0	579.475	100,0

Tabela 3 – Evolução orçamentária (em R\$ 1.000)

Fonte: CAPES/DAD/COF

Na ação Bolsas de Estudo estão inseridas as despesas com os programas de Demanda Social, Prof, Proap, PICDT, PQI, Prodoc, Prosup, Proex, BEX, Cooperação Internacional e outros.

Na ação Fomento estão incluídas as despesas com os projetos da Cooperação Internacional pagos no País, o Paep, Procad, Biomicro e outros.

No item 'Outros' estão incluídas despesas com benefícios e com a qualificação de servidores.

A Tabela 4 apresenta a evolução da execução orçamentária de acordo com as grandes linhas de ação da Capes.

Tabela 4 – Evolução da execução orçamentária (em R\$ 1.000)

Ação	2002	%	2003	%	2004	%
Bolsas	437.719	85,1	440.039	81,5	485.673	83,9
Fomento	22.056	4,3	20.383	3,8	15.723	2,7
Periódico	33.000	6,4	56.017	10,4	47.654	8,2
Avaliação	4.721	0,9	4.733	0,9	6.714	1,2
Administração da unidade	5.594	1,1	5.925	1,1	9.811	1,7
Administração de pessoal	10.676	2,1	12.132	2,2	13.208	2,3
Outras	0,513	0,1	0,613	0,1	0,418	0,1
Total	514.279	100,0	539.842	100,0	579.201	100,0

Fonte: CAPES/DAD/COF

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO – 2005-2010

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010) constitui documento essencial para o cumprimento da missão institucional da Capes, no sentido de subsidiar o Ministério da Educação na definição das diretrizes e linhas de ação a serem adotadas, em âmbito nacional, para a educação pós-graduada do País. O PNPG foi elaborado por um grupo de trabalho, instituído pelas Portarias Capes nº 46, de 19 de maio de 2004, nº 53 de 22 de junho de 2004 e nº 83, de 29 de setembro de 2004, formado por doutores especialistas, selecionados especificamente para a tarefa de, a partir de amplo debate e análise da situação atual, propor modelo político a ser adotado para a pós-graduação brasileira, nos próximos cinco anos.

O PNPG propõe, entre outras ações, a flexibilização do modelo de pós-graduação a fim de permitir o crescimento do sistema, a formação de profissionais de perfis diferenciados para atender aos setores acadêmico e não-acadêmico e atuação em rede, visando suplantar os desequilíbrios regionais na oferta e desempenho da pós-graduação e atender às novas áreas de conhecimento. Os itens seguintes apresentam uma síntese dos estudos e das recomendações constantes do documento final do PNPG.

Assimetrias do sistema

O Sistema Nacional de Pós-Graduação apresenta enormes assimetrias em seu funcionamento, tanto do ponto de vista regional, intra-regional e entre Estados, como também na evolução de áreas disciplinares tradicionais e de novas áreas na fronteira do conhecimento.

Para resolver essas assimetrias o plano propõe o estabelecimento de programas estratégicos específicos, que serão idealizados e propostos pelas agências, a partir de consultas às universidades, aos institutos de pesquisa, aos órgãos de governo estaduais, ao setor empresarial e a outros setores diretamente ligados ao desenvolvimento nacional, que objetivem solucionar cada tipo de assimetria observada. A proposta tem como base uma forte articulação entre as agências de fomento federais (Capes, CNPq e Finep) e dessas com as Fundações de Apoio e Secretarias de Ciência e Tecnologia dos governos estaduais e com o setor empresarial. Além disso, propõe uma participação mais efetiva dos fundos setoriais na pós-graduação e a redefinição de novas tipologias regionais para a pós-graduação.

Expansão

O diagnóstico indica que a expansão do sistema deve ter quatro vertentes: a capacitação do corpo docente para as instituições de ensino superior, a qualificação dos professores da educação básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado e a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas.

A necessidade de qualificação para os professores do ensino fundamental, médio e técnico exige a criação de programas de mestrado voltados para a formação de professores em serviço.

Com relação ao setor empresarial, será importante estimular o mestrado profissional em Engenharia, especialmente em consórcios com empresas, de forma a estimular a inovação tecnológica.

A política industrial voltada para setores estratégicos – a indústria de *software*, fármacos, semicondutores e microeletrônica, e bens de capital – como também as áreas consideradas “portadoras de futuro” (biotecnologia e nanotecnologia) são campos nevrálgicos na correlação de forças internacionais. Nelas, o Brasil apresenta enorme potencialidade, a elas a pós-graduação deveria dar maior atenção.

As políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior devem visar ao aprimoramento do Sistema Nacional de Pós-Graduação considerando o avanço do conhecimento e sua inserção no futuro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do País.

Financiamento

Para atender à expansão, contemplando o apoio necessário para a redução das mencionadas assimetrias, além dos recursos provenientes das agências federais e estaduais e dos fundos setoriais, recomenda-se:

- Estimular a formação de parcerias e consórcios entre programas de regiões distintas, de forma a promover a desconcentração do Sistema Nacional de Pós-Graduação, utilizando para isso a parceria federal-estadual no financiamento, particularmente em áreas estratégicas e multidisciplinares;
- Repassar às agências federais os recursos previstos nos diferentes fundos setoriais, para a formação de recursos humanos.
- Implantar, com os recursos dos fundos setoriais, um sistema de mobilidade de professores e alunos entre instituições nacionais;
- Programar as ações previstas na Lei nº 10.973 de 2/12/2004 que regulamenta incentivos fiscais para os projetos de inovação;
- Estimular a parceria dos programas com as empresas, na busca de suporte financeiro para a ampliação do número de bolsas; e
- Incentivar as agências federais a estabelecer com Ministérios, Estados e setor empresarial uma nova matriz orçamentária para o financiamento do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Avaliação

A avaliação deve ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade. Os índices da avaliação devem refletir a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo.

Em relação aos critérios de avaliação, sugere-se, principalmente:

- Preservação do sistema nacional de avaliação de qualidade da pós-graduação e manutenção da periodicidade das avaliações;
- Consideração de impacto e relevância na fronteira do conhecimento ao avaliar-se a produção científica, aferindo-a por sua visibilidade (índice de impacto) e também por sua contribuição intrínseca ao conhecimento novo (índice de citação);

- Avaliação da produção tecnológica e seu impacto e relevância para o setor econômico, industrial e social, por meio de índices relacionados a novos processos e produtos, expressos por patentes depositadas e negociadas, por transferência de tecnologia e por novos processos de produção que poderão dar uma vantagem competitiva ao País;
- Incentivo à inovação pela criação de novos indicadores, que estimem o aumento do valor agregado de nossos produtos e a conquista competitiva de novos mercados no mundo globalizado;
- Diversificação do sistema de avaliação de forma a possibilitar a análise de diferentes modelos de pós-graduação; e
- Introdução de processos de avaliação qualitativa dos produtos dos programas de doutorado e mestrado.

Metas e orçamento

Os Gráficos 1 e 2 resumem as metas fixadas em termos de mestres e doutores titulados, respectivamente, para o período 2005-2010. Tais números foram obtidos agregando-se as metas estabelecidas para cada grande área do conhecimento.

As Tabelas 5 e 6 apresentam essas metas desdobradas em nível de grande área de conhecimento, em termos absolutos e relativos, comparando-as com os quantitativos observados em 2003.

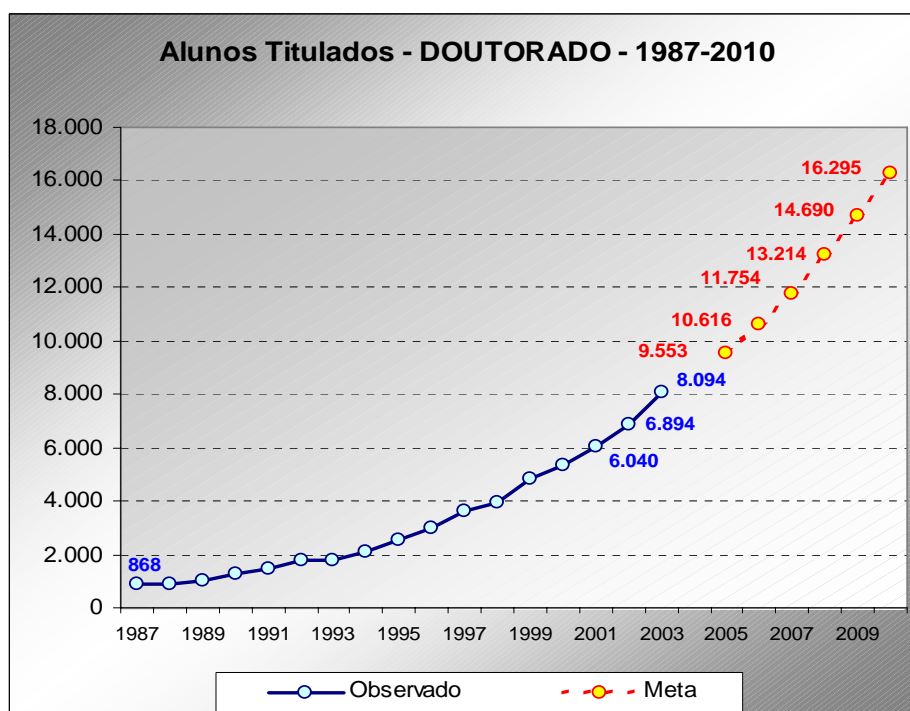


Gráfico 1 – Alunos Titulados – Doutorado – 1987-2010

Fonte: CAPES/COMISSÃO/PNPG

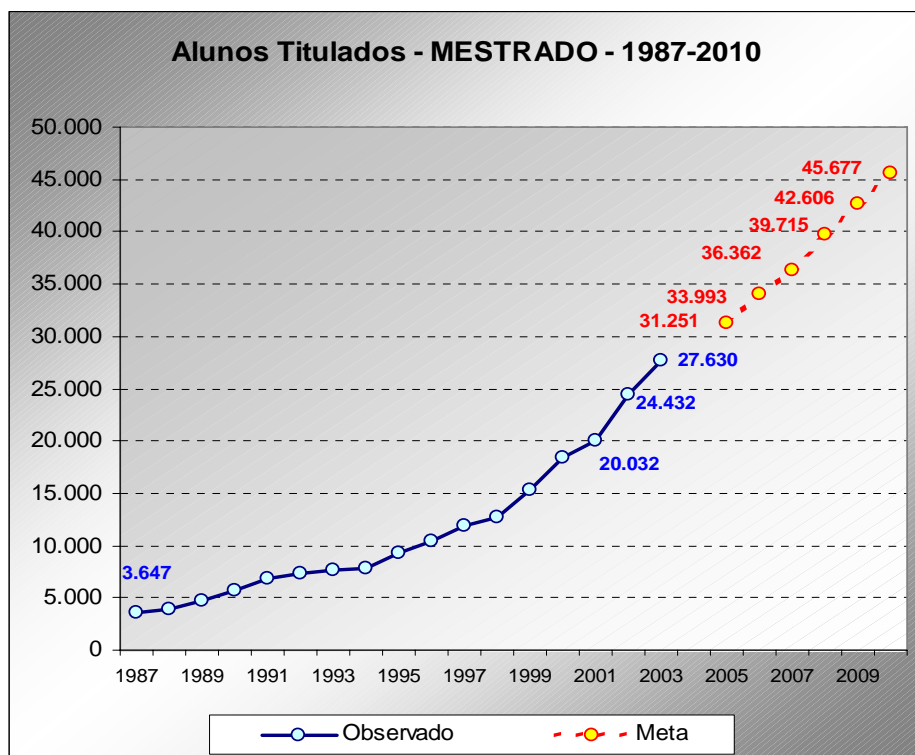


Gráfico 2 – Alunos titulados – Mestrado – 1987-2010
 Fonte: CAPES/COMISSÃO/PNPG

Tabela 5 – Metas 2005-2010 – Alunos titulados, por grande área do conhecimento

Doutorado			
Grande área do conhecimento	2003	Meta 2010	Acréscimo (%)
Exatas e da Terra (1)	799	1.587	99
Biológicas (2)	1.056	2.054	95
Engenharias e Ciências da Computação	1.109	2.619	136
Saúde	1.549	2.980	92
Agrárias	1.026	2.220	116
Sociais Aplicadas	736	1.319	79
Humanas	1.283	2.373	85
Linguística, Letras e Artes	415	7796	87
Multidisciplinares e Ensino	121	366	203
Soma	8.094	16.295	101
Mestrado			
Grande área do conhecimento	2003	Meta 2010	Acréscimo (%)
Exatas e da Terra (1)	1.461	2.234	53
Biológicas (2)	1.990	3.372	69
Engenharias e Ciências da Computação	4.682	9.282	98
Saúde	4.186	6.669	59
Agrárias	2.577	4.163	62
Sociais Aplicadas	5.154	7.295	42
Humanas	4.560	7.162	57
Linguística, Letras e Artes	1.615	2.529	57
Multidisciplinares e Ensino	1.405	2.971	111
Soma	27.630	45.677	65
Mestrado + doutorado (em equivalente doutorado*)			
Grande área do conhecimento	2003	Meta 2010	Acréscimo (%)
Exatas e da Terra (1)	1.786	3.095	73
Biológicas (2)	2.400	4.331	80
Engenharias e Ciências da Computação	4.271	8.888	108
Saúde	4.376	7.484	71
Agrárias	2.766	5.031	82
Sociais Aplicadas	4.216	6.245	48
Humanas	4.362	7.210	65
Linguística, Letras e Artes	1.506	2.484	65
Multidisciplinares e Ensino	1.070	2.373	122
Soma	26.752	47.141	76

Fonte: Comissão PNPG.

(*) Equivalência: 1 mestrado = 0.6753 doutorado.

(1) Não inclui Ciência da Computação nem Oceanografia Biológica.

(2) Inclui Oceanografia Biológica, originalmente classificada em Ciências Exatas e da Terra.

Tabela 6 – Distribuição porcentual das metas, alunos titulados convertidos em equivalente doutorado, por grande área do conhecimento

Grande área do conhecimento	2003 (A)	2010 (B)	(B) - (A)
Exatas e da Terra (1)	6,7	6,6	(0,1)
Biológicas (2)	9,0	9,2	0,2
Engenharias e Ciências da Computação	16,0	18,9	2,9
Saúde	16,4	15,9	(0,5)
Agrárias	10,3	10,7	0,3
Sociais Aplicadas	15,8	13,2	(2,5)
Humanas	16,3	15,3	(1,0)
Linguística, Letras e Artes	5,6	5,3	(0,4)
Multidisciplinares e Ensino	4,0	5,0	1,0
Soma	100,0	100,0	0,0

Fonte: Comissão PNPG.

(1) Não inclui Ciência da Computação nem Oceanografia Biológica.

(2) Inclui Oceanografia Biológica, originalmente classificada em Ciências Exatas e da Terra.

O cenário de crescimento apresentado na Tabela 6 prevê o acréscimo do orçamento de bolsa e fomento no valor de R\$ 1,66 bilhão, em seis anos, consideradas todas as agências federais e estaduais que fornecem recursos sob formas de bolsas e auxílios conexos para a pós-graduação (ver Tabela 7). Esse montante foi estimado tomando por base os quantitativos de bolsas dimensionados por modalidade, em nível de grande área do conhecimento, conforme o cronograma apresentado adiante (ver Tabela 11).

Tabela 7 – Recursos financeiros adicionais necessários (em relação ao ano de 2004) – Mensalidades, taxa escolar e taxa de bancada

Ano	Nº de bolsas		Valor (R\$ milhões)						Total
			Mensalidades			Taxa			
	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Soma	Escolar (1)	Bancada (2)	Soma	
2005	1.849	1.772	28,11	18,18	46,3	5,74	35,80	41,54	87,8
2006	3.924	3.741	59,66	38,38	98,0	12,15	17,90	30,05	128,1
2007	6.183	5.742	94,01	58,92	152,9	18,98	28,20	47,18	200,1
2008	9.432	8.917	143,40	91,49	234,9	29,12	43,02	72,14	307,0
2009	12.755	11.857	193,93	121,65	315,6	39,16	58,18	97,34	412,9
2010	16.371	15.000	248,91	153,90	402,8	50,02	74,67	124,69	527,5
Soma					1.250,5			412,9	1.663,5

Fonte: CAPES/COMISSÃO/PNPG

(1) % sobre o valor das mensalidades: mestrado = 10,67%; doutorado = 13,5% (média pondera Capes+CNPq, observada em 2003).

(2) 30% sobre o valor das mensalidades do doutorado. Em 2005 inclui implementação da taxa de bancada na Capes, em equiparação ao CNPq, R\$ 27,37 milhões (6 mil bolsas x 12 meses x R\$ 1.267 x 30%).

Tabela 8 – Bolsas adicionais necessárias, em relação a 2004, para implantar o Plano, por grande área do conhecimento

Ano	E. e T. (1)	Bio. (2)	Eng. e C. da Comp.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes	Multi. e Ensino	Total
Doutorado										
2005	363	356	195	131	356	152	132	82	82	1.849
2006	669	829	456	344	618	230	334	211	233	3.924
2007	987	1.148	954	653	1.037	294	584	261	265	6.183
2008	1.422	1.598	1.941	889	1.685	356	860	314	367	9.432
2009	1.875	2.074	3.075	1.142	2.303	418	1.137	378	353	12.755
2010	2.364	2.584	4.305	1.445	2.962	460	1.434	436	381	16.371
Mestrado										
2005	253	273	170	127	240	329	123	97	160	1.772
2006	440	643	430	351	338	457	335	259	488	3.741
2007	623	849	1.010	681	602	541	602	300	534	5.742
2008	892	1.169	2.256	911	1.081	613	892	346	757	8.917
2009	1.153	1.488	3.640	1.152	1.489	680	1.167	400	688	11.857
2010	1.431	1.829	5.099	1.440	1.887	695	1.454	446	719	15.000

Fonte: Comissão PNPG.

(1) Não inclui Ciência da Computação nem Oceanografia Biológica.

(2) Inclui Oceanografia Biológica, originalmente classificada em Ciências Exatas e da Terra.

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Multi.: Multidisciplinar; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

O crescimento do corpo docente da pós-graduação, necessário para atender às demandas do PNPG 2005-2010, exigirá recursos adicionais da ordem R\$ 1,6 bilhão. O crescimento é o resultado da reposição das aposentadorias e do necessário acréscimo exigido pela expansão. Assim, o total de recursos necessários para implantação do PNPG 2005-2010 será de R\$ 3,26 bilhões, distribuídos ao longo de seis anos. A previsão orçamentária refere-se a valores de 2004, não incluindo a reposição de possíveis perdas inflacionárias no futuro.

CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BOLSAS PARA A FORMAÇÃO RECURSOS HUMANOS DE ALTO NÍVEL NO PAÍS – AÇÃO 0487

Demanda Social (DS)

O principal objetivo deste programa é a formação de recursos humanos de alto nível necessários ao País, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades. Tais condições ocorrem por meio da concessão de quotas de bolsas de estudo aos programas de pós-graduação de instituições de ensino superior, com nota igual ou superior a 3 no critério de avaliação da própria Capes, para que mantenham alunos de excelente desempenho acadêmico, mediante processo seletivo com representação institucional, formada por docentes e discentes da pós-graduação. A concessão de bolsas está vinculada ao sistema de acompanhamento e avaliação realizado pela Capes.

Em 2004, o Programa de Demanda Social concedeu 13.123 bolsas, sendo 8.094 de mestrado e 5.029 de doutorado. Esse programa, com o maior orçamento bolsas de estudos no País, vem cumprindo o seu papel histórico de qualificar recursos humanos para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento das necessidades dos setores públicos e privados e vem sendo aperfeiçoado a cada ano, por meio de novas políticas e mecanismos que agilizam o seu acompanhamento e operacionalização, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Bolsistas no País e valores pagos (DS)

Mês/Ano	Mestrado		Doutorado		Valor total (R\$ mil)
	Nº de bolsistas	Valor (R\$ mil)	Nº de bolsistas	Valor (R\$ mil)	
jan./04	8.488	6.144,14	5.308	5.694,33	11.838,47
fev./04	8.380	6.066,03	5.285	5.669,66	11.735,69
mar./04	8.349	6.372,57	5.251	5.791,95	12.164,52
abr./04	8.178	6.980,84	5.206	6.595,81	13.576,65
maio/04	8.293	7.079,73	5.272	6.679,62	13.759,35
jun./04	8.512	7.267,50	5.371	6.805,06	14.072,56
jul./04	8.497	7.260,95	5.416	6.862,07	14.123,02
ago./04	8.519	7.276,34	5.562	7.043,00	14.319,34
set./04	7.725	6.597,91	4.597	5.819,49	12.417,40
out./04	7.398	6.318,32	4.342	5.496,40	11.814,72
nov./04	7.400	6.320,03	4.368	5.529,35	11.849,38
dez./04	7.389	6.310,19	4.369	5.530,61	11.840,80
Acumulado		79.994,55		73.517,35	153.511,90
Média	8.094	6.666,21	5.029	6.126,45	12.792,66

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

A redução nos valores pagos a partir do mês de setembro deve-se à migração de bolsistas de mestrado e doutorado da Demanda Social, vinculados a cursos com conceitos 6 e 7, para o programa Proex.

Uma importante iniciativa de cunho pedagógico na modernização do Programa foi a iniciativa conjunta da Capes e do CNPq, que autoriza os bolsistas dessas agências, matriculados em programas de pós-graduação no País, a atuarem como professores substitutos nas instituições federais de ensino superior, ou em cargos de docência nas instituições de ensino superior públicas estaduais, conforme Portaria Conjunta nº 1, de 11 de março de 2004, publicada no *Diário Oficial da União* de 15 de março de 2004.

Na Tabela 10 constam os bolsistas de mestrado da Demanda Social, por grande área do conhecimento.

Tabela 10 – Distribuição de bolsistas de mestrado no País, por grande área do conhecimento (DS)

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes	Multi. e Ensino
jan./04	8.492	1.261	942	1.429	1.211	1.258	479	1.160	445	308
fev./04	8.376	1.240	936	1.410	1.194	1.241	474	1.141	435	305
mar./04	8.349	1.261	988	1.452	1.272	1.160	384	1.123	421	289
abr./04	8.181	1.220	964	1.415	1.271	1.138	384	1.081	426	282
maio/04	8.290	1.230	977	1.452	1.287	1.150	385	1.089	435	285
jun./04	8.516	1.261	1.010	1.471	1.326	1.191	391	1.117	447	303
jul./04	8.499	1.240	1.020	1.457	1.341	1.186	393	1.126	442	294
ago./04	8.524	1.261	1.016	1.480	1.344	1.173	387	1.125	442	297
set./04	7.725	1.050	910	1.200	1.333	1.173	375	983	398	303
out./04	7.398	992	884	1.080	1.309	1.134	367	929	401	302
nov./04	7.400	989	882	1.081	1.299	1.136	369	937	407	300
dez./04	7.389	989	881	1.084	1.291	1.134	368	938	405	299
Média	8.094	1.170	951	1.334	1.290	1.173	396	1.062	425	297
Porcentual	100,00	14,39	11,75	16,48	15,93	14,49	4,90	13,13	5,25	3,67

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Multi.: Multidisciplinar; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

Na Tabela 11 consta o número de bolsistas de doutorado da Demanda Social por grande área do conhecimento.

Tabela 11 – Demanda Social – Distribuição de bolsistas de doutorado no País, por grande área do conhecimento

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes	Multi. e Ensino
jan./04	5.308	846	818	706	1.002	769	183	659	237	88
fev./04	5.285	840	816	707	997	765	178	658	237	87
mar./04	5.251	843	794	710	1.071	724	172	625	237	75
abr./04	5.206	839	789	705	1.050	726	166	616	241	74
maio/04	5.272	848	802	714	1.060	733	170	625	246	74
jun./04	5.371	854	820	718	1.070	767	176	636	252	78
jul./04	5.416	858	838	716	1.079	776	179	640	252	78
ago./04	5.562	900	867	724	1.102	806	180	643	257	83
set./04	4.597	607	702	519	1.093	697	169	510	214	86
out./04	4.342	558	664	447	1.076	674	172	453	213	85
nov./04	4.368	561	672	448	1.082	679	173	451	215	87
dez./04	4.369	570	677	447	1.079	677	162	454	216	87
Média	5.029	760	772	630	1.063	733	173	581	235	82
Porcentual	100,00	15,12	15,34	12,53	21,15	14,57	3,45	11,55	4,67	1,63

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Multi.: Multidisciplinar; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

Destacam-se, também, modificações nos critérios para a concessão de bolsas, no que se refere ao tempo de produtividade acadêmica, ou seja, a exigência de exercício laboral por tempo não inferior a dez anos para a obtenção da aposentadoria compulsória.

Programa de Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Particulares (Prosup)

O Prosup foi criado em 1998 com o intuito de apoiar bolsistas vinculados às Instituições Particulares de Ensino Superior, contribuindo para a manutenção de padrões de excelência e eficiência, adequados à formação dos recursos humanos de alto nível, imprescindíveis ao desenvolvimento do País.

Apóia programas das instituições privadas, avaliados pela Capes com nota igual ou superior a 3.

Estão previstos os seguintes benefícios:

- Modalidade I: repasse mensal do valor da bolsa e pagamento das taxas escolares, isentando os bolsistas dos encargos financeiros; e
- Modalidade II: apenas pagamento das taxas escolares.

A instituição deve implementar no mínimo 10% das cotas de bolsas na Modalidade I.

O repasse de cotas de bolsas nessas modalidades visa à maior eficiência na utilização dos recursos públicos, uma vez que permite, com o mesmo valor repassado, atender a um maior número de bolsistas.

O Prosup concedeu 868 bolsas de mestrado e 288 bolsas de doutorado em 2004, totalizando R\$ 12.768,14, conforme demonstra a Tabela 128. Além desses valores repassados para bolsas o Prosup contou também com repasses, às instituições participantes, no valor total de R\$ 20.349.700,00 destinados ao pagamento de taxas escolares. O investimento total da Capes com o Programa Prosup foi de R\$ 33.117.840,00.

Tabela 12 – Programa de Suporte à Pós-Graduação das IES Particulares (Prosup) – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento

Mês/Ano	Mestrado		Doutorado		Valor total (R\$ mil)
	Nº de bolsistas	Valor (R\$ mil)	Nº de bolsistas	Valor (R\$ mil)	
jan./04	866	627,43	297	317,60	
fev./04	860	623,08	292	313,28	936,36
mar./04	894	647,97	306	329,66	977,63
abr./04	912	779,76	302	382,63	1.162,39
maio/04	888	759,24	296	375,03	1.134,27
jun./04	887	758,39	292	369,96	1.128,35
jul./04	882	754,11	295	373,77	1.127,88
ago./04	879	751,55	298	377,57	1.129,12
set./04	848	725,04	279	353,49	1.078,53
out./04	832	711,36	265	335,76	1.047,12
nov./04	833	712,22	266	337,02	1.049,24
dez./04	835	713,93	267	338,29	1.052,22
Média	-	8.564,08	-	4.204,06	12.768,14
Porcentual	868	713,67	288	350,34	1.064,01

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Nas Tabelas 13 e 14 constam os bolsistas de mestrado e de doutorado do Prosup por grande área do conhecimento, em 2004.

Tabela 13 – Programa de Suporte à Pós-Graduação das IES Particulares (Prosup) – Distribuição de bolsistas no País, por Grande Área do Conhecimento – Mestrado

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes	Multi. e Ensino
jan./04	866	82	32	149	57	10	248	229	26	33
fev./04	860	81	32	149	59	10	250	220	26	33
mar./04	894	83	29	156	58	10	257	232	33	36
abr./04	912	83	28	155	58	10	270	237	33	38
maio/04	888	84	28	153	55	10	257	231	33	37
jun./04	887	84	28	154	55	10	254	232	34	36
jul./04	882	86	28	152	55	10	254	231	35	31
ago./04	879	82	28	154	56	10	251	227	40	31
set./04	848	83	27	152	45	10	233	225	40	33
out./04	832	84	28	153	45	10	234	201	44	33
nov./04	833	83	28	154	45	10	234	203	44	32
dez./04	835	82	29	154	45	10	235	203	44	33
Média	868	83	29	153	53	10	248	223	36	34
Porcentual	100,00	9,57	3,31	17,62	6,08	1,15	28,58	25,64	4,15	3,90

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Multi.: Multidisciplinar; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

Tabela 14 – Programa de Suporte à Pós-Graduação das IES Particulares (Prosup) – Distribuição de Bolsistas no País, por Grande Área do Conhecimento – Doutorado

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes
jan./04	297	33	5	35	15	53	136	20
fev./04	292	33	5	33	14	53	134	20
mar./04	306	32	6	41	15	56	141	15
abr./04	302	31	6	40	15	56	140	14
maio/04	296	31	6	40	15	54	136	14
jun./04	292	30	6	41	14	54	133	14
jul./04	295	32	6	39	16	54	134	14
ago./04	298	32	6	38	15	59	134	14
set./04	279	33	7	37	12	51	124	15
out./04	265	38	7	34	12	51	107	16
nov./04	266	38	7	34	12	50	109	16
dez./04	267	41	7	34	13	49	107	16
Média	288	34	6	37	14	53	128	16
Porcentual	100,00	11,69	2,14	12,91	4,86	18,52	44,43	5,44

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

Programa de Fomento à Pós-Graduação (Bolsas) (Prof)

O Prof, criado em 1998, tem por objetivo permitir que as instituições federais de ensino optantes tenham mais autonomia na utilização dos recursos destinados ao financiamento da pós-graduação.

Maior autonomia dar-se-á pela possibilidade de flexibilizar a utilização dos recursos, obedecendo à limitação mínima de 70% dos recursos para a implementação de bolsas de estudo. O Prof promove maior controle social, uma vez que os corpos docente e discente devem estar representados na gestão dos recursos públicos, apresentando projeto de planejamento à Capes e instituindo a Comissão de Planejamento e Gerência (CPG).

Atualmente integram o quadro, como participantes do Prof: Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A Tabela 15 demonstra o número de bolsistas de mestrado e de doutorado do Prof e valores pagos em 2004. Foram utilizadas 4.454 bolsas, sendo 3.083 de mestrado e 1.371 de doutorado.

Tabela 15 – Programa de Fomento à Pós-Graduação (Prof) – Mestrado e doutorado – Número de bolsistas no País e valores pagos

Mês/Ano	Mestrado		Doutorado		Valor total (R\$ mil)
	Nº de bolsistas	Valor (R\$ mil)	Nº de bolsistas	Valor (R\$ mil)	
jan./04	2.576	1.861,04	1.101	1.179,07	3.040,11
fev./04	2.518	1.819,02	1.104	1.184,46	3.003,48
mar./04	3.055	2.215,00	1.388	1.491,49	3.706,49
abr./04	3.250	2.772,05	1.431	1.813,08	4.585,13
maio/04	3.278	2.795,99	1.446	1.832,08	4.628,07
jun./04	3.253	2.774,61	1.453	1.840,95	4.615,56
jul./04	3.289	2.805,83	1.479	1.873,89	4.679,72
ago./04	3.304	2.818,65	1.520	1.925,65	4.744,30
set./04	3.229	2.754,53	1.474	1.867,56	4.622,09
out./04	3.084	2.631,12	1.350	1.710,45	4.341,57
nov./04	3.089	2.635,40	1.349	1.709,18	4.344,58
dez./04	3.075	2.623,43	1.353	1.714,06	4.337,49
Acumulado	-	30.506,67	-	20.141,92	50.648,59
Média	3.083	2.542,22	1.371	1.678,49	4.220,72

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Nas Tabelas 16 e 17 consta o número de bolsistas de mestrado e de doutorado do Prof distribuídos por grande área do conhecimento.

Tabela 16 – Programa de Fomento à Pós-Graduação (Prof) – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Mestrado

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes	Multi. e Ensino
jan./04	2.576	267	349	393	230	510	265	337	148	77
fev./04	2.518	258	353	383	214	498	259	334	143	76
mar./04	3.055	318	392	459	253	673	310	395	158	97
abr./04	3.250	359	415	482	288	686	339	405	167	109
maio/04	3.278	354	416	485	293	688	350	411	170	111
jun./04	3.253	349	416	484	294	679	350	407	169	105
jul./04	3.289	350	414	477	294	702	355	406	174	117
ago./04	3.304	361	416	479	301	695	354	408	173	117
set./04	3.229	362	392	424	303	697	356	417	159	119
out./04	3.084	325	377	418	308	640	335	407	156	118
nov./04	3.089	323	377	421	313	641	334	405	157	118
dez./04	3.075	321	374	418	312	636	332	408	157	117
Média	3.083	329	391	444	284	645	328	395	161	107
Porcentual	100,00	10,67	12,68	14,39	9,20	20,93	10,65	12,81	5,22	3,46

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Multi.: Multidisciplinar; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

Tabela 17 – Programa de Fomento à Pós-Graduação (Prof) – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Doutorado

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes	Multi. e Ensino
jan./04	1.101	133	212	139	85	262	54	112	60	44
fev./04	1.104	138	214	140	85	261	53	113	58	42
mar./04	1.388	156	254	173	103	369	79	131	65	58
abr./04	1.431	156	258	186	102	376	80	136	72	65
maio/04	1.446	156	261	184	106	377	81	140	72	69
jun./04	1.453	156	263	182	106	377	82	145	73	69
jul./04	1.479	160	273	185	106	382	83	148	73	69
ago./04	1.520	160	281	188	111	404	84	145	76	71
set./04	1.474	151	267	168	112	400	85	149	73	69
out./04	1.350	141	252	152	108	332	77	146	72	70
nov./04	1.349	143	251	150	108	333	79	147	70	68
dez./04	1.353	145	251	153	107	332	79	146	73	67
Média	1.371	150	253	167	103	350	76	138	70	63
Porcentual	100,00	10,91	18,46	12,16	7,53	25,57	5,57	10,08	5,09	4,63

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Linguística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Multi.: Multidisciplinar; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

Programa de Excelência Acadêmica (Proex)

A Capes lançou, em 2004, o Programa de Excelência Acadêmica (Proex), com o objetivo de manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, considerados de excelência, assim definidos no seu processo de avaliação, ou seja, cursos avaliados com nota 6 ou 7, de grande produtividade científica e tecnológica e formadores de recursos humanos do mais alto padrão acadêmico.

Os recursos dos programas tradicionais da Demanda Social, Prosup e Prof destinados aos cursos com conceitos 6 e 7, foram alocados ao Proex, por meio de repasses diretos às pró-reitorias do programa ou às coordenações dos referidos cursos.

Para tanto, foi implementado um total de 2.970 bolsas, onde 1.354 de mestrado e 1.430 de doutorado, que estão sendo pagas diretamente aos bolsistas, sendo repassados aos cursos, somente os valores destinados ao custeio.

Tabela 18 – Programa de Excelência Acadêmica (Proex) – Mestrado e doutorado

Mês/Ano	Mestrado	Valor (R\$ mil)	Doutorado	Valor (R\$ mil)	Valor total (R\$ mil)
set./04	1.068	913,14	1.149	1.455,78	2.368,92
out./04	1.459	1.247,45	1.527	1.934,71	3.182,16
nov./04	1.444	1.234,62	1.518	1.923,31	3.157,93
dez./04	1.445	1.235,48	1.528	1.935,98	3.171,46
Acumulado	-	4.630,69	-	7.249,78	11.880,47
Média	1.354	1.157,67	1.430	1.812,44	2.970,12

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

A Tabela 19 demonstra a distribuição dos bolsistas de mestrado do Proex, por grande área do conhecimento.

Tabela 19 – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes
set./04	1.068	234	154	353	34	55	31	149	58
out./04	1.459	312	186	442	40	117	60	240	62
nov./04	1.444	309	187	436	39	116	61	241	55
dez./04	1.445	310	190	436	37	115	60	242	55
Média	1.354	291	179	417	38	101	53	218	58
Porcentual	100,00	21,51	13,24	30,78	2,77	7,44	3,91	16,10	4,25

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

A Tabela 20 demonstra o número de bolsista de doutorado do Proex distribuídos por grande área do conhecimento.

Tabela 20 – Número de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Doutorado

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes
set./04	1.149	331	199	244	29	131	16	153	46
out./04	1.527	393	245	337	40	210	24	232	46
nov./04	1.518	386	246	338	41	206	24	231	46
dez./04	1.528	384	244	337	42	207	37	232	45
Média	1.431	374	234	314	38	189	25	212	46
Porcentual	100,00	26,11	16,32	21,95	2,66	13,18	1,77	14,82	3,20

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO – AÇÃO 6315

Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT)

O Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) constituiu-se em um tradicional instrumento da Capes e vem desempenhando um papel de mais alta relevância para o fortalecimento do sistema brasileiro de pós-graduação, mediante a qualificação do corpo docente das universidades federais brasileiras.

A partir do segundo semestre de 2004, o Programa recebeu reforço na concessão de novas bolsas de estudo, dando prioridade às instituições das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a implementação de 58 novas bolsas de mestrado e 278 de doutorado.

Espera-se que, com a reformulação do PICDT, o enfoque institucional nas Regiões Norte e Nordeste seja ainda mais diferenciado, sem deixar de considerar os critérios do mérito.

O PICDT apoiou, em 2004, um total de 73 bolsas de mestrado e 1.237 de doutorado, conforme a Tabela 21. A maioria de bolsas, concentrada na modalidade doutorado, deve-se ao fato do PICDT ser voltado para a qualificação de docentes das instituições de ensino superior.

Tabela 21 – Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) – Número de bolsistas no País e valores pagos – Mestrado e doutorado

Mês/Ano	Mestrado	Valor (R\$ mil)	Doutorado	Valor (R\$ mil)	Valor total (R\$ mil)
jan./04	87	63,03	1.616	1.730,88	1.793,91
fev./04	83	60,13	1.565	1.676,16	1.736,29
mar./04	58	42,15	1.149	1.231,57	1.273,72
abr./04	57	41,43	1.124	1.206,88	1.248,31
maio/04	54	46,17	1.107	1.400,46	1.446,63
jun./04	51	43,61	1.108	1.401,72	1.445,33
jul./04	90	76,95	1.289	1.631,69	1.708,64
ago./04	86	73,53	1.265	1.601,28	1.674,81
set./04	81	69,26	1.176	1.489,15	1.558,41
out./04	79	67,55	1.163	1.472,68	1.540,23
nov./04	76	64,98	1.147	1.452,40	1.517,38
dez./04	76	64,98	1.133	1.434,67	1.499,65
Acumulado	-	713,77	-	17.729,54	18.443,31
Média	73	59,48	1.236	1.477,46	1.536,94

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Na Tabela 22 consta o número de bolsistas de mestrado do PICDT, por grande área do conhecimento.

Tabela 22 – Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Mestrado

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes	Multi. e Ensino
jan./04	87	7	0	15	2	36	8	6	7	6
fev./04	83	7	0	14	2	34	7	6	7	6
mar./04	58	5	0	7	1	27	3	4	6	5
abr./04	57	5	0	7	1	26	3	4	6	5
maio/04	54	5	0	7	1	24	3	4	5	5
jun./04	51	5	0	7	1	24	3	3	5	3
jul./04	90	6	1	8	4	25	10	25	6	5
ago./04	86	5	1	8	4	24	10	24	5	5
set./04	81	5	1	8	4	21	10	24	4	4
out./04	79	5	0	8	4	20	10	24	4	4
nov./04	76	5	0	7	4	18	10	24	4	4
dez./04	76	5	0	7	4	18	10	24	4	4
Média	73	5	1	9	3	25	7	14	5	5
Porcentual	100,00	7,40	0,34	11,73	3,64	33,83	9,91	19,59	7,18	6,38

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Multi.: Multidisciplinar; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

Na Tabela 23 consta o número de bolsistas de doutorado do PICDT, por grande área do conhecimento.

Tabela 23 – Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) – Número de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Doutorado

Mês/Ano	Total	E. e T.	Bio.	Eng.	Saúde	Agr.	Soc. Aplic.	Hum.	Ling., Letras e Artes	Multi. e Ensino
jan./04	1.616	133	118	208	203	143	157	471	153	30
fev./04	1.565	129	115	201	189	137	152	465	147	30
mar./04	1.149	94	92	147	161	104	107	325	97	22
abr./04	1.124	93	89	146	158	104	101	316	95	22
maio/04	1.107	91	89	146	153	104	100	311	92	21
jun./04	1.108	91	89	148	151	106	99	311	93	20
jul./04	1.289	100	97	159	168	119	116	373	123	34
ago./04	1.265	97	93	156	162	115	115	370	123	34
set./04	1.176	91	80	138	151	109	107	344	122	34
out./04	1.163	92	79	132	149	107	104	345	122	33
nov./04	1.147	91	77	130	146	105	105	341	120	32
dez./04	1.133	91	76	130	142	101	103	339	119	32
Média	1.237	99	91	153	161	113	114	359	117	29
Porcentual	100,00	8,04	7,37	12,40	13,02	9,12	9,20	29,05	9,47	2,32

Fonte: CAPES/BOLETIM ESTATÍSTICO

Legenda: E. e T.: Ciências Exatas e da Terra; Agr.: Ciências Agrárias; Ling.: Lingüística; Bio.: Ciências Biológicas; Hum.: Ciências Humanas; Multi.: Multidisciplinar; Saúde: Ciências da Saúde; Soc. Aplic.: Ciências Sociais Aplicadas.

Programa Institucional de Capacitação Docente do Ensino Tecnológico (PICDTEC)

O PICDTEC, com os mesmos objetivos do PICDT, visa à formação de docentes das Escolas Técnicas Federais (ETFs) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's) em nível de mestrado, para qualificar o corpo docente dessas instituições.

O Programa é administrado pelas próprias instituições que selecionam e acompanham seus bolsistas. Em 2004 foram beneficiados 56 bolsistas.

Programa de Qualificação Institucional (PQI)

O Programa PQI tem por objetivo promover o desenvolvimento institucional das IES públicas por meio da formação de docentes e excepcionalmente de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no contexto de projetos, consubstanciados em ações de cooperação externa. Esses projetos, sustentados por projetos conjuntos de pesquisa, devem demonstrar o esforço institucional em subsidiar mudanças na metodologia de ensino, na pesquisa e nos cursos de pós-graduação das IES contempladas.

A característica principal do PQI é estabelecer cooperação acadêmico-científica, fundamentada em projetos de pesquisa, cujas ações de cooperação, quer sejam por meio das missões de estudo, quer sejam pelas missões de trabalho, visam não apenas à titulação dos docentes e técnicos em nível de mestrado e ou de doutorado, mas também estimular a elaboração e a implementação de estratégias de melhorias do ensino e da pesquisa entre instituições de ensino superior.

Em 2004 tiveram continuidade os 154 projetos já implementados, com um total de 394 bolsas de estudo, sendo 372 para doutorado pleno, 14 para mestrado e 8 para professor visitante.

O Quadro 2 mostra as instituições de ensino contempladas pelo programa PQI e respectivos números de projetos. A Capes investiu um total de R\$ 9.912.362,73 em bolsas e custeio dos projetos apoiados.

Quadro 2 – Instituições contempladas pelo PQI e quantidade de projetos

UF	IES	Quantidade de projetos
MG	UFMG	1
	UFJF	6
	UFLA	2
	UFV	2
	UFSJ	3
	Efoa	2
	UFU	3
PR	UFPR	1
	CEFET-PR	2
	UEL	4
	UEM	2
	Unicentro	1
	UEPG	2
	Unioeste	3
MT	UFMT	7
	Unemat	6
RS	UFPEL	4
	UFSM	3
	UFRGS	2
	FURG	3
BA	UFBA	4
	UESC	1
	Uneb	3
	UESB	3

CE	UFC	3
	Uece	4
	Urca	1
	Cefet-CE	2
MA	UFMA	9
PA	UFPA	4
	Uepa	3
PB	UFPB	3
	UFCG	2
	UEPB	2
RR	UFRR	7
PI	UFPI	4
	Uespi	2
PE	UPE	2
	UFPE	1
	UFRPE	2
RN	UFRN	5
SE	UFSE	4
AL	Ufal	3
AM	Ufam	3
ES	Ufes	3
AC	UFAC	2
AP	Unifap	2
GO	UFG	2
MS	UFMS	1
	UEMS	1
RO	Unir	2
SC	UFSC	2
RJ	UFRRJ	1
SP	Famerp	1
TO	UFT	1

Fonte: CAPES/DPR/CDI

Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (Prodoc)

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) tem demonstrado eficácia em titular doutores para atender à demanda por profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento. A fim de consolidar a experiência acadêmica de pesquisa dos recém-doutores, o Prodoc concedeu, em 2004, 302 bolsas de pós-doutorado.

A Capes quer assegurar que o programa seja um fator positivo para a melhoria dos programas de pós-graduação, do acompanhamento e a avaliação do desempenho desses jovens doutores, enquanto docentes e pesquisadores, visando a sua integração permanente ao Sistema Nacional de Pós-Graduação.

O Programa ofereceu 302 bolsas de pós-doutorado no valor de R\$ 3 mil mensais cada, pagos diretamente ao candidato selecionado, destinado à sua manutenção, com duração máxima de quatro anos, incluindo também recursos para custeio das atividades previstas no projeto, no valor de R\$ 12 mil anuais, repassados ao Programa de Pós-Graduação.

Em atenção aos questionamentos jurídicos feitos em 2003 e objetivando buscar solução imediata para a continuidade e ampliação do Prodoc, a Capes constituiu comissão para elaborar proposta de reformulação do modelo operacional do programa, conforme Portaria nº 79, de 24 de setembro de 2004. Em atendimento à sugestão da referida Comissão, o Prodoc foi reformulado e lançado novo edital, devidamente aprovado pela Procuradoria Jurídica da Capes.

A Tabela 24 demonstra a distribuição das bolsas por grande área do conhecimento.

Tabela 24 – Número de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – PRODOC – 2004

Área	Bolsistas	%
Ciências Agrárias	38	12,58
Ciências Biológicas	40	13,25
Ciências da Saúde	45	14,90
Ciências Exatas e da Terra	41	13,58
Ciências Humanas	50	16,56
Ciências Sociais Aplicadas	17	5,63
Engenharias	34	11,26
Linguística, Letras e Artes	16	5,30
Outros	21	6,95
Total	302	100

Fonte: CAPES/DPR/CDI

Na Tabela 24.1 constam os valores de mensalidades, taxas e auxílio pagos, por unidade da Federação, considerando os oito maiores programas de bolsa no País.

Tabela 24.1 – Valores de mensalidades, taxas e auxílios pagos no País, por unidade da Federação (excluído o fomento), considerando os oito maiores programas (valores em R\$)

UF	DS	PECPG	PICDT	PQI	Prodoc	Proex	Prof	Prosup	Total P/UF
Acre	32.823,08		265.658,89	69.992,02					368.473,99
Alagoas	909.121,66		384.263,38	33.923,12	36.000,00				1.363.308,16
Amapá			20.334,00	49.231,83					69.565,83
Amazonas	1.207.032,84	2.145,78	489.837,70	79.933,91	108.000,00				1.886.950,23
Bahia	5.126.800,22	48.198,60	1.116.211,31	371.176,03	399.000,00			163.033,48	7.224.419,64
Ceará	4.399.544,10		791.311,32	388.982,87	339.000,00			174.254,24	6.093.092,53
Distrito Federal	786.102,63	58.530,49	122.159,77		393.000,00	342.457,00	4.566.956,53	269.676,96	6.538.883,38
Espírito Santo	1.661.060,03		361.263,35	152.010,58	90.000,00				2.264.333,96
Goiás	2.044.074,08		751.651,39	43.282,68	135.000,00			191.358,00	3.165.366,15
Maranhão	125.900,32		593.622,09	460.916,05	27.000,00		470.399,60		1.677.838,06
Mato Grosso	654.995,48		1.316.531,07	651.559,82	72.000,00				2.695.086,37
Mato Grosso do Sul	970.879,70		690.304,53	49.127,12	54.000,00			203.109,24	1.967.420,59
Minas Gerais	5.636.012,29	175.843,81	1.855.520,69	602.122,10	894.000,00	601.474,00	17.564.252,08	1.252.112,48	28.581.337,45
Pará	296.786,36	14.824,78	1.280.677,87	204.293,39	90.000,00		3.093.542,56	75.999,04	5.056.124,00
Paraíba	5.223.308,84		1.580.130,35	203.140,80	132.000,00	104.585,00			7.243.164,99
Paraná	6.055.736,76	35.880,97	2.640.581,92	519.668,34	525.000,00	49.971,00	5.510.758,53	902.032,66	16.239.630,18
Pernambuco	7.096.455,79	25.119,04	689.978,35	118.721,22	324.000,00	184.202,00	1.546.477,70	143.463,00	10.128.417,10
Piauí	48.542,84		577.335,16	276.609,72			325.624,52		1.228.112,24
Rio de Janeiro	30.615.279,69	235.448,82	658.781,70	28.855,12	1.986.000,00	3.265.173,00		9.758.351,96	46.547.890,29
Rio Grande do Norte	3.853.920,41	9.999,04	839.537,97	94.129,88	180.000,00				4.977.587,30
Rio Grande do Sul	7.097.551,37	314.493,30	1.862.642,52	474.326,80	1.269.000,00	677.055,00	11.863.694,68	7.387.735,92	30.946.499,59
Rondônia	112.293,48		99.901,87		72.000,00				284.195,35
Roraima			277.547,08	140.862,82					418.409,90
Santa Catarina	461.085,56	185.325,91	387.845,39	72.137,80	420.000,00		7.043.680,32	464.651,96	9.034.726,94
São Paulo	72.209.923,25	347.812,91	64.942,84	68.921,50	2.280.000,00	6.718.878,00		12.831.833,26	94.522.311,76
Sergipe	358.856,90		388.888,06	200.125,94	144.000,00				1.091.870,90
Tocantins	34.200,00		305.020,51	25.340,00					364.560,51
Total	157.018.287,68	1.453.623,45	20.412.481,08	5.379.391,46	9.969.000,00	11.943.795,00	51.985.386,52	33.817.612,20	291.979.577,39

Fonte: CAPES/DPR/CDI

FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – AÇÃO 6313

Estão incluídos nesta ação os programas que induzem à implementação de atividades inovadoras visando à melhoria do ensino, incentivando a interação entre áreas do conhecimento e níveis de formação, promovendo a formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento de projetos destinados à redução de desigualdades regionais e a promoção de instituições e áreas de conhecimento prioritárias para o País, por meio de parcerias institucionais com a concessão de bolsas de estudo e demais auxílios a elas vinculadas.

A sua finalidade é reduzir as desigualdades nacionais na oportunidade de acesso a cursos de pós-graduação, bem como incentivar a interação entre as diferentes áreas do conhecimento e a formação de recursos humanos em áreas prioritárias para o desenvolvimento do País, promovendo a inclusão educacional pela integração da pós-graduação com os demais níveis de ensino.

Programa de Apoio à Educação Especial (Proesp)

O apoio à educação especial, em parceria com a Secretaria de Educação Especial (Seesp), tem por objetivo consolidar centros especializados na formação de recursos humanos no País, para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, integrados ou não à rede regular de ensino.

Em 2004, dando continuidade às ações já implementadas, foram financiados 10 projetos nas seguintes regiões: Região Sudeste (Unicamp, Unesp, USP, UFSCar); Região Sul (UFSC, UFSM); Região Centro-Oeste (UnB); Região Nordeste (UFRN, UFC); e Região Norte (Ufam), concedendo 13 bolsas de mestrado e 10 de doutorado e apoiando a participação de professores e pesquisadores renomados na área de educação especial.

Foram financiados, também, eventos e seminários, publicações, produção de vídeos e CD-ROM, além de cursos de extensão e capacitação de docentes que atuam com o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, desenvolvidos pelos programas de pós-graduação apoiados pelo Proesp.

Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad)

O Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) foi implantado em 2000 com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível e produzir conhecimentos científicos e tecnológicos por meio de redes de cooperação para promover o equilíbrio regional, a expansão e qualificação do sistema de pós-graduação e, conseqüentemente, dos demais níveis de ensino, apoiando missões de estudo e de trabalho vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa, envolvendo grupos de diferentes instituições do País.

Na primeira chamada, o Procad-2000, como experiência-piloto, apoiou 33 projetos, e o Procad-2001 diversificou sua atuação, apoiando duas modalidades de projetos, quais sejam:

Tipo I – cooperação entre equipes, sendo uma denominada Líder, vinculada a Programa de Doutorado de uma única Instituição de Ensino Superior com nota igual ou superior a 5 e as demais Associadas, constituídas por

pesquisadores estudantes e técnicos de um núcleo para a criação de Programa de pós-graduação *stricto sensu*;

Tipo II – cooperação entre equipes vinculadas a Programas de Doutorado com nota igual ou superior a 5. Esta modalidade apoiou 16 projetos em 2001.

Em 2004, a Capes apoiou um total de 117 bolsas, sendo 26 para Mestrado, 89 para Doutorado e 2 para Pós-Doutorado.

Na distribuição dos recursos por área, 28% foram destinados à área de Ciências Exatas e da Terra, 28% para as Engenharias, 18% para as Ciências Agrárias, 13% para as Ciências Sociais e Aplicadas, 9% para as Ciências Humanas, 2% para as Ciências Biológicas e 2% para área Multidisciplinar.

Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância (Papad)

O Programa foi lançado em 1997, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação a Distância, para apoiar projetos que visem ao desenvolvimento da educação presencial e/ou a distância, com recursos oriundos da Unesco. O Programa incentiva a pesquisa e a construção de novos conhecimentos que proporcionem a melhoria da qualidade, equidade e eficiência dos sistemas públicos de ensino, pela incorporação didática das novas tecnologias de informação e comunicação, sob duas modalidades de apoio:

Modalidade 1 - Apoio financeiro à elaboração de teses de doutorado ou de dissertações de mestrado sobre aplicações tecnológicas à Educação, destinado, exclusivamente, a estudantes da pós-graduação *stricto sensu*.

Modalidade 2 - Premiação de objetos de aprendizagem de elevado padrão de qualidade para uso em cursos ou disciplinas, ministrados presencialmente ou a distância na educação básica ou superior, desenvolvidos, exclusivamente, por docentes e pesquisadores de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*.

Em 2004 o Programa trouxe como inovação:

- a criação do sítio <http://200.130.6.181/site/index.php> permitiu a realização da inscrição eletrônica dos projetos, bem como a avaliação à distância que contribuiu para o desenvolvimento de um processo avaliativo de maior isenção e transparência, e ainda o envolvimento de um número maior de avaliadores sem onerar o programa com mais despesas com passagens e diárias. O sítio permitiu, também, a formação de um cadastro geral de discentes, professores e pesquisadores que lidam com a educação a distância, e já se encontram cadastrados 510 nomes. Entre estes foram selecionados os pesquisadores que compuseram os comitês *ad hoc* e presencial para a avaliação dos projetos;
- a disponibilização dos objetos premiados no repositório eletrônico Rede Internacional Virtual de Educação para o Melhoramento do Ensino/Aprendizagem (Rived), para serem utilizados pelas escolas e instituições de ensino; e
- a criação dos Anais do Programa, onde serão publicados os artigos elaborados pelos discentes apoiados na Modalidade.

Finalmente, esse conjunto de oito edições apoiou, até o momento, 74 dissertações de mestrado, 39 teses de doutorado e a premiação de 27 objetos de aprendizagem.

Na edição de 2004, para a Modalidade 1 concorreram 40 propostas, sendo 32 de mestrado e 8 de doutorado. Dessas, 15 foram recomendadas entre as instituições federais, estaduais e particulares.

Na Modalidade 2 concorreram ao prêmio 30 projetos de aprendizagem, sendo aprovadas 9 instituições.

Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais

A globalização da economia, a formação de blocos regionais, o estreitamento das relações entre os países de todos os continentes dão às relações internacionais uma nova dimensão, o que leva o Brasil a assumir um papel de destaque junto à comunidade internacional.

Como consequência, observa-se uma crescente demanda por profissionais altamente qualificados na área das relações internacionais tanto no setor público quanto no setor privado. A constatação de que os estudos internacionais no país não são suficientes e adequados para a formação desses profissionais, determina a necessidade de ações consistentes e continuadas para fortalecer a pesquisa e o ensino de pós-graduação nessa área no Brasil.

Em 2000, a Capes criou o Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais para fortalecer e ampliar os programas de pós-graduação e ainda contribuir para a criação de novos cursos na área de Relações Internacionais. O objetivo do Programa é apoiar projetos que desenvolvam estudos e pesquisas sobre regiões, países, instituições e os múltiplos aspectos, teóricos e práticos, relativos às diferentes instâncias de negociação internacional. O programa está voltado, essencialmente, para o desenvolvimento do ensino de pós-graduação em relações internacionais em instituições públicas.

Existem quatro projetos em andamento, sendo que em 2004 foram concedidas 21 bolsas de mestrado e quatro de doutorado.

Programa de Doutorado em Bioinformática e Microeletrônica (Biomicro)

O Biomicro tem como objetivo apoiar programas de pós-graduação vinculados a uma única instituição ou a um consórcio operacional de instituições que ofereçam um ambiente multidisciplinar no qual se realizem atividades de ensino e pesquisa, envolvendo pesquisadores experientes nas áreas temáticas dos Programas, trabalho conjunto em projetos de pesquisa, laboratórios de pesquisa estruturados, infra-estrutura apropriada e serviços técnicos de manutenção e ainda, estimular e contribuir para a criação de novos programas nessas áreas em nível de doutorado.

A principal característica é a existência de mecanismos de interação com instituições de pesquisa avançada e com empresas em nível nacional e internacional para assegurar a relevância dos temas de pesquisa e das inovações na aplicação dos resultados.

Foram aprovados os projetos relativos aos Programas de Bioinformática das seguintes instituições:

- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 11 bolsas de doutorado;
- Universidade de São Paulo (USP) – 19 bolsas de doutorado; e
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 14 bolsas de doutorado.

Projeto de Criação do Centro de Ensino e Pesquisa do Meio Ambiente (Cepema)

O objetivo deste projeto é criar um ambiente de pesquisa e de pós-graduação multidisciplinar para atuação na área de meio ambiente articulando competências de diversos segmentos da Universidade e atraindo especialistas de outras áreas no desenvolvimento de aplicação e soluções para problemas ambientais.

Em 2004 foram concedidas seis bolsas de doutorado.

Programa Nacional de Nanotecnologia

Este Programa foi criado a partir de uma proposta do Laboratório Nacional de Luz Síncroton (LNLS), com a participação da Capes na concessão de bolsas de doutorado pleno nas áreas de Nanotecnologia e Nanociência.

No ano de 2004 foram transferidos para o Programa somente os recursos destinados ao reajuste de seis bolsas de doutorado.

FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO - AÇÃO: 0485

Programa de Apoio a Eventos no País (Paep)

O Programa de Apoio a Eventos no País (Paep), implementado na década de 90, continua a representar um efetivo instrumento de apoio da Capes à promoção de eventos científicos, tecnológicos e culturais, de relevante importância para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa no País, atendendo a uma demanda historicamente crescente de instituições de ensino superior, associações e sociedades promotoras.

Em 2004, o Paep passou por uma reformulação, na sua forma de apoio, bem como nos seus critérios de concessão de recursos.

A partir de então passou a contemplar os eventos com recursos financeiros de custeio disponibilizados diretamente aos coordenadores dos cursos.

Outro ponto de destaque foi a criação de um formulário, por parte da Coordenação de Desenvolvimento Setorial (CDS), que permitiu uma análise técnica quanto ao mérito de cada evento, levando-se em consideração o porte do evento, a sua abrangência e o parecer da consultoria *ad hoc*, homologado pela Diretoria de Programas da Capes.

Em 2004, dos 649 projetos recebidos, o Paep apoiou um total de 427 eventos, totalizando R\$ 5 milhões. O Gráfico 3 demonstra a evolução na distribuição de recursos do Paep no período de 2002 a 2004.

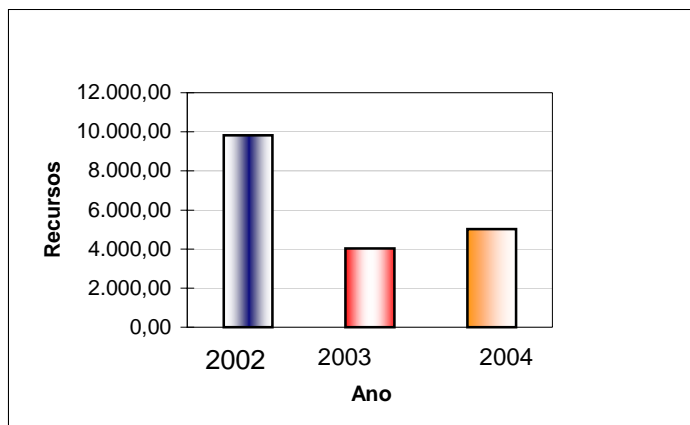


Gráfico 3 – Evolução na distribuição de recursos – 2002-2004 (R\$ 1.000)

Fonte: CAPES/DPR/CDS

O gráfico evidencia também uma queda no valor dos recursos concedidos pelo PAEP no ano de 2003, comparado ao ano de 2002. Isso se deveu ao fato da Capes conceder apenas passagens aéreas em 2003, quando no ano anterior, além das passagens, incluiu recursos para despesas de custeio e capital.

No Gráfico 4 consta a evolução de eventos apoiados de 2002 a 2004.

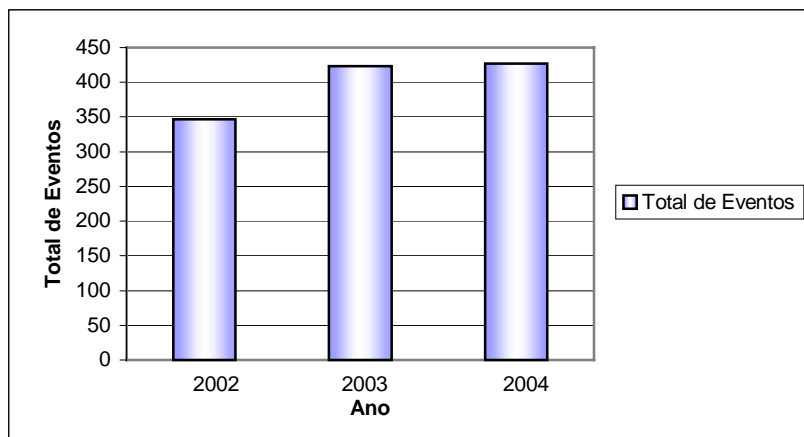


Gráfico 4 – Evolução do número de eventos apoiados – 2002-2004

Fonte: CAPES/DPR/CDS

A comparação dos Gráficos 3 e 4 demonstra que em 2002 a Capes apoiou menos eventos, apesar de haver repassado mais recursos.

Programa de Fomento à Pós-Graduação às Instituições Federais de Ensino Superior (Prof), Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) e Programa de Excelência Acadêmica (Proex)

Esses programas consistem na concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infra-estrutura de ensino e pesquisa, aquisição de insumos para laboratórios, melhoria das condições de funcionamento de bibliotecas, promoção e participação em eventos científicos, edição de obras científicas e demais atividades que contribuam para a qualidade das ações desenvolvidas pelos programas de pós-graduação.

O Prof e o Proap concedem recursos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação dos programas de pós-graduação de instituições públicas, com nota igual ou superior a 3, que participam do Programa de Demanda Social e das 11 instituições participantes do Prof, e do Proex, participam os programas avaliados com conceitos 6 e 7. O objetivo desses programas é a melhoria das condições de funcionamento, custeio de atividades de ensino e pesquisa, execução de projetos de cooperação entre instituições de ensino e/ou de pesquisa, participação e realização de eventos científicos nacionais e internacionais, observados os seguintes aspectos:

- I – apoio às atividades inovadoras dos programas de pós-graduação, voltadas para o seu desenvolvimento acadêmico, de modo a oferecer formação cada vez mais qualificada e diversificada aos estudantes de pós-graduação;
- II – utilização dos recursos disponíveis para a titulação de mestres e doutores em número capaz de atender às principais necessidades da demanda nacional e em tempo adequado;
- III – acesso aos recursos direcionados ao custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa dos programas de pós-graduação, relacionadas aos estudos de dissertação e tese dos estudantes de pós-graduação, e à manutenção e desenvolvimento desses programas;
- IV – apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de planejamento, definição e execução da política institucional de pós-graduação e a articulação da participação da IES no Proap.

O Programa apóia o custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa, especialmente no que concerne à realização dos trabalhos de dissertação e de tese pelos estudantes bolsistas da Capes.

Durante o ano de 2004, o Prof atendeu a 11 instituições, totalizando R\$ 21 milhões e o Proap apoiou 1.024 programas de pós-graduação de 80 instituições, totalizando R\$ 53.987.412,36. O repasse financeiro de fomento aos cursos e pró-reitorias de pós-graduação participantes do programa Proex foi no valor de R\$ 7.058.167,93, envolvendo 36 instituições, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Total de recursos investidos em instituições pelo Prof, Proap e Proex

Programas	Nº de instituições	R\$
Prof	11	21.000,00
Proap	80	53.987.412,36
Proex	36	7.058.167,93

CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR – AÇÃO: 0935

Programa de Bolsas de Estudos no Exterior (BEX)

O Programa de Bolsas no Exterior concede bolsas de estudos para as modalidades de doutorado pleno, estágio de doutorando (sanduíche) e estágio pós-doutoral, para o desenvolvimento de pesquisas em instituições estrangeiras, destinadas aos profissionais vinculados à docência no ensino superior e à pesquisa, no intuito de melhor situá-los no acelerado processo de avanço do conhecimento e visando, também, à consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa. Para tanto, atende às demandas específicas para formar, sobretudo, doutores em áreas não consolidadas no País e ainda tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de atualização, cooperação e abertura de novas linhas de pesquisa, sempre inseridas no contexto de atuação do participante do programa.

Não houve alteração significativa em relação aos fluxos tradicionais da distribuição de bolsas pelos diferentes países em 2004. As bolsas foram alocadas por países do seguinte modo: 460 nos Estados Unidos, 365 na França, 206 na Alemanha, 188 na Inglaterra, 127 na Espanha e 96 em Portugal. Esses países lideraram a preferência dos selecionados, ficando Canadá, Itália, Austrália, Holanda, Suíça e Bélgica entre os países que formam um segundo bloco.

As tabelas e os gráficos a seguir oferecem uma visão geral da distribuição dos bolsistas por região de origem, país de destino, por unidade da Federação e por grande área. O item 'exterior' representa os bolsistas brasileiros que já se encontravam no exterior por ocasião da seleção e concessão da bolsa.

Tabela 25 – Distribuição de bolsistas no exterior, por região de origem

Região	Qtde.	Porcentagem
Sudeste	860	51,62%
Sul	342	20,53%
Exterior	193	11,58%
Nordeste	187	11,22%
Centro-Oeste	60	3,60%
Norte	24	1,44%
Total	1.666	100,00%

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

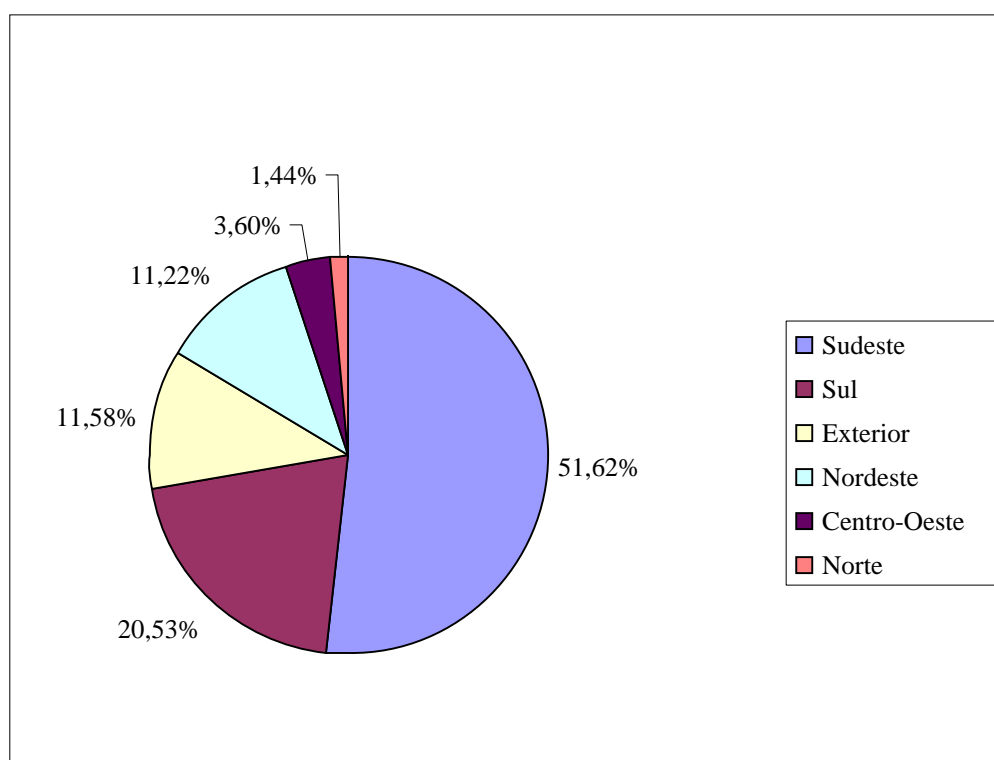


Gráfico 5 – Distribuição de bolsistas no exterior, por região de origem
 Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

Tabela 26 – Distribuição de bolsistas no exterior, por país de destino

País de destino	Qtde.	Porcentagem
Estados Unidos	460	27,64%
França	365	21,92%
Alemanha	206	12,34%
Grã-Bretanha	188	11,31%
Espanha	127	7,61%
Portugal	96	5,73%
Canadá	68	4,06%
Austrália	34	2,04%
Itália	33	2,00%
Holanda	22	1,30%
Bélgica	14	0,83%
Nova Zelândia	8	0,46%
Argentina	8	0,45%
Suíça	8	0,45%
Suécia	6	0,35%
México	4	0,26%
Áustria	3	0,19%
Irlanda	3	0,17%
Escócia	2	0,14%
Dinamarca	2	0,14%
Chile	2	0,13%
Israel	1	0,08%
Uruguai	1	0,06%
Grécia	1	0,06%
África do Sul	1	0,06%
Moçambique	1	0,06%
Finlândia	1	0,06%
República Tcheca	1	0,06%

Noruega	1	0,04%
Japão	1	0,04%
Total	1.666	100,00%

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

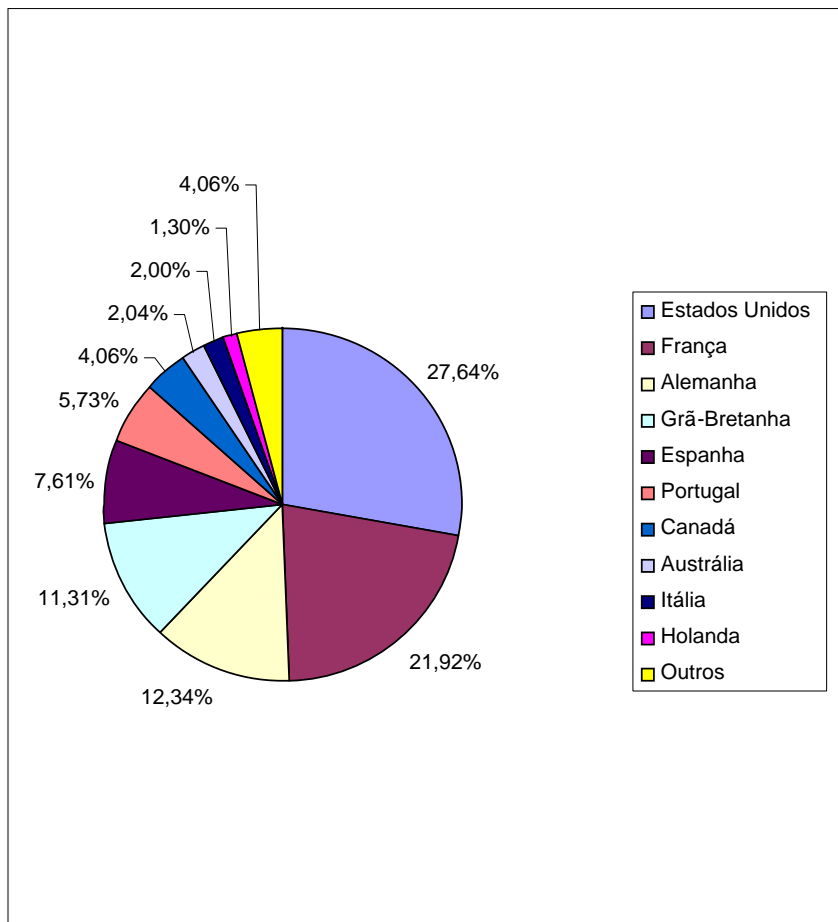


Gráfico 6 – Média de bolsistas ativos, por país de destino (ranking 10 maiores)

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

Tabela 27 – Distribuição de bolsistas no exterior, por UF de origem

UF de origem	Qtde.	Porcentagem
São Paulo	434	26,05%
Rio de Janeiro	245	14,71%
Exterior	193	11,58%
Minas Gerais	175	10,50%
Rio Grande do Sul	171	10,26%
Santa Catarina	93	5,58%
Paraná	78	4,68%
Piauí	67	4,02%
Distrito Federal	52	3,12%
Ceará	43	2,58%
Bahia	38	2,28%
Paraíba	25	1,50%
Pará	12	0,72%
Rio Grande do Norte	11	0,66%
Goiás	8	0,48%
Amazonas	7	0,42%
Espírito Santo	6	0,36%
Roraima	3	0,18%
Alagoas	1	0,06%
Maranhão	1	0,06%
Pernambuco	1	0,06%
Acre	1	0,06%
Rondônia	1	0,06%
Total	1.666	100,00%

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

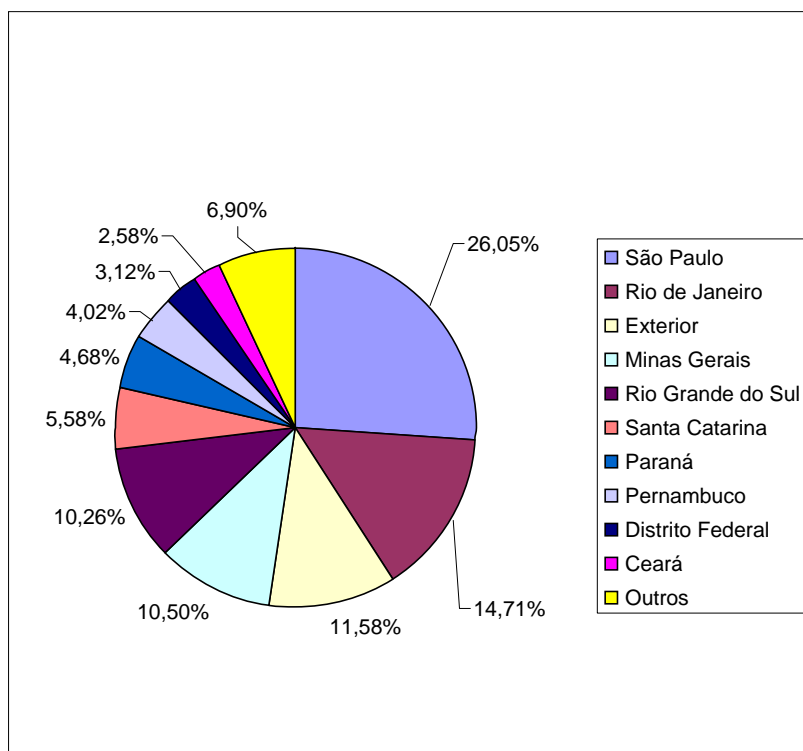


Gráfico 7 – Média de bolsistas ativos, por UF de origem (ranking 10 maiores)

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

Tabela 28 – Distribuição de bolsistas no exterior, por área

Área	Qtde.	Porcentagem
Engenharias	298	17,89%
Ciências Sociais Aplicadas	258	15,49%
Ciências Humanas	248	14,89%
Ciências Exatas e da Terra	244	14,65%
Ciências Biológicas	172	10,32%
Ciências da Saúde	151	9,06%
Linguística, Letras e Artes	145	8,70%
Ciências Agrárias	132	7,92%
Outras	18	1,08%
Total	1.666	100,00%

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

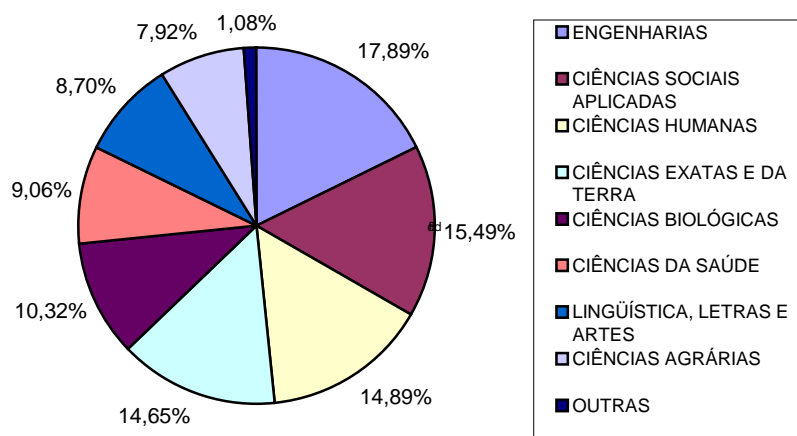


Gráfico 8 – Distribuição de bolsistas no exterior, por área

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

Tabela 29 – Distribuição de bolsistas no exterior, por nível

Nível	Qtde.	%
Doutorado pleno	781	46,88%
Doutorado sanduíche	452	27,13%
Estágio pós-doutoral	236	14,17%
Graduação sanduíche	190	11,40%
Mestrado sanduíche	4	0,24%
Especialização	2	0,12%
Mestrado	1	0,06%
Total	1.666	100,00%

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

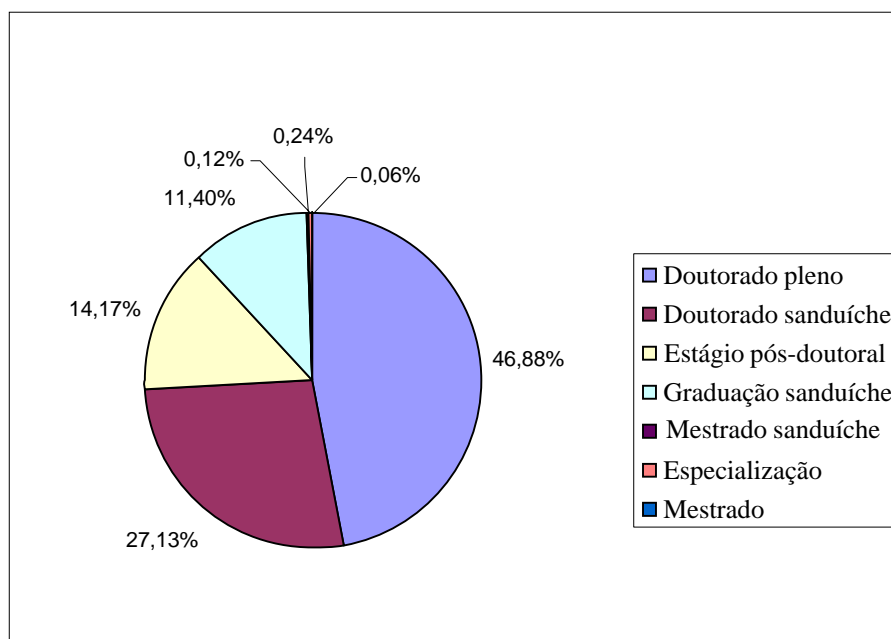


Gráfico 9 – Média de bolsistas ativos, por nível

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

Merece destaque o trabalho de revisão e aperfeiçoamento dos critérios e procedimentos relativos à alocação de bolsistas de doutorado no exterior, em 2004. A Capes vem acompanhando as aplicações feitas pelos candidatos à bolsa de doutorado, nas instituições estrangeiras, com vistas a uma melhor utilização dos recursos em bolsas e taxas escolares. Tal estratégia inclui, também, a identificação de parcerias nos locais de destino dos bolsistas, propiciando uma melhor compreensão da estrutura acadêmica de cada país.

Nesse sentido, a Capes firmou convênio de cooperação com a Comissão Fulbright objetivando, principalmente, a alocação acadêmica de bolsistas em programas de doutorado nas universidades norte-americanas, a negociação da redução das taxas acadêmicas cobradas pelas universidades e o acompanhamento acadêmico necessário aos estudantes durante a realização do curso.

O primeiro processo seletivo de candidaturas oriundas do convênio de cooperação com a Comissão Fulbright está em fase de execução e visa à inserção de novos bolsistas nas universidades norte-americanas no ano acadêmico 2005/2006, que se inicia em setembro de 2005. Os resultados desse primeiro ano de cooperação serão apurados, de forma preliminar, após a alocação dos bolsistas e repercutirão nos quatro anos subseqüentes, com o acompanhamento acadêmico.

Além de conceder bolsas de estudos no exterior, a Capes financia passagens internacionais para a participação de professores e pesquisadores com títulos de doutor, em eventos no exterior, por intermédio do Programa de Apoio a Eventos no Exterior (Paex), que tem como objetivo, a divulgação das produções científicas, tecnológicas e culturais geradas no País.

Em 2004, a Capes apoiou 443 solicitações de auxílio-deslocamento para participação em seminários e simpósios científicos no exterior, conforme demonstrado na Tabela 31.

Tabela 30 – Distribuição de concessão Paex, por região e origem da solicitação – 2004

Região	Qtde	Porcentagem
Sudeste	862	56,90%
Sul	385	25,41%
Nordeste	151	9,97%
Centro-Oeste	104	6,86%
Norte	8	0,53%
Exterior	5	0,33%
Total	1.515	100,00%

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

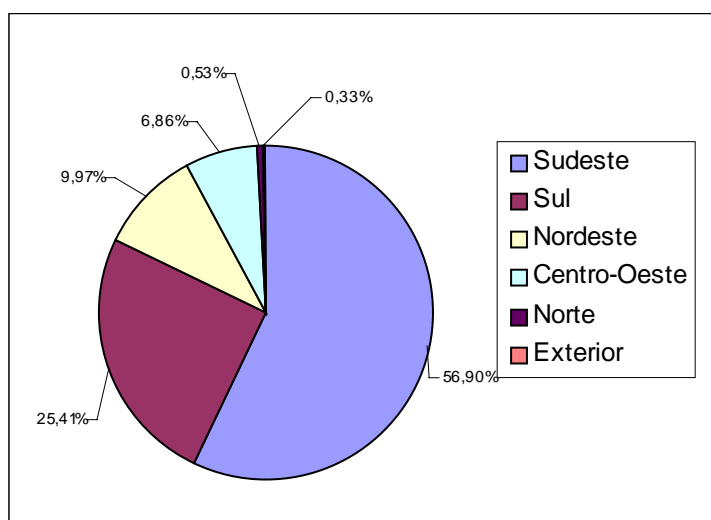


Gráfico 10 – Distribuição de demanda Paex, por região de origem – 2004

Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

Tabela 31 – Distribuição de concessão Paex, por país de destino – 2004

País de destino	Qtde	Porcentagem
Estados Unidos	76	17,16%
Portugal	48	10,84%
França	44	9,93%
Itália	31	7,00%
Espanha	30	6,77%
Canadá	22	4,97%
Gra-Bretanha	17	3,84%
México	17	3,84%
Austrália	14	3,16%
Argentina	12	2,71%
Alemanha	11	2,48%
Republica Tcheca	10	2,26%
Grécia	7	1,58%
Japão	7	1,58%
Polónia	7	1,58%
China	6	1,35%
COSTA RICA	6	1,35%
Índia	6	1,35%
Áustria	5	1,13%
Bélgica	5	1,13%
Coreia do Sul	5	1,13%
CUBA	5	1,13%
África do Sul	4	0,90%
Dinamarca	3	0,68%
Finlândia	3	0,68%
Holanda	3	0,68%
Irlanda	3	0,68%
Noruega	3	0,68%
Cabo Verde	2	0,45%
Chile	2	0,45%
Egito	2	0,45%
Escócia	2	0,45%
Eslovenia	2	0,45%
Estonia	2	0,45%
Letónia	2	0,45%
Peru	2	0,45%
Suíça	2	0,45%
Tailândia	2	0,45%
Angola	1	0,23%
Bahamas	1	0,23%
Bermudas	1	0,23%
Chipre	1	0,23%
Hungria	1	0,23%
Lituânia	1	0,23%
Marrocos	1	0,23%
Mônaco	1	0,23%
Paquistão	1	0,23%
Porto Rico	1	0,23%
Romenia	1	0,23%
Suécia	1	0,23%
Uruguai	1	0,23%
Total	443	100,00%

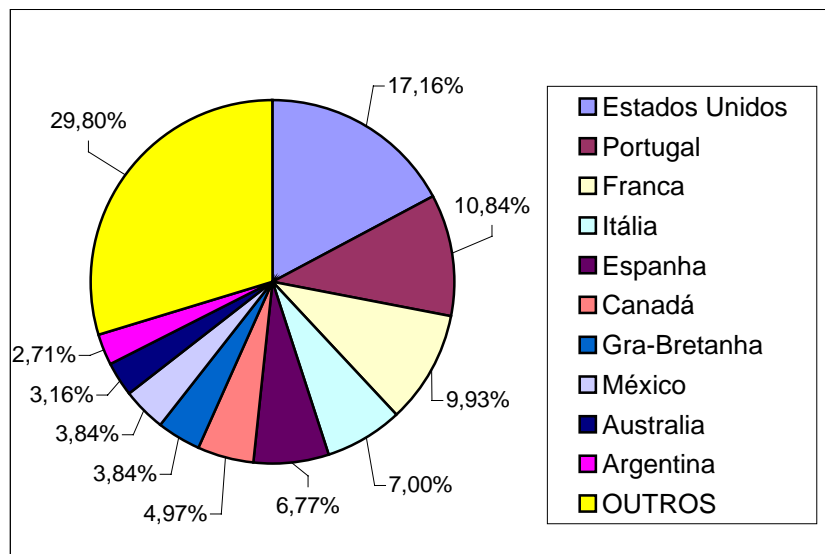


Gráfico 11 – Distribuição de concessões Paex, por país de destino
 Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

Em 2004, com o mesmo propósito de aprimorar o acompanhamento de seus bolsistas no exterior e de melhor aplicar os recursos financeiros destinados ao Programa, a Capes também revisou os procedimentos de candidaturas relativos à modalidade de bolsa para estágio de doutorando no exterior (sanduíche), tanto para as solicitações efetuadas diretamente à agência, via balcão, como para aquelas previamente selecionadas pelos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior brasileiras – Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE).

Para as candidaturas efetuadas pelos doutorandos, procurou-se enfatizar o sentido de cooperação e de intercâmbio esperado para essa modalidade de bolsa, requerendo demonstrações de inequívoco entrosamento entre o orientador no Brasil e o co-orientador no exterior. O papel do orientador no Brasil tornou-se mais evidente na medida em que esse passou a assumir formalmente, perante a Capes, a sua responsabilidade pelas atividades acadêmicas realizadas por seu orientando no exterior. Com a parceria estabelecida entre orientadores, para a formação dos novos doutores, foi possível reduzir custos com bolsas no exterior por meio da exclusão do benefício relativo ao pagamento de taxas escolares.

Após o encerramento dos processos de bolsas no exterior, os ex-bolsistas são acompanhados pela Capes, principalmente aqueles que foram beneficiados e abandonaram seus estudos ou não concluíram em tempo hábil suas atividades, ou ainda, mesmo tendo concluído, não cumpriram com suas obrigações de retorno e permanência no Brasil. Esses bolsistas são cobrados no sentido de regularizarem suas pendências ou para que ocorra a recuperação dos investimentos feitos, em conformidade com as normas e procedimentos previstos no programa.

Em 2004, objetivando solucionar as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas na Austrália, Nova Zelândia e Suécia, em face das desvalorizações cambiais do dólar americano, a Capes adotou as moedas oficiais daqueles países para o pagamento de bolsas de estudos. Essa medida já fora estabelecida em 2003, para os bolsistas com atividades acadêmicas em andamento nos países que adotam o euro e a libra, como moeda oficial.

Tabela 32 – Distribuição de valores pagos em dólar, por país de destino

País de destino	Mensalidade	Taxas	Total	Porcentagem
Estados Unidos	5.801.659,98	2.193.239,38	7.994.899,36	25,67%
França	6.745.813,27	68.730,11	6.814.543,38	21,88%
Grã-Bretanha	3.023.417,85	1.899.137,35	4.922.555,21	15,81%
Alemanha	2.806.399,97	368,14	2.806.768,11	9,01%
Espanha	2.243.770,11	34.233,21	2.278.003,32	7,32%
Portugal	1.821.854,40	49.699,32	1.871.553,73	6,01%
Canadá	952.121,69	238.955,82	1.191.077,51	3,82%
Austrália	515.465,08	405.978,31	921.443,39	2,96%
Itália	597.081,56	48.379,18	645.460,74	2,07%
Holanda	373.582,39	162.998,50	536.580,89	1,72%
Bélgica	230.644,22	1.543,50	232.187,71	0,75%
Nova Zelândia	125.729,94	59.116,93	184.846,87	0,59%
Suécia	94.898,37	67.122,89	162.021,26	0,52%
Suíça	94.869,97	835,07	95.705,05	0,31%
Escócia	71.209,67	23.123,95	94.333,62	0,30%
México	66.432,76	1.761,47	68.194,23	0,22%
Argentina	60.160,00	0,00	60.160,00	0,19%
Chile	43.716,67	3.000,00	46.716,67	0,15%
Áustria	40.493,59	1.973,49	42.467,08	0,14%
Dinamarca	34.350,00	0,00	34.350,00	0,11%
Irlanda	24.043,94	4.949,83	28.993,77	0,09%
Israel	28.740,00	0,00	28.740,00	0,09%
Noruega	5.340,00	17.900,00	23.240,00	0,07%
Japão	14.676,67	0,00	14.676,67	0,05%
Uruguai	10.700,00	0,00	10.700,00	0,03%
Finlândia	9.215,55	0,00	9.215,55	0,03%
África do Sul	6.153,33	1.750,00	7.903,33	0,03%
República Tcheca	6.650,00	0,00	6.650,00	0,02%
Grécia	6.417,93	0,00	6.417,93	0,02%
Total	25.855.608,90	5.284.796,45	31.140.405,36	100,00%

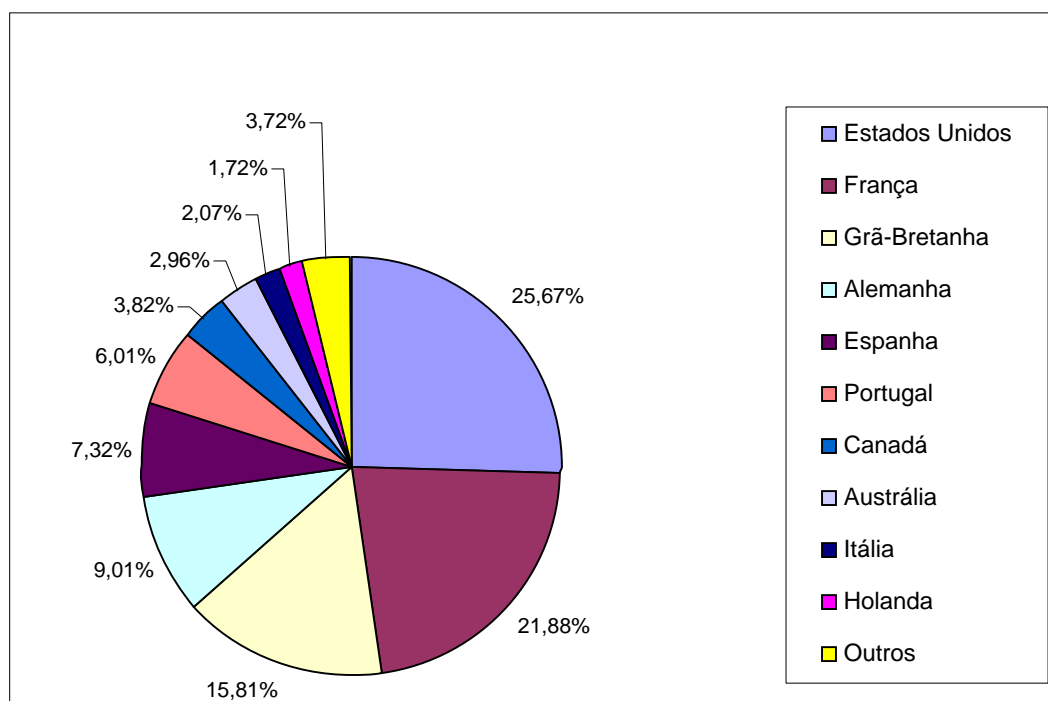


Gráfico 12 – Distribuição de valores pagos em dólar, por país de destino (ranking 10 maiores)
 Fonte: CAPES/CBE/CGCI, 2004.

Melhoramentos no acompanhamento dos programas de bolsas no exterior implementados pela Coordenação Geral de Bolsas no Exterior

Sob a ótica operacional, em 2004, a Capes continuou desenvolvendo o projeto de gerenciamento eletrônico de dados, o que contribuiu significativamente para o seu aprimoramento gerencial. As operações no setor de bolsas no exterior foram agilizadas com o novo sistema eletrônico, facilitando a operacionalização das atividades do setor, especialmente nos processos de candidatura, julgamento e seleção, bem como no suporte ao pagamento e acompanhamento dos bolsistas. A adoção desse procedimento tem sido crescente em todas as modalidades de bolsas concedidas, com a expectativa de que, em médio prazo, todas as candidaturas aos programas tenham seus trâmites gerenciados pelo novo sistema.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM ÁREAS ESTRATÉGICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - AÇÃO: 6422

Programa de Cooperação e Intercâmbio Internacional

As atividades de intercâmbio e cooperação internacional constituem importantes instrumentos para a ampliação da competência científico-tecnológica do país. Decorrem em grande parte de acordos bilaterais firmados pelo Brasil e beneficiam instituições de ensino superior de todas as regiões do País. São financiados projetos de pesquisa desenvolvidos conjuntamente por grupos de brasileiros e estrangeiros, sendo apoiados o intercâmbio de professores (missões de trabalho), o intercâmbio de estudantes (bolsas de estudo) e o custeio parcial dos projetos aprovados.

A maioria dos projetos, no âmbito dos programas de cooperação internacional, procura equacionar custos e atividades de maneira simétrica, permitindo assim a intensificação do intercâmbio nos dois sentidos e o adequado planejamento orçamentário em médio prazo.

Além da cooperação com os parceiros tradicionais (Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra, Espanha e Portugal), grande ênfase foi dada ao intercâmbio com os países do Mercosul e da América Latina.

O Programa Estudante Convênio (PEC/PG) visa à implementação dos acordos de cooperação internacional, especialmente com os países da América Latina e os de língua portuguesa da África. Destaca-se também a crescente importância atribuída à cooperação com países em estágio de desenvolvimento científico ainda incipiente da África, Ásia, Oceania, América do Sul e Caribe.

Atendendo à recomendação do Gabinete do Ministro da Educação, a Capes chefiou um Grupo de Trabalho especialmente constituído por representantes do MCT, CNPq, Seed/MEC, AI/GM/MEC, ABC/MRE e MRE de Cabo Verde, com a finalidade de iniciar cooperação com aquele país. Ficou estabelecido na missão que os órgãos participantes apoiariam o Ministério de Educação e Valorização dos Recursos Humanos de Cabo Verde na implantação de uma universidade pública no país, por meio de um programa de cooperação.

A Capes participou, também, do Fórum Índia, Brasil e Estados Unidos (IBAS), com o objetivo de iniciar a cooperação no campo da educação superior com os países citados. Para tanto, foi submetido ao Fórum, na Reunião de Pontos Focais de Nova Délhi, em dezembro de 2004, um programa de intercâmbio de estudantes e professores por meio de projetos conjuntos de pesquisa no modelo Probral e Cofecub. O referido programa foi aprovado pelas partes e com previsão para início das atividades em 2006.

No final de 2004, a Capes iniciou negociações para o início da cooperação com a Holanda, por intermédio da Universidade de Wageningen.

Ainda no âmbito da concessão de bolsas isoladas, a Capes conta com os programas Capes/Fulbright, que visa incrementar as relações bilaterais no meio acadêmico e a divulgação da ciência, tecnologia e cultura entre o Brasil e os Estados Unidos. Foram concedidas em 2004, nove bolsas de doutorado sanduíche.

O Programa Vilmar Faria foi estabelecido por meio de acordo entre a Capes e a Universidade do Texas e visa apoiar a pesquisa em Análise Quantitativa e Políticas Públicas. Em 2004, cinco bolsas foram concedidas no âmbito do programa, na modalidade de doutorado sanduíche.

Houve expressiva atividade também com o Programa de Professor Visitante Estrangeiro (PVE), cujo objetivo é apoiar a pós-graduação brasileira por meio do incentivo à

vinda de professores estrangeiros, com formação acadêmica diferenciada, de reconhecida competência em sua área de atuação e que estejam aptos a desenvolver atividades de docência, pesquisa, orientação ou co-orientação. Em 2004, 44 professores foram contemplados pelo programa.

Destacaram-se, ainda, os convênios e acordos implementados com a França (Acordo Capes/Cofecub), com a Alemanha (Programa Capes/Daad), com os EUA (Comissão Fulbright e Universidade do Texas), com Portugal (ICCTI) e com a Espanha Capes/MECD, além de diversos países latino-americanos. Merece destaque uma nova forma de intercâmbio, iniciada em 2001, que foi a criação de “parcerias universitárias”. Foram firmados convênios e iniciados os primeiros projetos com os Estados Unidos, por intermédio do Fund for Improvement of Post Secondary Education (Fipse) e com a Alemanha pelo (Deutscher Akademischer Austauschdienst (Daad), conforme demonstrado na Tabela 33.

Tabela 33 – Demonstrativo das atividades dos programas de projetos conjuntos de pesquisa

Programa	Propostas apresentadas em -2003-	Propostas aprovadas para 2004	Projetos em andamento	Missões de trabalho	Missões de estudo
Cofecub (França)	115	46	131	228	186
Probral (Alemanha)	50	25	56	88	32
Grices (Portugal)	12	6	51	65	24
Antorchas (Argentina)	1	0	0	0	0
DFG (Alemanha)	3	2	8	0	1
Conicyt (Chile)	0	0	0	0	0
MES (Cuba)/Projetos	1	1	1	2	2
Univ. La Republica (Uruguai)	1	0	0	0	0
SECyT (Argentina)	0	0	25	23	13
Univ. do Texas (EUA)	0	3	13	26	9
MECD (Espanha)	47	21	35	47	37
Baviera (Alemanha)	0	0	8	12	5
Total	230	104	328	491	309

Fonte: Capes.

Parcerias Universitárias

Fipse/Capes

O Programa Fipse/Capes contempla o consórcio de instituições do Brasil e dos Estados Unidos, pelo menos duas de cada país que, em conjunto, escolhem uma área acadêmica para colaboração. Estabelecendo o intercâmbio de discentes de graduação e docentes, pretende-se compatibilizar e aprimorar currículos, tanto na estrutura como nos conteúdos das disciplinas, além da inovação em metodologias de ensino. Em situações especiais, isso poderá conduzir à dupla diplomação do aluno pelas instituições parceiras. Importante é a troca de alunos nos dois sentidos, com reconhecimento recíproco de créditos obtidos, com planos de estudos individuais previamente acordados pelas coordenadorias do consórcio.

Em 2004, foram apresentadas ao Programa Fipse/Capes 23 propostas de consórcios, das quais 10 foram selecionadas, com duração de quatro anos, sendo 40 projetos em andamento com atividade de 60 missões de trabalho e 182 missões de estudo pelo lado brasileiro.

Unibral

Com a Alemanha, o Programa Unibral (Daad/Capes) tem finalidade semelhante ao Fipse/Capes, com parcerias de pelo menos uma instituição de cada lado. Das 10 propostas apresentadas em 2004, foram selecionadas 4, que se somaram às 24 já existentes e realizadas 95 missões de estudo e 48 missões de trabalho.

O Programa Unibral estimula a troca de alunos e professores, focando especialmente o ensino de graduação, o reconhecimento recíproco de créditos, os seminários paralelos de revisão e modernização curricular e as propostas de futura diplomação dupla, já prevista em alguns projetos em andamento, promovendo a inserção internacional da universidade brasileira.

Brafitec

Em 2001, teve início o estudo de uma proposta de programa com a França, denominado Brafitec, por intermédio da Conférence des Directeurs d'Écoles et Formations d'Ingénieurs (Cdefi), que engloba as Grandes Escolas de Engenharia da França, com o objetivo de formar parcerias semelhantes às dos Estados Unidos e da Alemanha, agora concentradas na área tecnológica por meio de pequenas redes. Neste programa, pretende-se atingir o estágio de dupla diplomação, já em exercício em algumas escolas de engenharia no País (USP – Politécnica, PUC – Rio, UFRGS – Porto Alegre e UFC – Fortaleza). O programa Brafitec/Capes foi implementado em 2002, tendo sido apresentadas 24 propostas, das quais, 10 foram selecionadas, com duração de quatro anos, envolvendo 25 instituições nos dois países. Em 2004, foram apresentadas 12 propostas e aprovadas 7, totalizando 19 projetos em andamento com atividade de 24 missões de trabalho e 85 missões de estudo pelo lado brasileiro.

CAPG/BA

O Programa Centros Associados de Pós-Graduação Brasil e Argentina (CAPG/BA), criado em 2002, financia parcerias universitárias em nível de pós-graduação. O referido programa foi implementado em convênio com a Secretaria de Políticas Universitárias (SPU) da Argentina, e, em 2003, foram implementados 15 projetos de parcerias. Candidataram-se, para início das atividades, em 2004, 5 propostas de parcerias, das quais 3 foram aprovadas.

ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - AÇÃO – 2317

Portal de Periódicos

O Programa de Apoio para a Aquisição de Periódicos (PAAP) tem como objetivo primordial a redução da desigualdade regional, o desenvolvimento científico e tecnológico do País, possibilitando às instituições de ensino superior o acesso à literatura científica internacional.

Seu principal instrumento de ação é o Portal de Periódicos que, por meio da manutenção de acervos de periódicos e publicações científicas, permite a inserção da comunidade acadêmica brasileira no cenário na produção do conhecimento internacional.

O PAAP vem crescendo além das expectativas, e reforçando o compromisso da Capes com os programas de pós-graduação do País. Proporcionou o acesso de 144 instituições participantes do portal, de forma gratuita às bases de dados e patentes científicas oferecidas no portal de periódicos.

Entre as atividades desenvolvidas em 2004, destacaram-se:

- aumento do número de títulos de periódicos com texto completo de 3.379 para 8.516;
- inclusão no Portal de 29 Cefet's;
- inclusão de 74 novas bases referenciais;
- inclusão, para 2005, de 15 novas instituições aprovadas pela Comissão de Avaliação Trienal da Capes;
- realização da VI Jornada de Treinamento no 1º semestre;
- realização da VII Jornada de Treinamento no 2º semestre;
- renovação de contratos com as editoras;
- contratações de novas bases de dados; e
- renovação do convênio com a Finep para financiar o acesso dos Cefet's e 50% do custo do acesso da Embrapa.

A Tabela 34 apresenta os números de artigos acessados em texto completo durante o ano de 2004. Ressalta-se o vertiginoso crescimento do número de acessos ao Portal Periódicos. Comparativamente ao ano de 2003, os dados revelam um aumento de 74,6% no número de acessos efetuados em 2004.

A Tabela 35 demonstra um aumento de 38,3% no número de acesso às bases referenciais em comparação com o ano de 2003.

Tabela 34 – Portal de Periódicos – Número de acessos às bases com texto completo – janeiro/dezembro – 2004

Bases	jan./04	fev./04	mar./04	abr./04	maio/04	jun./04	jul./04	ago./04	set./04	out./04	nov./04	dez./04	Total
ABI	9.835	14.806	24.971	31.026	29.377	24.817	23.874	26.998	27.375	26.504	22.798	16.263	278.644
ACM	9.650	8.738	20.049	19.607	17.108	13.690	10.527	16.317	14.304	15.300	17.268	16.054	178.612
ACS	113.185	96.092	139.900	131.461	136.411	129.036	124.837	145.850	137.437	3.339	130.232	93.536	1.381.316
AIP	15.135	18.307	20.873	22.394	23.972	23.922	24.925	24.918	23.209	26.955	23.646	19.683	267.939
Blackwell	3.080	3.810	6.236	5.135	62.570	70.081	60.159	64.208	68.661	64.994	56.201	45.657	510.792
Cambrige	133	3.698	7.440	6.748	6.408	6.196	4.179	6.237	5.253	4.108	4.423	2.948	57.771
Emerald	445	553	1.513	6.591	7.497	12.682	13.985	8.273	5.111	3.466	6.720	6.369	73.205
Gale	6.129	5.160	9.274	7.667	8.329	7.789	7.242	6.988	10.417	7.060	7.839	4.826	88.720
Highwire Press	44.052	42.829	60.832	53.729	57.893	53.336	53.475	51.722	58.724	60.656	61.328	43.855	642.431
IEEE	7.402	8.769	11.187	50.409	46.805	46.805	40.599	53.919	50.100	48.152	56.739	44.935	465.821
Nature	23.963	21.461	27.991	32.357	28.798	27.719	25.062	27.412	26.276	33.134	33.449	24.692	332.314
OECD	0	135	1.389	1.484	1.534	-	-	-	-	-	-	-	4.542
Ovid	53.391	64.072	91.736	100.090	81.354	46.465	83.287	86.295	88.109	82.998	74.489	53.414	905.700
Oxford	9.818	15.600	22.676	24.414	26.705	29.291	25.536	28.735	26.863	30.563	11.452	11.218	262.871
Sage	6.751	6.665	10.567	10.147	9.916	6.122	6.932	7.574	7.254	2.571	1.316	948	76.763
Science Direct	377.029	417.365	573.276	574.666	614.915	547.078	549.128	544.490	527.963	499.612	499.975	361.850	6.087.347
Wilson	151	1.282	4.687	6.102	5.120	4.273	4.550	3.632	5.760	5.896	5.909	5.395	52.757
Kluwer	69.009	68.326	95.483	86.170	106.782	107.417	98.108	100.627	116.061	107.932	112.583	80.564	1.149.062
Springer	16.671	17.231	21.968	23.723	28.676	26.051	24.014	28.152	29.661	23.259	24.614	18.844	282.864
Total	765.829	814.899	1.152.048	1.193.920	1.300.170	1.182.770	1.180.419	1.232.347	1.228.538	1.046.499	1.150.981	851.051	13.099.471

Fonte: Capes

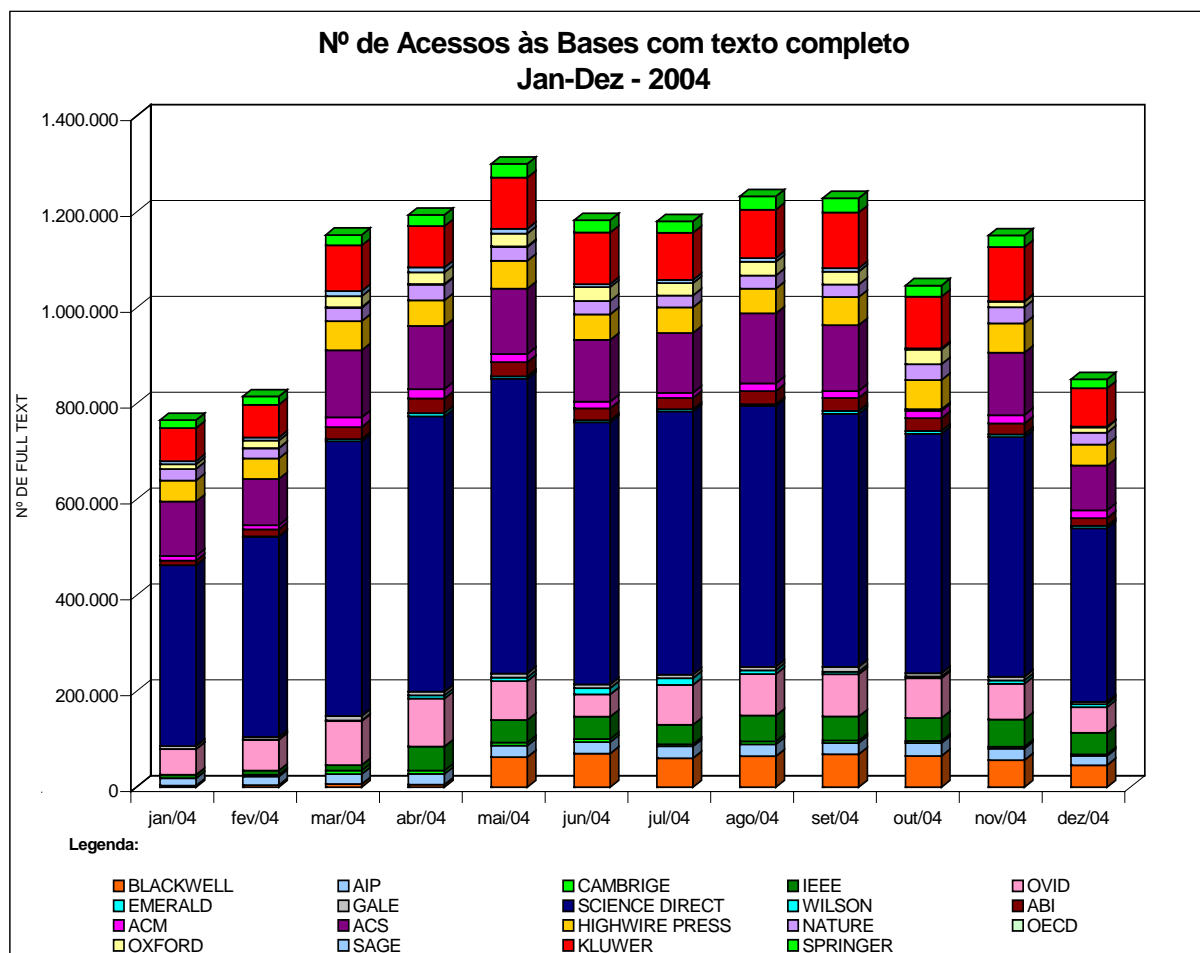


Gráfico 13 – Portal de Periódicos – Acesso às bases, por editora

Fonte: CAPES/DPR/CAC

Tabela 35 – Portal de Periódicos – Número de acessos às bases referenciais – janeiro/dezembro – 2004

Bases	jan./04	fev./04	mar./04	abr./04	maio/04	jun./04	jul./04	ago./04	set./04	out./04	nov./04	dez./04	Total
Inspec	0	0	0	1.730	889	1.490	284	-	-	-	-	-	4.393
ABI Referencial	10.511	14.692	26.664	28.748	32.946	30.753	25.536	32.217	28.536	27.580	27.209	17.083	302.475
WoS	173.573	176.886	265.529	246.348	260.241	231.067	230.991	258.836	274.983	269.996	180.302	123.568	2.692.320
Compendex	3.800	4.210	5.741	4.404	4.142	3.624	2.939	4.459	4.688	4.596	5.671	3.888	52.162
Biological Abstracts	249.928	280.036	440.250	342.787	340.191	277.111	241.659	291.408	302.506	300.761	287.546	97.670	3.451.853
CAB Abstracts	165.562	185.607	328.615	297.463	262.198	211.250	178.784	266.536	259.997	245.124	234.329	131.936	2.767.401
EconLit	4.619	4.622	8.114	7.679	6.135	5.539	3.798	5.158	7.639	10.723	6.727	3.788	74.541
FSTA Food Science and Technology Abstracts	26.043	28.958	46.937	42.922	40.031	32.005	29.342	40.088	37.200	34.007	37.356	18.910	413.799
GeoRef	22.730	17.754	26.627	21.255	18.589	14.018	11.550	14.002	18.656	15.251	17.295	11.315	209.042
MathSci	17.491	12.830	20.463	16.055	13.681	10.497	8.707	11.648	13.775	11.481	11.609	7.881	156.118
MLA International Bibliography	6.494	5.333	8.352	8.086	10.087	8.838	4.953	5.900	10.756	8.323	7.156	4.592	88.870
Philosopher's Index	2.057	1.667	2.802	8.841	3.380	2.822	1.558	2.301	3.283	2.656	2.433	1.693	35.493
PsycInfo	190.344	221.312	376.375	358.608	354.488	273.178	226.477	314.243	324.441	284.901	264.346	168.936	3.357.649
CSA	5.799	5.458	12.555	16.216	15.515	10.536	8.633	13.157	16.455	18.331	17.560	9.717	149.932
DII	519	0	0	0	363	554	666	752	461	655	498	422	4.890
Total	879.470	959.365	1.569.024	1.401.142	1.362.876	1.113.282	975.877	1.260.705	1.303.376	1.234.385	1.100.037	601.399	13.760.938

Fonte: Capes.

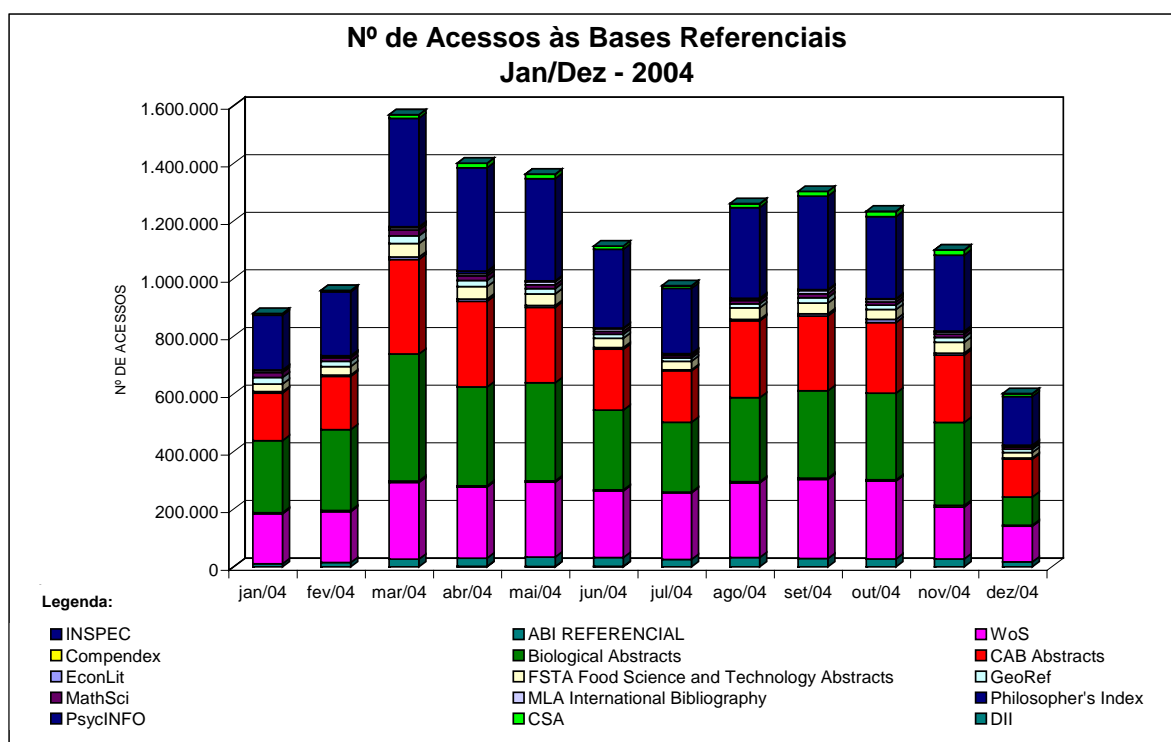


Gráfico 14 – Portal de Periódicos

Fonte: CAPES/DPR/CAC

Tabela 36 – Portal de Periódicos – Maiores usuários – 2004

	Instituição	Número de acessos	%
1	USP	5.482.285	23,68
2	Unesp	3.013.419	13,02
3	Unicamp	1.866.944	8,06
4	UFRJ	1.096.119	4,73
5	UFMG	1.013.220	4,38
6	UFRGS	991.772	4,28
7	UFPR	704.465	3,04
8	UFSC	591.376	2,55
9	UNB	415.778	1,80
10	UFV	365.622	1,58
11	Embrapa	318.305	1,37
12	Unifesp	296.591	1,28
13	UFPE	286.098	1,24
14	UFU	278.690	1,20
15	UFBA	270.081	1,17
16	UFC	268.897	1,16
17	UFSM	265.227	1,15
18	Umesp	253.695	1,10
19	UEL	253.474	1,09
20	Fiocruz	243.122	1,05
	Total	18.275.180	78,94

Fonte: CAPES/DPR/CAC

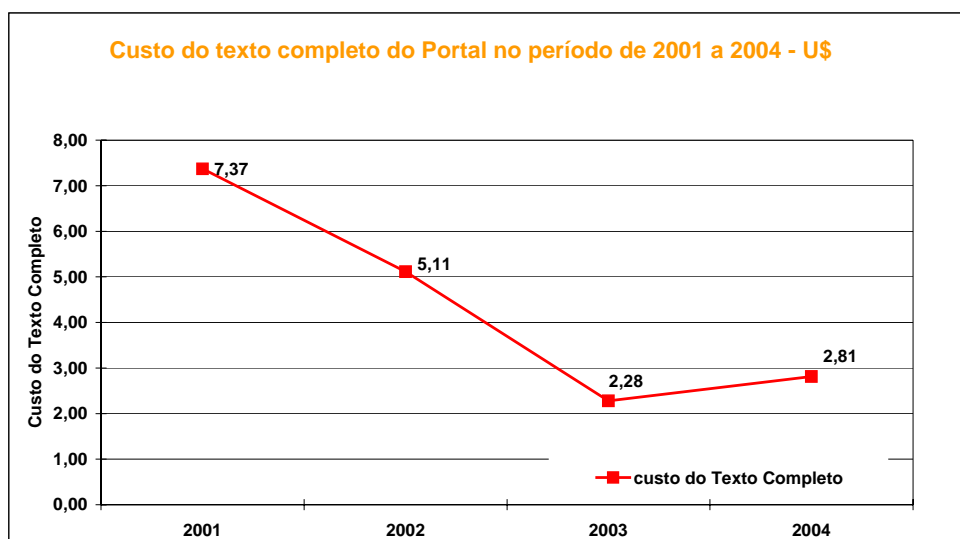


Gráfico 15 – Evolução do custo do texto completo no Portal de Periódicos – 2001-2004, em dólar
 Fonte: CAPES/DPR/CAC

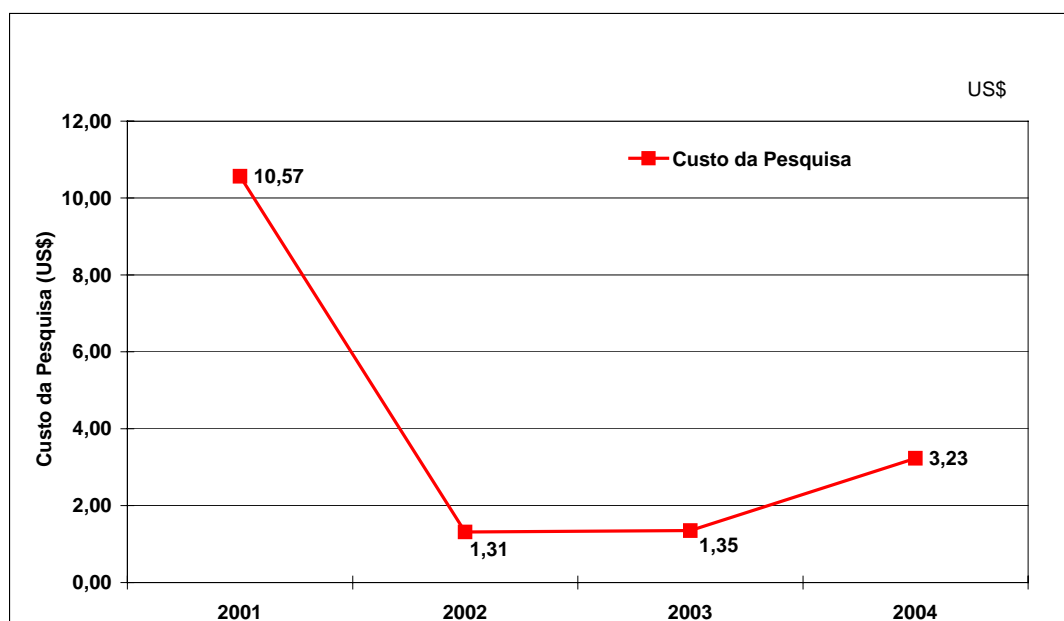


Gráfico 16 – Evolução do custo da pesquisa no Portal de Periódicos – 2001-2004, em dólar
 Fonte: CAPES/DPR/CAC

Os Gráficos 15 e 16 referem-se à média de custos de artigos acessados em bases de dados em texto completos e pesquisa em base de dados referenciais. O Gráfico 15 demonstra que, no ano de 2001, o custo de artigo acessado era de 7,37 dólares, reduzindo para 2,81 dólares, em 2004. De acordo com o Gráfico 16, o custo da pesquisa realizada nas bases de dados referenciais em 2001 era de 10,57 dólares, reduzindo para 3,23 dólares, em 2004. Tais reduções são resultados do aumento na utilização das bases, da inclusão de 6.634 títulos, da participação de 63 novas instituições e da aquisição de 74 novas bases referenciais durante o período de 2001 a 2004.

Os dados demonstram um crescimento significativo do Portal em relação aos anos anteriores. A aquisição de novos títulos foi necessária, em virtude do aumento da demanda de

acessos e a utilização dos usuários, justificando plenamente o custo/benefício do investimento feito.

AValiação E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E DE FOMENTO – AÇÃO: 4011

A Avaliação da Pós-graduação abrange os seguintes processos conduzidos por comissões de consultores do mais alto nível, vinculados às instituições das diferentes regiões do país:

- **Avaliação dos programas de pós-graduação** – processo que culmina na realização da avaliação trienal em que são criteriosamente avaliados todos os programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), no triênio imediatamente anterior ao ano de sua realização;
- **Avaliação das propostas de novos cursos de mestrado e doutorado** – processo regido pelos mesmos critérios e parâmetros básicos utilizados na avaliação trienal, cuja finalidade é verificar se tais cursos atendem ao padrão de qualidade requerido para que venham a obter a autorização ou o reconhecimento do MEC. Os cursos aprovados passam a integrar o SNPG e a ter suas atividades sistematicamente acompanhadas e avaliadas pela Capes.

Realização da Avaliação Trienal 2004

A Avaliação Trienal é a grande ação da Diretoria de Avaliação e, mais que isso, constitui o principal diferencial da Capes em relação à outra agência de fomento – o CNPq – e às fundações de amparo à pesquisa dos Estados. É somente a Capes que emite as notas que permitem dizer se um programa é regular, bom, muito bom, atingiu a excelência em níveis internacionais ou necessita ser descredenciado. No ano de 2004, foram avaliados 1.819 programas de pós-graduação, referentes ao triênio 2001-2003, cujo resultado foi publicado no sítio da Capes no dia 30 de dezembro.

Essa avaliação é um indicador poderoso porque serve de baliza não só às agências que financiam a pesquisa, mas às próprias instituições de ensino superior, que nele têm uma avaliação externa e segura que lhes permite modular suas iniciativas.

O custo da avaliação em 2004 foi relativamente baixo, consumindo R\$ 6.714.750,00, correspondente a apenas 1,16% do orçamento da Capes. A maior parte desses recursos é utilizada em passagens e diárias para os consultores, já que esses não recebem qualquer remuneração pelo serviço que prestam. Seu trabalho é portanto consequência da convicção da comunidade acadêmica e científica, que é o que dá força à Capes, de que a avaliação constitui um importante patrimônio do ensino superior brasileiro de pós-graduação, sendo ela que o conduz para metas cada vez mais exigentes e que a comunidade se mostra capaz de satisfazer.

O processo de avaliação trienal compreende as atividades de acompanhamento anual dos programas e a realização da avaliação propriamente dita no ano subsequente ao do fechamento do triênio. Como parte do acompanhamento anual dos programas, previstos na Avaliação Trienal 2001, foram realizadas, no período de janeiro a maio de 2004, 44 visitas a programas de pós-graduação com a participação de 305 consultores, antes da Avaliação Trienal 2004.

As atividades correspondentes à Avaliação Trienal 2004 foram desenvolvidas no decorrer do ano, exigindo intensa e contínua dedicação dos dirigentes, órgãos colegiados, 600 consultores e equipes técnicas da Capes. Tais atividades podem ser ordenadas nas três fases a seguir descritas:

Fase preparatória

Nesta fase foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- a) definição das orientações a serem observadas no desenvolvimento do processo e entendimentos entre os *representantes de área* sobre a forma de condução e execução dos trabalhos;
- b) definição dos documentos que fundamentam a avaliação: critérios e parâmetros de cada área e grande área do conhecimento, critérios e classificação “*Qualis*”¹ de cada área, relatórios e cadernos de indicadores a serem utilizados pelas comissões;
- c) definição do cronograma de atividades e do apoio técnico-operacional ;
- d) composição das 44 *comissões de área (uma delas dividida em duas subcomissões)* e agendamento das atividades de seus integrantes.

Fase de execução da avaliação

- a) 1ª etapa – *avaliação dos programas pelas comissões de área* – Fundamenta-se nas informações fornecidas anualmente pelos próprios programas, e seu resultado é expresso no parecer apresentado na ficha de avaliação e na sugestão de uma nota para cada programa;
- b) 2ª etapa (inovação inserida na avaliação de 2004) – *reunião dos representantes de área no âmbito de cada grande área* para levantamento de eventuais divergências na aplicação das normas e critérios, e ajustamento dos resultados apresentados pelas diferentes áreas às orientações gerais da Capes;
- c) 3ª etapa – *deliberação do CTC sobre os resultados da avaliação* – Decisão do colegiado sobre os resultados da avaliação, buscando harmonizar os conceitos propostos pelas comissões, tanto no âmbito de cada área, como no contexto do conjunto das áreas avaliadas. Para isso são utilizados os dados e análises contidos nas “fichas de avaliação”, as orientações, critérios e parâmetros apresentados nos “documentos de área” e, quando necessário, outras informações da base de dados da Capes. Na homologação dos resultados, o CTC deliberou pela desvinculação dos mestrados profissionais de programas cujo conceito foi superior a 5, com a justificativa de que esta modalidade de programa não pode obter esse conceito, devido a não exigência de indicadores de inserção internacional;
- d) 4ª etapa – *comunicação dos resultados às IES/programas* – cientes dos resultados, as IES poderão apresentar, no prazo máximo 30 dias, eventuais pedidos de reconsideração; e
- e) 5ª etapa – *avaliação pelas comissões de área dos pedidos de reconsideração e decisão pelo CTC sobre os mesmos.*

O *Qualis* é uma classificação de veículos de divulgação da produção intelectual (bibliográfica) dos programas de pós-graduação *stricto sensu* definida e utilizada pela Capes para a fundamentação do processo de avaliação. Foi implantado em 1998 e desde então vem sendo utilizado para a composição de indicadores fundamentais para a avaliação da pós-graduação.

Fase de homologação dos resultados

- a) Todas as informações referentes ao processo de avaliação, incluindo os dados utilizados e pareceres emitidos, foram divulgadas no sítio da Capes, em dezembro de 2004, completando o processo interno relativo à avaliação trienal;
- b) Os resultados da avaliação trienal, com os respectivos pareceres, são encaminhados no exercício seguinte à Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação para, de acordo com a legislação vigente, serem utilizados na fundamentação das decisões do referido colegiado sobre a renovação do reconhecimento dos cursos de mestrado e de doutorado, a vigorar no triênio subsequente.

Significado das notas atribuídas

- a) *notas 6 e 7* – exclusivas para programas que ofereçam doutorado com nível de excelência, desempenho equivalente ao dos mais importantes centros internacionais de ensino e pesquisa, alto nível de inserção internacional, grande capacidade de nucleação de novos grupos de pesquisa e ensino e cujo corpo docente desempenhe papel de liderança e representatividade na respectiva comunidade;
- b) *nota 5* – alto nível de desempenho, sendo esse o maior conceito admitido para programas que ofereçam apenas mestrado;
- c) *nota 4* – bom desempenho;
- d) *nota 3* – desempenho regular, atende ao padrão mínimo de qualidade exigido; e
- e) *notas 1 e 2* – desempenho fraco, abaixo do padrão mínimo de qualidade requerido. Os programas com esse nível de desempenho não obtêm a renovação do reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado por eles oferecidos.

A nota atribuída ao programa vigora até a homologação, feita pelo MEC, dos resultados da próxima avaliação trienal, a ser realizada em 2007, e aplica-se, apenas, aos cursos de mestrado e doutorado já devidamente recomendados pela Capes. Nos termos da legislação vigente, os programas que obtiverem nota igual ou superior a 3, obtêm no CNE/MEC a renovação do reconhecimento dos cursos por eles oferecidos para o triênio subsequente e os demais deixam de ser oficialmente reconhecidos. No entanto, os alunos têm assegurado o direito – adquirido quando foram matriculados em cursos devidamente credenciados – de reconhecimento da validade nacional de seus diplomas.

Resumo de informações e resultados da Avaliação Trienal 2004

Período Avaliado: 2001-2003

Número das grandes áreas: 8 (as áreas “Multidisciplinar” e de “Ensino de Ciências e Matemática”, recentemente criadas, vêm tendo atendimento correspondente ao de uma grande área)

Número de área de avaliação: 44 (uma delas dividida em duas subcomissões)

Número de integrantes das 44 Comissões de Área: 547 consultores

Programas Avaliados: * 1.819 (crescimento de 15,9% em relação à Trienal 2001)

* Um programa de pós-graduação pode abrigar de 1 a 3 cursos (doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional).

Cursos Avaliados: 2.861

Doutorado: 1.020

Mestrado Acadêmico: 1.726

Mestrado Profissional: 115

Dimensão do sistema avaliado: Foram avaliados todos os programas que em 2003 integravam o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), isto é, programas e cursos devidamente reconhecidos pelo MEC/CNE, sendo esse conjunto de programas o objeto da Avaliação Trienal 2004.

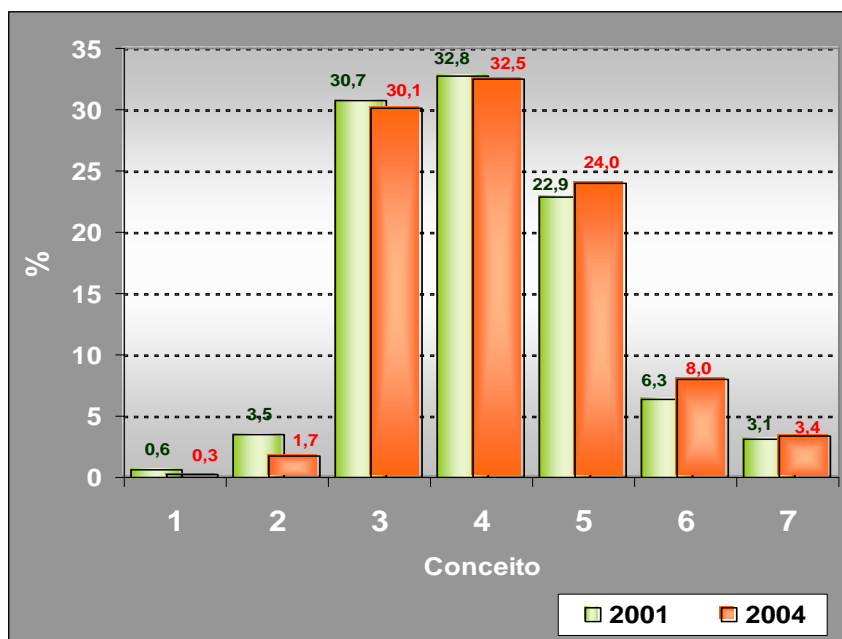


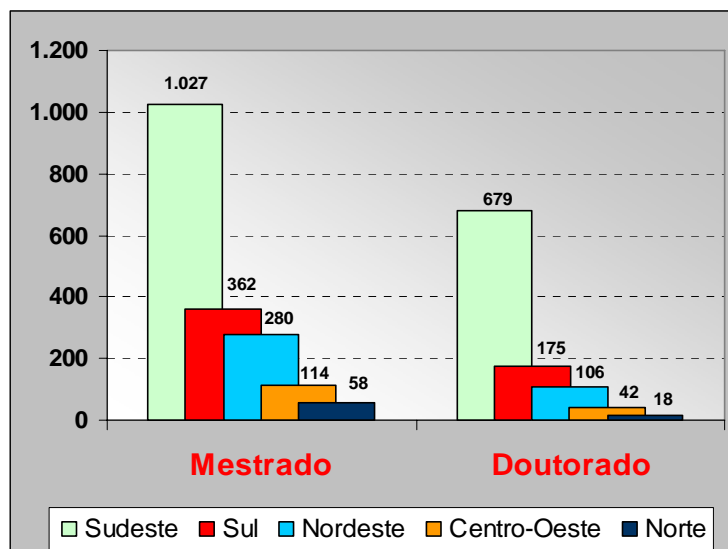
Gráfico 17 – Comparação da Avaliação Trienal 2001 e 2004 (% de programas por conceito)

Fonte: CAPES/DAV/CAA

Tabela 37 – Avaliação Trienal 2001 e 2004: percentual de programas por conceito

Conceito	1	2	3	4	5	6	7	Total
2001	0,6	3,5	30,7	32,8	22,9	6,3	3,1	100,0
2004	0,3	1,7	30,1	32,5	24,0	8,0	3,4	100,0

Fonte: CAPES/DAV/CAA



Ano	1998	2001	2004
Nº de programas avaliados:	1.268	1.575	1.819

Gráfico 18 – Avaliação Trienal – Distribuição dos cursos de pós-graduação, por região geográfica – 2004
 Fonte: CAPES/DAV/CAA

Tabela 38 – Avaliação Trienal – Distribuição dos cursos de pós-graduação, por região geográfica – 2004

Região	2004		
	Mestrado	Doutorado	Total
Norte	58	18	76
Nordeste	280	106	386
Sudeste	1.027	679	1.706
Sul	362	175	537
Centro-Oeste	114	42	156
Total	1.841	1.020	2.861

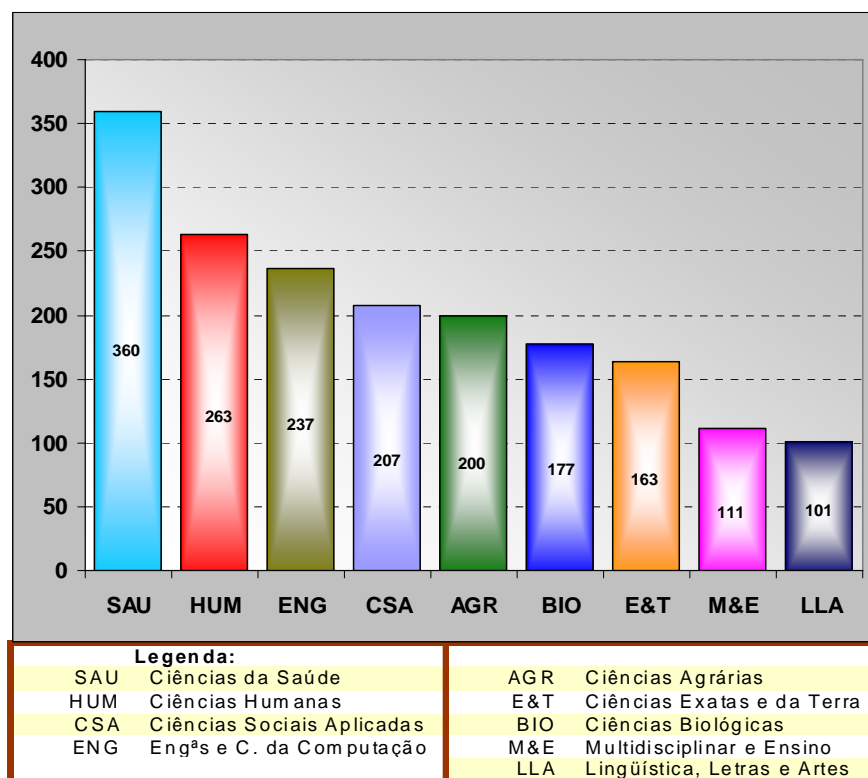


Gráfico 19 – Avaliação Trienal – Número de programas por grande área do conhecimento – 2004
 Fonte: CAPES/DAV/CAA

Tabela 39 – Avaliação Trienal – Número de programas, por grande área do conhecimento – 2004

Grande área	2004	%
Ciências da Saúde	360	19,8
Ciências Humanas	263	14,5
Engenharias e C.Computação	237	13,0
Ciências Sociais Aplicadas	207	11,4
Ciências Agrárias	200	11,0
Ciências Biológicas	177	9,7
Ciências Exatas e da Terra	163	9,0
Multidisciplinar e Ensino Ciências	111	6,1
Linguística, Letras e Artes	101	5,6
Total	1.819	100,0

Fonte: CAPES/DAV/CAA

Avaliação das propostas de novos cursos de mestrado e doutorado em 2004

Em junho de 2004, após mudança do instrumento para o encaminhamento de novas propostas de cursos de mestrado e doutorado, a Capes disponibilizou para a comunidade, pelo prazo de 45 dias, o novo Aplicativo de Propostas de Cursos Novos (APCN) em substituição ao SNPG, conforme Portaria nº 51/2004, de 23 de junho de 2004. Foram encaminhadas 439 propostas, relativas a 442 cursos novos, distribuídas pelas áreas do conhecimento.

Durante o exercício de 2004 foram avaliados 653 cursos novos com entrada nesta Agência entre 2000 e 2004, tendo sido aprovados 134 de mestrado, 79 de doutorado e 26 de mestrado profissional, seguindo a sistemática estabelecida pela Capes e confirmando a tendência de expansão da pós-graduação *stricto sensu*.

Esse processo de análise de mérito dos novos cursos propostos, contou com a mobilização da comunidade acadêmica, que se dividiu, em comitês, entre as áreas do conhecimento. É importante destacar que, no ano em questão, houve uma única entrada de novas propostas. Na análise de mérito os comitês de área definiram pela diligência documental para 26 propostas, com o objetivo de explicitar os dados e as informações apresentadas para análise.

Em 2004, o CTC deliberou pela recomendação de 22 diligências com visitas a cursos novos com a finalidade de proceder ao levantamento de informações complementares e melhor avaliar as condições e perspectivas dos cursos propostos, tendo sido indicados 22 consultores.

Avaliação de mestrado “Tipo Minter” em 2004

Caracteriza-se como *turma especial fora de sede* o atendimento, por um programa de mestrado reconhecido pela Capes, a um único grupo ou turma de alunos em uma instituição cuja localidade é diferente da localidade oficializada como de funcionamento regular do curso. As propostas para essa modalidade devem ser submetidas à Diretoria de Avaliação da Capes apenas para a decisão quanto ao seu mérito, em fluxo contínuo. Se aprovada, o programa fica autorizado a atender à turma de alunos como atividade regular do curso de mestrado já reconhecido, nos termos e nas condições estabelecidas pelo projeto. A *instituição promotora* é a responsável pela promoção e coordenação acadêmica do programa, devendo manter os mesmos compromissos e responsabilidades em relação ao curso oferecido em sua sede. A *instituição receptora* é a instituição em cuja sede o curso é promovido. Ela é responsável pela infra-estrutura e outras formas de apoio requeridas para a realização das atividades programadas de ensino, pesquisa e orientação. Uma proposta poderá apresentar uma *instituição associada*, que não sendo a receptora, também participa na condição de beneficiária.

Em 2004 foram apresentadas 55 propostas de turmas fora de sede, tendo sido recomendadas 18, não recomendadas 19 e permaneceram em análise 18.

Apesar de a Capes não ter formalizado a normatização do doutorado fora de sede, foram apresentadas quatro propostas sendo uma não-recomendada e as demais encontram-se em processo de análise.

Atividades da Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultores (CEC)

A Coordenação Executiva das Atividades Colegiadas e de Consultorias (CEC) garante o suporte técnico e operacional necessário para a atuação do Conselho Superior, Conselho Técnico-Científico e das comissões de consultores que realizam a avaliação da pós-graduação e dos projetos inseridos nos programas de fomento da Capes e, trienalmente, assegura o suporte operacional para a escolha e designação dos representantes de área e de grande área e coordena o fluxo de processos encaminhados para avaliação e de pareceres de comissões científicas e de consultores *ad hoc*. É com base na atuação dos Conselhos e das comissões de consultores que a Capes procede à tomada de decisões que norteiam a formulação e a execução de seus vários programas e define a política nacional de desenvolvimento da pós-graduação.

Atividades realizadas pela CEC em 2004

Em 2004, a CEC encaminhou à consultoria científica para análise e emissão de pareceres, 5.066 processos, conforme a Tabela 40:

Tabela 40 – Número de processos analisados pela consultoria *ad hoc*, segundo o setor de origem – 2004

Coordenação	Número de processos analisados em 2003	Número de processos analisados em 2004
Coord. Avaliação e Acomp.	3.301	*
Coord. Projetos Especiais	77	20**
Coord. Desenv. Institucional	155	***
Coord. Desenv. Social	506	501
Coord. Bolsa no Exterior	144	66
Coord. Candid. no Exterior	3.338	3516
Coord. Coop. Internacional.	1.443	983
TOTAL	8.964	5.066

* Estes dados foram fornecidos pela CAA, por ocasião do relatório de atividades.

** A CPE não se utilizou dos consultores cadastrados na Capes, para a análise das propostas Paped. Portanto, não será computado na totalização.

*** Dados solicitados ao setor, mas ainda indisponíveis.

Fonte: CAPES/DAV/CAA

Foram organizadas 258 reuniões, envolvendo 1.855 consultores, para o desenvolvimento das seguintes atividades:

- análise de projetos de implantação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- avaliação trienal dos programas de pós-graduação recomendados;
- discussão de critérios para a avaliação;
- classificação dos periódicos para a avaliação (Qualis);
- seleção e entrevistas dos candidatos à bolsa no exterior;
- análise de projetos e propostas de cooperação internacional, dentro dos diversos acordos;
- análise de propostas de programas de mestrado interinstitucional;
- análise e priorização de propostas dentro dos programas ProDoc e PQI;
- reunião de coordenadores de programas de pós-graduação;
- seleção de candidatos ao posto de leitorado no exterior (em parceria com o Ministério das Relações Exteriores);
- avaliação dos mestrados profissionais;
- avaliação de cursos novos;
- homologação de cursos novos;
- homologação da avaliação;
- revisão das fichas de avaliação;
- análise de recursos da avaliação;
- seleção de candidatos ao Programa Capes/Fulbright – cursos novos;
- outros: participação de representantes de área em simpósios, fóruns de coordenadores, encontros de associações de pós-graduação, etc.

Organização e assessoramento de três reuniões do Conselho Superior (CS), órgão colegiado deliberativo da Capes, que apreciou os seguintes assuntos:

- Apresentação do orçamento para 2004;
- Novo Estatuto e Regimento Interno da Capes;

- Plano Nacional de Pós-Graduação;
- Políticas de fomento: bolsas de estudos;
- Relatório Anual das Atividades da Capes;
- Sumário Executivo da Comissão Mista Capes/CNPq;
- Cooperação internacional;
- Projetos induzidos;
- Sumário sobre as ações da Capes – janeiro a agosto de 2004;
- Proposta de revisão do Plano Plurianual (PPA) – 2005/2008;
- Proposta Orçamentária para 2005;
- Aprovação do Relatório de Gestão – 2003;
- Portaria regulamentando a escolha de representantes de área;
- Elaboração de lista tríplice para escolha de novos representantes de área.

Organização e assessoramento de sete reuniões do Conselho Técnico-Científico (CTC), órgão colegiado consultivo da Capes, que examinou os seguintes assuntos:

- Diretrizes para o exercício de 2004: principais problemas e possíveis soluções;
- Calendário e ordenação dos trabalhos para 2004;
- Proposta de alteração da periodicidade da avaliação;
- Relato do GT do CTC sobre o Coleta e a ficha de Avaliação;
- Validade de diplomas: retroação para reconhecimento de diplomas e títulos obtidos em países do Mercosul;
- Interdisciplinaridade;
- Qualis e critérios da avaliação para cada área;
- Calendário e material para avaliação;
- Definição de calendário para reuniões de área e de grandes áreas;
- Cursos novos – novas propostas e recursos;
- Critérios da avaliação e caracterização de programas 6 e 7 – Relatos das grandes áreas;
- Mestrado Profissional;
- Tempo médio de titulação;
- Carta-Consulta;
- *Revista Brasileira de Pós-Graduação*;
- Portaria sobre Núcleo Docente;
- Homologação dos resultados da Avaliação Trienal; e
- Homologação dos resultados obtidos das análises dos recursos da Avaliação Trienal.

**COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA NO TIMOR LESTE – AÇÃO: 0967**

(Não houve execução financeira nesta ação em 2004 em função de corte orçamentário).

MANUTENÇÃO DA UNIDADE – AÇÃO: 2000

A Diretoria de Administração (DAD) coordenou e supervisionou a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de modernização administrativa, de gerenciamento de informática, de recursos humanos, e dos serviços administrativos e execução financeira no âmbito da Capes.

Em 2004 deu maior ênfase às ações para a modernização e a consolidação da infraestrutura da área de informática, concentradas na aquisição e ampliação de novos equipamentos necessários para a garantia do bom funcionamento do setor e a melhoria do relacionamento com os usuários, considerando que a comunicação e o atendimento desse público é de extrema relevância para o alcance do objetivo maior da Capes.

Outra área que mereceu atenção especial da Diretoria de Administração, foi a de recursos humanos, com a valorização e o treinamento dos servidores do quadro permanente com a reformulação do Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PIDRH). O investimento, em 2004, foi relativamente baixo, em torno de R\$ 100 mil, mas é intenção da Diretoria proporcionar investimentos destinados ao treinamento de RH em 2005, visando à melhoria do programa.

As despesas com a manutenção da Capes em 2004 alcançaram o montante de R\$ 19.803.338,80, representando 3,42% da despesa global realizada, confirmando, assim, a tradição da casa de manter as despesas administrativas em patamares significativamente baixos.

No âmbito do planejamento e programação orçamentária, a DAD considera essencial para o cumprimento de sua missão nos anos futuros, a revisão implementada do seu PPA 2005-2008, cujas ações foram reformuladas, visando facilitar a execução do orçamento, destacando-se a inclusão da ação destinada à construção do edifício-sede.

Serviço de Informática

Em 2004, a presidência da Capes, reconhecendo que os desafios da área de informática são crescentes e a necessidade de novos serviços que atendessem de forma ágil e segura a todos os usuários, investiu na modernização e consolidação da infra-estrutura de informática, mediante atualização e ampliação da quantidade de equipamentos, *softwares* e sistemas de rede indispensáveis à melhoria dos serviços disponibilizados e condizentes com a natureza e a dimensão dos serviços prestados à comunidade acadêmica e aos diversos setores da sociedade.

Para tanto, fez um levantamento das áreas mais vulneráveis e carentes de investimento no setor de informática, com respectivas estimativas de despesas de investimento e, após deliberação e aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho Superior, decidiu investir na compra, via licitação, dos seguintes equipamentos:

- a) 16 novos servidores para hospedar serviços disponibilizados pela Instituição, a saber: Portal de Periódicos, sítio corporativo da Capes, intranet, ambientes de teste e homologação de sistemas e aplicações, *firewall*, servidor de arquivo, impressão e autenticação, entre outros. Valor da aquisição: R\$ 329.131,00;
- b) equipamentos ativos de rede (*switches*) para melhoria da infra-estrutura de comunicação da rede Capes e evolução da tecnologia utilizada, promovendo ganhos de *performance*, disponibilidade, segurança e gerenciamento. Valor da aquisição: R\$ 653.410,00;

- c) uma unidade de armazenamento de dados, tipo Network Attached Storage (NAS) para centralizar o armazenamento de informações, melhorar o controle do que é armazenado e possibilitar maior performance na recuperação de tais informações. Valor da aquisição: R\$ 224 mil;
- d) 40 estações de trabalho para o departamento de informática e para o setor de acesso à informação científica, visando à melhoria das condições de manutenção e ao desenvolvimento de novas aplicações, bem como ao aumento da produtividade dos técnicos que, com o uso de ferramentas de desenvolvimento pesadas, necessitavam de máquinas com configuração atualizada. Valor da aquisição: R\$ 149.073,21.

Além dos investimentos de recursos de capital na infra-estrutura da rede de informática, em 2004 a Capes implementou medidas de natureza estratégica para o cumprimento de sua missão institucional, tais como o desenvolvimento de *softwares* e de sistemas para atender às diversas demandas da presidência e demais diretorias, destacando-se as seguintes providências:

- Definição e implantação de Metodologia de Desenvolvimento de *Software* (MDS) no âmbito da Informática, que trouxe mais clareza ao processo de desenvolvimento, maior controle e melhor qualidade do produto desenvolvido;
- Acompanhamento e suporte a todas as etapas do processo de avaliação trienal dos programas de pós-graduação, trabalhando em consonância com a Diretoria de Avaliação e disponibilizando todo o material e infra-estrutura necessários para a análise dos programas;
- Gerenciamento e manutenção de toda infra-estrutura da rede Capes;
- Desenvolvimento e manutenção dos sistemas informatizados e prestação do suporte aos usuários internos e externos da instituição;
- Aprimoramento do controle dos recursos instalados nas estações de trabalho, visando criar padrões de uso, evitando-se alterações indevidas por parte dos usuários e buscando um melhor gerenciamento do parque tecnológico da instituição;
- Implantação do novo servidor de banco de dados e de arquivo (adquirido em 2003), com a finalidade de melhor atender às demandas de rapidez, confiabilidade, disponibilidade e espaço de armazenamento;
- Revisão de política de *backup*, permitindo maior segurança dos dados e agilidade na recuperação;
- Implantação do serviço *anti-spam* baseado em *software* livre, reduzindo o recebimento de mensagens inconvenientes e desnecessárias, sem haver a necessidade de aquisição de *software* proprietário para tal controle;
- Criação de ambientes em *cluster* para aplicações e serviços considerados críticos (Portal de Periódicos, sítio corporativo da Capes, aplicações que estão no servidor *SilverStream*);
- Criação do sistema APCN para submissão de propostas de cursos novos a serem reconhecidos pela DAV/Capes, em substituição ao antigo SNPG;
- Alteração do sistema ColetaJava, que permite independência do sistema operacional dentro da proposta de *software* livre com os programas de pós-graduação e na própria área de informática da Capes;
- Desenvolvimento do Aplicativo WEBQualis, possibilitando consulta à classificação dos periódicos Qualis via WEB, contemplando a alteração para

pontuar quantidade de publicações, programas de publicação e referências a bases indexadas;

- Evoluções tecnológicas no sítio de periódicos permitindo maior disponibilidade e rapidez na pesquisa dos periódicos disponíveis;
- Inclusão do Programa de Excelência Acadêmica (Proex) no Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC);
- Desenvolvimento do sistema de prestação de contas, com o objetivo de auxiliar o departamento financeiro;
- Geração de relatórios para as diversas áreas-fim e para alimentar o Boletim Estatístico, disponível na *home page*;
- Gerenciamento dos contratos referentes ao setor de informática, verificando a execução dos serviços, bem como prazos de pagamento e vigência, solicitando renovações nos casos necessários;
- Evolução tecnológica e melhorias no sistema de análise de mérito, por meio de consultoria de ergonomia de *software*, identificando e corrigindo falhas no sistema;
- Implantação do doutorado-sanduíche no fluxo eletrônico;
- Divulgação, no sítio da Capes, de informações sobre os repasses mensais para as pró-reitorias de pós-graduação (ou órgão equivalente) das instituições de ensino superior para pagamento de bolsas de mestrado e doutorado no País;
- Configuração, instalação e teste do novo sistema gerenciador de conteúdo *Stela Publish* que será utilizado pela instituição em 2005 com o intuito de suportar o portal corporativo da Capes, a Intranet e outros portais que forem necessários.

A Tabela 41 contém a relação dos sistemas desenvolvidos e mantidos pela Coordenação Geral de Informática.

Tabela 41 – Sistemas desenvolvidos e mantidos pelo Setor de Informática da Capes em 2004

Sistemas	
Banco de Teses	SAV Acompanhamento
CCEX	SAV Avaliação
Consultoria <i>ad hoc</i>	SNPG APCN Recomendação
Inscrições da Cooperação Internacional	SNPG Capes
Inscrições de Bolsa no Exterior	SNPG NET
SAC Acompanhamento Bolsa no Exterior	SNPG NT
SAC Acompanhamento Exterior Novo	SNPG Stored Procedures
SAC Cadastramento Bolsa no Exterior	SNPG/APCN – Recomendação
SAC Pagamento Bolsa no Exterior	Sociedades
SAD Inscrições Exterior	Solicitações Eventuais
SADBEX-Novo	Transporte
Acompanhamento Propostas na WEB	Webqualis
Acompanhamento SNPG	Site da Capes
Acompdoc	SAD CCI
APCN Capes	SAD CEC
Benefícios	SAD AEX
Cadastro de Consultores	SAD BEX
CapesNET	Boletim Estatístico
Catálogo	Convênios
Chronos	Manutenção de Tabelas
Coleta Capes	PAGPECPG
Cursos não Reconhecidos	PICDT
Daedalus – Resumida	RH Avaliação
Financeiro	RH Férias
Gestão de Pessoal	SAC Acompanhamento
Icarus	SAC Cadastramento
Manutenção – Quadro Avisos	SAC Manutenção
MAT Almoxarifado	SAC Pagamento
MAT Consumo	SAC-IES
Quadro de Avisos	SAD PECPG
Qualis	SAD PECPG Consultores
Representantes de Área	Saux
SisPC	Segurança
Portal de Periódicos	SiadNet

Fonte: Capes.

Recursos humanos da Capes

Entre as diversas atividades desenvolvidas, a Coordenação de Recursos Humanos (CRH) priorizou a busca pela maior eficiência e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, promoveu um avanço significativo no aprimoramento profissional dos servidores, com as reformulações efetivadas no Plano Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PIDRH), por meio da inclusão de benefícios e a ampliação dos apoios já existentes. Ressalte-se, ainda, a ênfase dada na formação continuada por intermédio de cursos de aperfeiçoamento, como os implementados pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Escola de Administração Fazendária (Esaf) e pelo Setor de Treinamento da Capes.

Qualidade de vida

A CRH promoveu, também, a “1ª Semana de Saúde”, com diversas palestras e atividades, juntamente com a tradicional campanha de vacinação contra a gripe, implantou a ginástica localizada dentro do Programa de Qualidade de Vida e aulas de yoga, bem como, participou da campanha de aplicação de flúor para os filhos dos beneficiários do Plano de Assistência aos Servidores (PASC).

Quadro de pessoal

O quadro de pessoal da Capes é composto por: servidores efetivos, que compõem seu quadro funcional; servidores requisitados, pertencentes ao quadro de pessoal de outros órgãos públicos, à disposição da Capes, exercendo ou não função de confiança; trabalhadores que, sem possuírem vínculo com o serviço público, exercem cargo em comissão; e prestadores de serviço, compreendendo os funcionários terceirizados de outras empresas, que exercem atividades nas áreas de informática, administração, segurança, vigilância e transporte.

Na Tabela 42 pode-se observar a distribuição, em dezembro de 2004, dos servidores públicos ativos nas unidades administrativas da Capes. Do total de 156, 127 pertencem ao quadro de pessoal da Capes. Compõem, ainda, esse quadro, 25 requisitados de outros órgãos públicos, principalmente do MEC e da Universidade de Brasília. A maior parte desses servidores foi requisitada sem função gratificada. A Capes conta também com quatro servidores sem vínculo que exercem cargos gratificados.

Tabela 42 – Distribuição dos servidores em exercício, por qualificação condição e unidade administrativa, dezembro de 2004

Unidade	Capes				Requisitados				Função sem Vínculo	Total
	Aux.	Med.	Sup.	Total	Aux.	Med.	Sup.	Total		
Presidência	0	3	10	13	0	1	7	8	2	23
Diretoria de Programas	1	17	36	54	0	4	6	10	0	64
Diretoria de Avaliação	0	2	13	15	0	1	2	3	1	19
Diretoria de Administração	2	20	23	45	1	2	1	4	1	50
Total geral	3	42	82	127	1	8	16	25	4	156

Fonte: Capes.

Na Tabela 43, encontra-se representada a distribuição dos 152 prestadores de serviço, nos diversos setores da Capes. Entre fixos e eventuais, a empresa Poliedro teve 29 servidores prestando serviços à Capes, a Dinâmica 82, a Brisa 35, a Zepin 5 e a LM 1 servidor.

Observa-se que as empresas Dinâmica e Poliedro possuem o maior número de funcionários (111), responsáveis pelas atividades administrativas e de informática. A empresa Brisa concentra suas atividades na área de informática, com 35 funcionários especializados, lotados na Coordenação Geral de Informática (CGIN).

Tabela 43 – Distribuição de prestadores de serviço, por empresa contratada - dezembro de 2004

Unidade	Poliedro		Dinâmica	Brisa		LM Copiadora	Zepin Segurança	Total
	Fixo	Eventual		Méd.	Sup.			
Presidência	2	0	22	0	4	0	0	28
Diretoria de Programas	7	0	24	1	0	0	0	32
Diretoria de Avaliação	6	1	10	0	1	0	0	18
Diretoria de Administração	13	0	26	14	15	1	5	74
Total geral	28	1	82	15	20	1	5	152

Fonte: Capes.

A Tabela 44 demonstra que 51% do quadro de pessoal da Capes é composto de servidores públicos e 49% de mão-de-obra terceirizada.

Tabela 44 – Distribuição total de pessoal, por unidades – dezembro de 2004

Unidade	Servidores		Prestadores		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Presidência	23	45	28	55	51	100
Diretoria de Programas	64	67	32	33	96	100
Diretoria de Avaliação	19	51	18	49	37	100
Diretoria de Administração	50	40	74	60	124	100
Total geral	156	51	152	49	308	100

Fonte: Capes.

A Capes conta ainda, com três servidores afastados, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, quatro afastados com remuneração, para conclusão de curso de pós-graduação *stricto sensu*, e dez cedidos a outros órgãos do Poder Executivo Federal. Esses servidores não foram considerados nas distribuições constantes nas Tabelas 43 e 44.

Capacitação de servidores

Em 2004, ocorreram 127 eventos com a participação de servidores em programas de capacitação, conforme dados apresentados na Tabela 45. Verifica-se aumento na participação dos servidores nos cursos de língua estrangeira e nos cursos de aperfeiçoamento, notadamente o de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS).

Tabela 45 – Evolução da participação de servidores em programas de capacitação – 2001/2004

Cursos	2001	2002	2003	2004
Aperfeiçoamento	33	10	43	59
Língua Estrangeira	26	30	44	51
Graduação	0	4	5	05
Especialização	4	4	1	02
Mestrado	3	3	5	08
Doutorado	2	3	1	02
Total	68	54	99	127

Fonte: Capes.

A Tabela 46 registra os atendimentos realizados pelo Programa de Assistência aos Servidores (Pasc), considerando-se, na referida tabela, o total de atendimentos (titulares e dependentes), e sua composição durante o exercício de 2004. Como nos outros anos, o

programa mais solicitado é o de Assistência Médica, representando 87% dos atendimentos, seguido da Assistência Farmacêutica, com 8,3% dos atendimentos registrados.

Tabela 46 – Evolução do atendimento em programas assistenciais aos servidores – 2001-2004

Ano	2001	2002	2003	2004
Assistência médica	4544	5327	4.280	5.308
Assistência odonto.	77	238	285	212
Assistência farma.	552	553	530	513
UTI Vida	66	82	84	80
Total	5.239	6.200	5.179	6.113

Fonte: Capes.

Serviços administrativos

Durante o exercício de 2004, a Capes, por intermédio da CSA, realizou 16 licitações, de acordo com as determinações estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar. A modalidade de Pregão foi a de maior incidência com 11 realizações, seguida pela modalidade carta-convite, com quatro realizações.

O Gráfico 20 demonstra que 55% das despesas realizadas pela Capes foram provenientes de licitações nas seguintes modalidades: concorrência (8%), tomada de preços (5%), convite (4%) e pregão (38%). As despesas realizadas com dispensa de licitação representaram 23% e incluem contratos de serviço com o Departamento de Imprensa Nacional, com os Correios, Telebrasil, *Revista Ciência Hoje* e o contrato com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) para a locação do espaço, equipamentos, suprimentos e mobiliário para realização da Avaliação Trienal, ocorrida no período de 12 de julho a 13 de agosto de 2004. O contrato com a Finatec representou uma economia de 76% sobre os preços de mercado, cotados pelas empresas concorrentes.

As despesas realizadas com inexigibilidade de licitação somam 22% e incluem os contratos internacionais relativos ao Portal de Periódicos, que por sua singularidade dispensam processo licitatório. Nesses percentuais estão contratos firmados em exercícios anteriores, ainda vigentes em 2004.

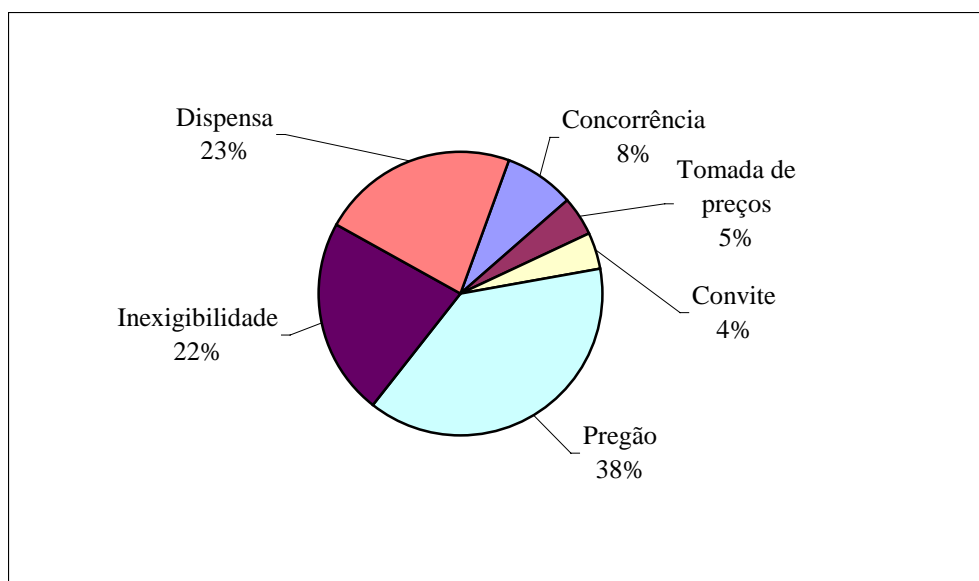


Gráfico 20 – Despesas realizadas por modalidade de licitação – 2004

Fonte: Capes.

Nas despesas administrativas normais, a Capes tem obtido bons resultados, em relação ao mercado, por buscar realizar licitações na modalidade de pregão presencial, além de sempre negociar melhores condições de preços.

Setor de passagens

É de responsabilidade da Divisão de Passagens, a emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais. A Capes foi atendida pela empresa Shpaera S/A, ganhadora da licitação na modalidade de concorrência, realizada em parceria com a Secretaria de Administração do MEC, em março de 2004.

As passagens aéreas são, predominantemente, destinadas ao atendimento das atividades-fim da Capes, tais como: bolsas, fomento à pós-graduação e avaliação de cursos. Em 2004, o total líquido das despesas com passagens nacionais foi de R\$ 2.766.091,76 e com as internacionais de R\$ 10.527.171,75.

Merece destaque a participação da CSA no apoio para a realização da Avaliação Trienal da Capes, no que tange aos serviços de emissão de passagens aéreas e transporte dos 549 consultores participantes.

Os valores gastos com passagens aéreas nacionais e internacionais em 2004 estão discriminados abaixo.

Passagem nacional

Valor bruto	Valor líquido (desc. contratual e impostos retidos)
R\$ 3.530.124,46	R\$ 2.766.091,76

Passagem internacional

Valor bruto	Valor líquido (desc. contratual e impostos retidos)
R\$ 12.773.643,93	R\$ 10.527.171,75

Total geral – nacionais e internacionais

Valor bruto	Valor líquido (desc. contratual e impostos retidos)
R\$ 16.303.768,39	R\$ 13. 293.263, 51*

* Valor das faturas liquidadas em 2004.

Execução orçamentária e financeira e prestação de contas

Em 2004, a Coordenação de Orçamento e Finanças (COF) auxiliou a Diretoria de Administração no gerenciamento da execução financeira dos recursos, mediante a descentralização de recursos às instituições de ensino superior (IES) conveniadas, bem como o pagamento direto aos bolsistas, colaboradores eventuais e contratados, promovendo o devido acompanhamento e controle dos recursos repassados via Siafi e relatórios operacionais via Consiafi.

Para a consecução de seus objetivos a Capes utiliza do instrumento convênio, para repasse dos recursos financeiros, visando atender aos programas de pós-graduação.

Em 2004, 2.802 convênios estavam em vigência, dos quais 954 foram firmados no exercício para atendimento de diversos programas, dentre eles o Programa de Excelência

(Proex), Projetos de Cooperação Internacional, Programa de Apoio a Eventos no País (Paep) e outros.

Dos 2.254 registros na conta contábil “a comprovar”, 1.482 estão relacionados a convênios cujo prazo regulamentar para envio de prestação de contas havia expirado em 2004. Pela norma de encerramento do exercício, os convênios cuja vigência tenha expirado em 31/12/2004 podem apresentar suas prestações de contas respectivas até 28 de fevereiro de 2005.

Foram aprovadas 1.020 prestações de contas, em todo o exercício de 2004, devidamente analisadas pelas áreas técnica, financeira e contábil, restando 462 em fase de análise, para o exercício seguinte.

Houve um total de 809 diligências expedidas com a finalidade de solicitar justificativas e/ou complementação de informações, sendo que 740 foram totalmente atendidas, o que representa 91% de ocorrências atendidas.

Detectou-se 226 registros de casos inadimplentes em 2004, sendo que 166 foram sanados. A Capes tomou todas as medidas necessárias que cada caso requer, com a notificação aos interessados, sob pena de serem incluídos em processo de tomada de contas especial.

Brasília, em 15 abril de 2005.

JORGE DE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente

DENISE DE MENEZES NEDDERMEYER
Diretora de Administração

GEOVÁ PARENTE FARIAS
Auditor-Chefe

LUCY ANNE VIEIRA DE OLIVEIRA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

MARIA LÚCIA DE MELO AMORIM
Chefe da Divisão de Contabilidade
CRC-DF 014358/0-8

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabelas

Tabela 1 – Dotação orçamentária e despesa realizada em 2004 (em R\$ 1,00) Todas as Fontes (Tesouro + outras fontes)	13
Tabela 2 – Créditos suplementares e acréscimos	15
Tabela 3 – Evolução orçamentária (em R\$ 1.000)	15
Tabela 4 – Evolução da execução orçamentária (em R\$ 1.000)	16
Tabela 5 – Metas 2005-2010 – Alunos titulados, por grande área do conhecimento	21
Tabela 6 – Distribuição porcentual das metas, alunos titulados convertidos em equivalente doutorado, por grande área do conhecimento	22
Tabela 7 – Recursos financeiros adicionais necessários (em relação ao ano de 2004) – Mensalidades, taxa escolar e taxa de bancada	22
Tabela 8 – Bolsas adicionais necessárias, em relação a 2004, para implantar o Plano, por grande área do conhecimento	23
Tabela 9 – Bolsistas no País e valores pagos (DS)	24
Tabela 10 – Distribuição de bolsistas de mestrado no País, por grande área do conhecimento (DS)	25
Tabela 11 – Demanda Social – Distribuição de bolsistas de doutorado no País, por grande área do conhecimento	25
Tabela 12 – Programa de Suporte à Pós-Graduação das IES Particulares (Prosup) – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento	26
Tabela 13 – Programa de Suporte à Pós-Graduação das IES Particulares (Prosup) – Distribuição de bolsistas no País, por Grande Área do Conhecimento – Mestrado	27
Tabela 14 – Programa de Suporte à Pós-Graduação das IES Particulares (Prosup) – Distribuição de Bolsistas no País, por Grande Área do Conhecimento – Doutorado	27
Tabela 15 – Programa de Fomento à Pós-Graduação (Prof) – Mestrado e doutorado – Número de bolsistas no País e valores pagos	28
Tabela 16 – Programa de Fomento à Pós-Graduação (Prof) – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Mestrado	28
Tabela 17 – Programa de Fomento à Pós-Graduação (Prof) – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Doutorado	29
Tabela 18 – Programa de Excelência Acadêmica (Proex) – Mestrado e doutorado	29
Tabela 19 – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento	30
Tabela 20 – Número de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Doutorado	30
Tabela 21 – Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) – Número de bolsistas no País e valores pagos – Mestrado e doutorado	31
Tabela 22 – Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) – Distribuição de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Mestrado	32
Tabela 23 – Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) – Número de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Doutorado	32
Tabela 24 – Número de bolsistas no País, por grande área do conhecimento – Prodóc – 2004	35
Tabela 24.1 – Valores de mensalidades, taxas e auxílios pagos no País, por unidade da Federação (excluído o fomento), considerando os oito maiores programas	36

	(valores em R\$)	
Tabela 25 –	Distribuição de bolsistas no exterior, por região de origem	44
Tabela 26 –	Distribuição de bolsistas no exterior, por país de destino	45
Tabela 27 –	Distribuição de bolsistas no exterior, por UF de origem	47
Tabela 28 –	Distribuição de bolsistas no exterior, por área	48
Tabela 29 –	Distribuição de bolsistas no exterior, por nível	48
Tabela 30 –	Distribuição de concessão Paex, por região e origem da solicitação – 2004	50
Tabela 31 –	Distribuição de concessão Paex, por país de destino – 2004	51
Tabela 32 –	Distribuição de valores pagos em dólar, por país de destino	53
Tabela 33 –	Demonstrativo das atividades dos programas de projetos conjuntos de pesquisa	56
Tabela 34 –	Portal de Periódicos – Número de acessos às bases com texto completo – janeiro/dezembro – 2004	59
Tabela 35 –	Portal de Periódicos – Número de acessos às bases referenciais – janeiro/dezembro – 2004	61
Tabela 36 –	Portal de Periódicos – Maiores usuários – 2004	62
Tabela 37 –	Avaliação Trienal 2001 e 2004: percentual de programas por conceito	67
Tabela 38 –	Avaliação Trienal – Distribuição dos cursos de pós-graduação, por região geográfica – 2004	68
Tabela 39 –	Avaliação Trienal – Número de programas, por grande área do conhecimento – 2004	69
Tabela 40 –	Número de processos analisados pela consultoria <i>ad hoc</i> , segundo o setor de origem – 2004	71
Tabela 41 –	Sistemas desenvolvidos e mantidos pelo Setor de Informática da Capes em 2004	77
Tabela 42 –	Distribuição dos servidores em exercício, por qualificação condição e unidade administrativa, dezembro de 2004	78
Tabela 43 –	Distribuição de prestadores de serviço, por empresa contratada - dezembro de 2004	79
Tabela 44 –	Distribuição total de pessoal, por unidades – dezembro de 2004	79
Tabela 45 –	Evolução da participação de servidores em programas de capacitação – 001/2004	79
Tabela 46 –	Evolução do atendimento em programas assistenciais aos servidores – 2001-2004	80

Gráficos

Gráfico 1 –	Alunos Titulados – Doutorado – 1987-2010	19
Gráfico 2 –	Alunos titulados – Mestrado – 1987-2010	20
Gráfico 3 –	Evolução na distribuição de recursos – 2002-2004 (R\$ 1.000)	41
Gráfico 4 –	Evolução do número de eventos apoiados – 2002-2004	42
Gráfico 5 –	Distribuição de bolsistas no exterior, por região de origem	45
Gráfico 6 –	Média de bolsistas ativos, por país de destino (<i>ranking</i> 10 maiores)	46
Gráfico 7 –	Média de bolsistas ativos, por UF de origem (<i>ranking</i> 10 maiores)	47
Gráfico 8 –	Distribuição de bolsistas no exterior, por área	48
Gráfico 9 –	Média de bolsistas ativos, por nível	49
Gráfico 10 –	Distribuição de demanda Paex, por região de origem – 2004	50
Gráfico 11 –	Distribuição de concessões Paex, por país de destino	52

Gráfico 12 – Distribuição de valores pagos em dólar, por país de destino (<i>ranking</i> 10 maiores)	54
Gráfico 13 – Portal de Periódicos – Acesso às bases, por editora	60
Gráfico 14 – Portal de Periódicos	62
Gráfico 15 – Evolução do custo do texto completo no Portal de Periódicos – 2001-2004, em dólar	63
Gráfico 16 – Evolução do custo da pesquisa no Portal de Periódicos – 2001-2004, em dólar	63
Gráfico 17 – Comparação da Avaliação Trienal 2001 e 2004 (% de programas por conceito)	67
Gráfico 18 – Avaliação Trienal – Distribuição dos cursos de pós-graduação, por região geográfica – 2004	68
Gráfico 19 – Avaliação Trienal – Número de programas por grande área do conhecimento – 2004	69
Gráfico 20 – Despesas realizadas por modalidade de licitação – 2004	80

Quadros

Quadro 1 – Revisão do Plano Plurianual (PPA) (Capes)	12
Quadro 2 – Instituições contempladas pelo PQI e quantidade de projetos	33
Quadro 3 – Total de recursos investidos em instituições pelo Prof, Proap e Proex	43